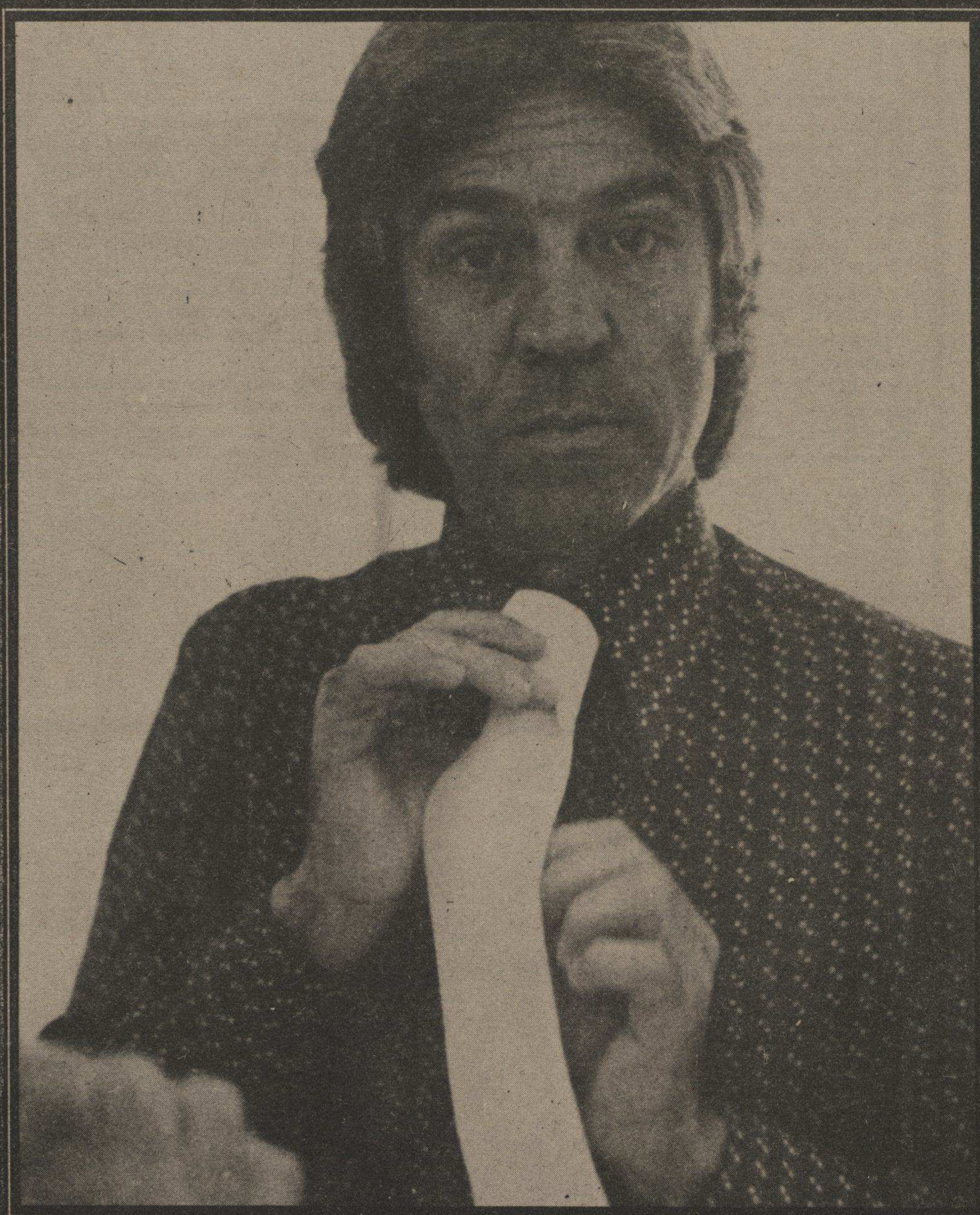


COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

A filha do general Mourão também tem suas memórias:

**"Meu pai ficaria
escandalizado!"**



Baru Derkin

PEDRO SEELIG, UM DELEGADO ACIMA DA LEI?

Por causa do seqüestro dos uruguaio
ele foi afastado do DOPS.
Mas diz: "Não tenho medo de nada"

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Secretário
Osmar Trindade

Redação
Baru Derquin, Elaine Lerner, Jorge Gallina, José Antônio Vieira, Lenora Vargas, Lilian Bem David, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodke, Maurecy Santos, Najari Tubino, Rafael Guimarães, Rosvita Saueressig, Silvio Correa, Tânia Kruttscka, Tomás Pereira, Waldor Teixeira (repórteres, fotógrafos e editores), Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Sérgio Batsow (Arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Neves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paolo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Moema Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque).

Industrial
Francisco Alba (coordenador), Lindomar da Silva, Sílvia Berni, Edison Ubratran Trindade, Maria de L. B. Lima (revisão), Carlos Milton Rios (produção), Júlio Ferrari, Atil Vineton, (fotolito), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (fotocomposição), Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (montagem).

Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Kleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Renan Carvalho Rodrigues

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 3370/Livro A-1

Impressão: Diário de Notícias
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schifino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Avelino, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas, Angela Beatriz Riccardi, Antônio Britto, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Cláudio Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Edgar Vasques, Eri, Quaresma, Eucides Torres, Floriano Soares, Cláudio Ybarra, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Leo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairos, Telmo Zanini, Iara Bendatti, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonowit, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antônio Gonzalez, Mário Villas-Boas da Rocha, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Comerciando Coutinho, Carlos Salzano, Laíla Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Madureira, Roberto Manera, C. Audio Levitan, José Antônio Simch, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonniello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Carlos Karnas, Valdir Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tascia, Cláudia Coullart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Arteche, Neusa Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armino Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaíne Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Teixeira, Júlio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najari Tubino, Marise Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmen Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Elói da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higinio Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães Fº, Carlos Frederico Menz, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldor Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luiz Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Orides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luís Fernando Verissimo, José Luiz Prévidi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prate, Antônio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, Jane Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Paulo Antônio Barros, Riomar Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Lucila Camargo, Paolo Marconi, Armênio Abascal, Maurecy Santos, Hélio Ferreira, Luis Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores e Zeka Araújo.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

A Coojornal vai lançar o seu semanário dia 10 de maio. É o nosso projeto mais antigo e ao qual estamos dedicando os melhores cuidados. Há cinco anos, quando fundamos a cooperativa, já estava em nossos planos oferecer aos gaúchos um jornal que cobrisse os fatos de cada semana, nos padrões do Jornalismo Interpretativo — que vai além dos fatos, buscando explicá-los e situá-los no seu devido contexto.

• • •

Aos poucos fomos nos organizando e montando uma estrutura mínima para dar suporte ao jornal e resguardar a sua independência, que consideramos fundamental. Foi proveitoso ter trabalhado assim, devagar mas com firmeza. Agora, achamos que chegou a hora e uma parte da nossa equipe — ampliada e reforçada — já está trabalhando nele com muito entusiasmo.

• • •

Pretendemos que ele seja um jornal respeitado pela qualidade e honestidade das informações que divulgue. Propositamente vamos dar-lhe um nome sóbrio: O Rio Grande. Queremos que ele seja sério, corajoso e independente, como é o próprio Rio Grande. (Fora do Estado ele circulará apenas através de assinaturas)

• • •

A partir, então, do dia 10 próximo, ele estará na rua todas as quintas-feiras. O nosso Coojornal continua sem alterações, indo para as bancas entre 10 e 15 de cada mês, com os assuntos de interesse mais amplo e circulando em todo o País, como já o faz há dois anos.

• • •

Você que já conhece o nosso trabalho está convidado a participar dessa nova empreitada.

• • •

Dizem os nossos especialistas que o jogo da abertura obedece ao comando do general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil do presidente Figueiredo. Tomada como verdadeira esta informação, os últimos fatos (greves e etc.) nos levam a pensar numa das frases preferidas do General: "A raposa sabe muitas coisas, mas o porco-espinho sabe uma grande coisa". Os admiradores do General costumam atribuir-lhe a autoria da frase. Na verdade, ele apenas a cita no seu livro Geopolítica do Brasil, pois o autor é um mercenário grego chamado Archilóquio, que viveu sete séculos antes de Nosso Senhor Jesus Cristo. Com sua frase, Archilóquio queria dizer que mais do que ter mil astúcias, vale saber como agir nos momentos decisivos. A raposa, que tanto sabe, quando se vê ameaçada, ingenuamente, finge-se de morta. O porco-espinho, ao contrário, fecha-se numa bola agressiva, cheia de pontas. Pelo que tem acontecido, tudo indica que o General tenta combinar as artimanhas da raposa com a agressividade do porco-espinho. Mas tem-se saído melhor como porco-espinho. Um detalhe: o forte de Archilóquio não era a filosofia ou a poesia. Eram as atividades terroristas, praticadas mediante boa remuneração.

O Editor

Tiragem desta edição: 31.500 exemplares

NESTA EDIÇÃO:

6	Poder & Política	O mistério em torno da morte de Rockefeller e o comportamento da imprensa norte-americana	20
8	Arturo Illia, ex-presidente da Argentina, fala das ditaduras militares e as perspectivas da AL	Assis Brasil, ex-chefe militar de João Goulart, fala sobre o mito da disciplina militar	22
10	Laurita Mourão, a filha do general Mourão Filho, anuncia um livro que escandalizaria o próprio pai	40 dias em que Pernambuco foi modelo da Revolução ou a própria imagem da subversão	26
12	Energia Solar Abandonando as soluções simples, a Agricultura cada vez se torna mais dependente do petróleo	Leituras	34
17	O confronto dos metalúrgicos com o Governo visto de dentro dos sindicatos dos trabalhadores	LFV	36



29 Pedro Seelig, o ex-motorista de ônibus que se tornou notório comandando a repressão no Sul

Flávio, Flávia, Lilian e Universindo...

É notória a morosidade e a indolência com que estão sendo conduzidas as negociações para a resolução dos enxovalhantes casos de quebra de soberania nacional, respectivamente os de Flávia Schilling e Flávio Koutzii e do seqüestro dos uruguaios Lilian Casariego (e dois filhos) e Universindo Diaz.

Notória e insólita, posto que é exaustivamente sabido que um simples pedido formal do Governo brasileiro tornaria indefectível o seu imediato atendimento, mormente agora, quando o Uruguai depende literal e umbilicalmente do apoio do Governo brasileiro — consequência de ter perdido o respaldo financeiro e militar dos EUA — sob pena de, se este faltar, criar-se a melhor situação, em muitos anos de tirania, para a queda do regime.

Não devemos prescindir inteiramente da hipótese de tudo isto não passar de um jogo estratégico muito bem bolado pelo Governo que ora se esgota, deixando atrás de si, em seus rastros, um retumbante e atordoante fracasso, que não seria a volta de Flávia, Flávio, Universindo ou Lilian que o minoraria.

Na verdade, o que o Governo almeja, lançando mão de tal atitude, é deixar os casos para que sejam dirimidos já sob os auspícios do premente Governo Figueiredo. Seria uma excelente ocasião para Figueiredo regatear simpatizantes entre a opinião pública, porque todos eles sabem que o seu Governo já vai encetar inevitavelmente "sujo" com a Nação.

Em primeiro lugar, sujo por ser imposto. Em segundo, por se propor a dar perenidade à uma pseudo-revolução que tomou o país de sopetão. E em terceiro lugar, por já ter se iniciado sofismando, tergiversando: jurando edificar no país uma democracia e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, trazendo de volta em seu bojo, a título de ministros, figurões já comprovadamente inimigos da Nação e de seu povo, apaniguados das multinacionais.

Alexandre Lydia, Rio de Janeiro, RJ

Schilling para os políticos muito afoitos

Li e tresli a entrevista de Paulo Schilling (Coojornal 38). E seria oportuno que muitos políticos afoitos a lessem também. Creio que Schilling focalizou com perfeita perspicácia todos os possíveis riscos e desastres, na precipitação da criação dos novos partidos. Impressionou-me seu conhecimento sobre problemas brasileiros e latino-americanos e a simplicidade com que discorreu sobre eles.

Penso, como ele, que essa badalação toda em torno dos novos partidos já está dividindo o MDB, que pela primeira vez desde seu surgimento está realmente exercendo a virtude de ser Oposição.

Paulo Schilling, meu irmão, estou contigo e não abro: —Prato feito, não. Chega!

Espero que em dias bem próximos a anistia se encontre contigo na *colocida Calle Florida* e venhas *fazer camino* neste patropi tão precisado da valiosa contribuição de brasileiros feito tu.

Ivorita Kiscariche, Rio de Janeiro, RJ





ças para tirá-la da condição subumana em que vive. A proposta de Agileu, fixo na sua eternidade, tem um ponto em comum com o berço do teatro, porque de uma certa forma ele luta contra o destino (com a diferença de que agora ele é conhecido e, portanto, modificável). E essa proposta, além de uma saudável emulação, é também uma das mais preciosas contribuições à galeria dos personagens da nova dramaturgia brasileira". Agileu, o inconformado operário, que ao longo da peça tenta abrir os olhos dos seus companheiros para a realidade que os circunda, sacudir o seu marasmo e resignação, levá-los a tomar consciência das suas imensas possibilidades, é quem grita no final: "...Há tanta coisa, gente mas tanta, que pode ser feita. Temos dois braços e uma cabeça e somos os donos do mundo... Será justo ficar aqui esperando o Sol, enquanto há tanto para criar? Chega disso! Vamos sacudir a desgraça, que ela não existe... Existe é coisa injusta..."

ANIMAL QUE RI

A história é uma história, de Millor Fernandes (um dos homens mais lúcidos e inteligentes deste país, o que lhe tem valido inúmeros aborrecimentos), é um texto de humor crítico e satírico, irreverente. Brincando com a história, Millor a desmistifica. No início do texto já o apresentador avisa: "Vamos contar aqui a história, do ponto de vista de 1978: como todos sabem, um ano que não aconteceu. Os personagens históricos, como também ninguém ignora, são todos inventados, para que os jovens gastem a juventude se aprofundando no que eles não disseram nem fizeram..." E, logo em seguida, os atores afirmam: "Só três homens conseguem modificar fundamentalmente a História: os estadistas, os militares e os historiadores". Sempre através de um espírito crítico de alto nível, Millor vai contando a História do homem, desde as cavernas até nossos dias, num texto limpo e direto, característica do seu estilo, terminando por concluir: "O homem é o único animal que ri. E é rindo que ele mostra o animal que é".

A Feira Brasileira de Opinião foi outro espetáculo que a incansável, onisciente e onipotente Censura Federal impediu de ser levado à cena. Agora, em forma de livro, vem a público com o sugestivo subtítulo de **A Feira Censurada**. Reunindo textos curtos de alguns dos mais expressivos autores do teatro brasileiro — Carlos Henrique de Escobar (O engano), Gianfrancesco Guarnieri (Janelas Abertas), João das Neves (O Quintal), Jorge Andrade (A Zebra), Lauro Cesar Muniz (O Mito), Leilah Assunção (Sobrevividos), Márcio de Souza (Contatos Amazônicos do Terceiro Grau) e Maria Adelaide Amaral (Cemitério sem Cruzes) — a Feira Brasileira de Opinião, na apresentação de Ruth Escobar, "se coloca na trincheira que batalha os novos tempos — o homem novo, o homem integral que será o produto da superação de todas essas divisões herdadas: divisão de classes, divisão de trabalho intelectual e manual, divisão entre culto da arte e arte popular".

Num saboroso prefácio em forma de peça, o crítico Décio de Almeida Prado fala da proibição da *Feira*. Quando o *Escritor* queixa-se de que a Censura proibira o espetáculo, o *Gênio da Literatura*, referindo-se aos textos proibidos, indaga "que forças malélicas seriam capazes de desencadear, que horríveis histórias contam eles?". Ao que responde o *Escritor*: "Nada de muito estranho, de muito especial. Falam de índios que são expulsos das matas pela civilização, de loterias esportivas e seus improváveis ganhadores, de perseguidos políticos que se despedem das amadas ao som das feiras-livres e não serve cotovias shakesperianas, de linchamentos realizados sem ao menos uma autêntica convicção sangüinária, de pobres camponeses explorados na cidade grande, de falsos moralistas, de publicitários que escondem no trabalho as suas frustrações morais e intelectuais, de um imenso túnel escuro que estaríamos atravessando..."

ABAJUR LILÁS

Plínio Marcos, talvez o autor mais premiado e censurado do Brasil, teve sua obra de teatro e prosa editada pela Global. O destaque deve ser dado à peça **O Abajur Lilás**, que parece ter sido seu último texto censurado e proibido. Nele, mais uma vez desfilam os personagens do submundo, um punhado de deserdados da sorte, bastardos da vida, empenhados na inglória e já de antemão perdida batalha pela sobrevivência. São marginais, bichas, prostitutas, fruto e escória de uma sociedade desumana, injusta e implacável. Em **O Abajur Lilás**, mais uma vez se configura a afirmativa de Brecht de que "o homem é o assassino do homem". Como em todas as demais peças de Plínio Marcos, esta funciona como uma navalha na carne da sociedade, penetrando fundo, além da aparente tranquilidade da superfície, trazendo à luz as feridas que esta mesma sociedade criou ou permitiu fossem criadas e que tenta ou finge ignorar.

A **Ópera do Malandro**, comédia musical de Chico Buarque de Holanda, é uma feliz e inteligente adaptação a nossa realidade da **Ópera dos três vinténs**, de Brecht, que, por sua vez, já havia sido escrita a partir da **Ópera dos mendigos**, de John Gay. Situada no período de Vargas, a **Ópera do Malandro** segue, de forma mais ou menos regular, a linha narrativa do texto brechtiano, sem perder nunca a proposta de uma visão crítica da nossa realidade. Na apresentação, por exemplo, a primeira fala é a do produtor, que informa ao público: "Acredito que é tempo de abrimos os olhos para a realidade que nos cerca, que nos toca tão de perto e que às vezes relutamos em reconhecer". Narrando a história do malandro Max (versão nacional de Mac Navalha, de Brecht), o texto de Chico Buarque de Holanda, no dizer de Carlos Albânio, "quer justamente pôr à mostra o submundo que geramos com a nossa estrutura social, baseada no antagonismo entre as classes. Quer exibir esse 'outro lado' tão bem disfarçado do nosso lado. Ora, esse submundo não é o abcesso: é o nosso próprio mundo, só que sem a má-

cara de nossas boas maneiras. Quem é Max, o contrabandista, perto das empresas multinacionais beneficiadas com isenções de impostos e de tarifas alfandegárias? Que crime comete Chaves, o tira, diante da política feita à base do tráfico de influências e das preferências pessoais? Como condenar Vitória e Duran, cafetões, numa sociedade que faz da mulher objeto de cama e mesa, eterna escrava de um senhor prepotente? Ou a astuta Teresinha, que procura promover o seu negócio de crime organizado a crime legalizado? Johnny, General, Barrabás, Bem e Phillip seriam mais perigosos que esses distintos senhores tecnocratas, falsificadores dos índices inflacionários?"

Estes foram alguns dos livros de textos de autores nacionais lançados durante o ano de 1978. Além deles, outros deixaram de figurar aqui, por já terem sido comentados anteriormente, como **Murro em ponta de faca**, de Augusto Boal e Patética, de João Ribeiro Chaves Netto.

CARLOS CARVALHO

REGISTRO

RAÍZES ECONÔMICAS DA GUERRA DOS FARRAPOS, de Spencer Leitman. Desta vez o *brazilianist* veio ao Sul analisar uma das revoltas até hoje conhecida mais pelo romantismo de obras oficiosas. Edição da Graal.

A PSIQUIATRIA COMO DISCURSO DE MORALIDADE, de Joel Birman. Graal. Qual a função da psiquiatria? Por que a psiquiatria? Originalmente apresentado como tese no Departamento de Filosofia da Puc, do Rio de Janeiro, esse estudo procura responder algumas perguntas ultimamente muito repetidas por quem se preocupa com a loucura.

EXISTENCIALISMO OU MARXISMO? De Lukacs. Desta vez o polêmico pensador húngaro discute as possibilidades que tem o marxismo de aceitar o existencialismo. Edição da Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 250 páginas.

LABIRINTO DO ESPAÇO ROMANESCO, de Sônia Brayner. A autora é professora de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e nesta obra analisa o período de nossa literatura, compreendido entre 1880 e 1920. Os autores sob exame:

Machado de Assis, Raul Pompéia e Lima Barreto. Em convênio com o MEC, essa edição da Civilização Brasileira, 320 páginas, custa Cr\$ 75,00

POESIA VIVA 2, A DIVERSIDADE DE NOSSO TEMPO NA VISÃO DE CADA POETA. Quais são os poetas? Domingos Pellegrini Jr., Fernando Mendes Vianna, Regina Braga, Aristides Klafke. Civilização Brasileira, 200 páginas.

PALMARES A GUERRA DOS ESCRAVOS, de Décio Freitas. Da Graal. Esse autor gaúcho é conhecido por suas pesquisas sobre revoltas populares, procurando mostrar o caráter cruento da história nacional. Trata-se de uma segunda edição, revista pelo autor e ampliada com dados de arquivos portugueses.

A REVOLUÇÃO PERMANENTE, de Trotsky. A Livraria Editora Ciências Humanas, ao editar esse livro, possibilita ao público brasileiro ter dados sobre o caráter das revoluções na sociedade contemporânea, tanto no que concerne ao seu conteúdo de classe como às suas forças motrizes, à sua evolução e aos seus objetivos. Tudo isso na perspectiva de alguém que ajudou a fazer a Revolução Russa: Trotsky.

CIÊNCIA DA HISTÓRIA E DA IDEOLOGIA, de Carlos Henrique Escobar. Classes sociais; Ideologia, aparelhos ideológicos do Estado e Imperialismo; a pequena burguesia, o saber e os aparelhos. São alguns dos temas enfocados no livro de Escobar, filósofo e lingüista carioca.

HISTÓRIA DA SEXUALIDADE, de Michel Foucault. Depois de um raio x na loucura, nas formas funções e objetivos, depois de uma análise da punição, como controle social, esse filósofo francês traz ao leitor uma história da sexualidade e seu papel repressivo no curso da História. Da Graal, 150 páginas, segunda edição.

DA MONARQUIA À REPÚBLICA, de Emília Viotti da Costa. Ex-professora da Universidade de São Paulo e atualmente nos Estados Unidos, a autora pesquisa um dos momentos mais importantes da história brasileira. Vem alimentar uma bibliografia cada vez mais consistentes da historiografia nacional, sob o ponto de vista do colonizado e não do colonizador. Ciências Humanas, 235 páginas.

Estudante inteligente fica sócio da Cepal.



Canetas
COMPACTOR

Cadernos
PROPASA

COOPERATIVA DOS ESTUDANTES
DE PORTO ALEGRE
André da Rocha, 216
Presidente Roosevelt, 1344
Assis Brasil, 2642

Alô, Alô, Secundaristas do Brasil!

Queremos agradecer aos companheiros a publicação de nossa primeira carta e comunicar-lhes que, devido à publicação da mesma, recebemos cartas de vários pontos do país, tanto do Rio Grande do Sul quando de locais onde nem imaginávamos que houvesse algum nível de organização.

Esta carta é, também, mais um apelo para a colaboração de vocês. É que nossos colegas, aí do Sul, nos enviaram uma carta pedindo esclarecimentos de várias coisas. Infelizmente ficamos sem saber como responder, pois não nos mandaram nenhum endereço e a única saída foi apelarmos para que vocês comuniquem aos colegas secundaristas nossas dificuldades.

Agradecendo antecipadamente a atenção dos companheiros e ressaltando a grande colaboração que já nos prestaram, o que serviu para atamento de contatos, agora podemos afirmar: "Vamos rearticular o movimento secundarista!"

Diretoria União Municipal de Estudantes Secundários de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG

Os pastores e suas conveniências

O Sr. Renato Canini, que me pichou no *Coojornal* de fevereiro, não lê a coluna que escrevo para mais de 30 jornais brasileiros. Se não, saberia que "descarregar baterias" também "contra os países da cortina de ferro e de bambu (e também Cuba!)"

O pastor Wurbrand, por ele citado, comete o mesmo erro que ele acha que comete, só que às avessas: Wurbrand (que, no mesmo estilo de Rex Humbard, faz reuniões em estádios e faz coleta sem prestar contas) só picha as "cortinas" de ferro e de bambu, mas não ataca nenhuma "cortina" chilena, uruguaia, argentina, grega ou brasileira. "A Voz dos Mártires", jornalzinho que é enviado grátis a milhares de protestantes no Brasil, dá uma boa idéia do que afirmo.

De resto, é ótima a seção "Idéias e Opiniões"; e, das pichações mútuas, quem ganha é o leitor, que sai mais informado.

Pastor Roberto Vicente T. Lessa, São Paulo, SP



Cadê o bolo, Delfim?

Ao *Coojornal*, que tanto aprecio, entrego este poema, "A Hora Delfim":

Delfim dos milagres, / Delfim da picada. / Delfim do malogro / ai Nação consternada. // Conhece os campos / da janela do avião. / Através das fotos / já viu plantação. // Viu Galpão por slide, / potreiro em TV. / Nada sabe de engenhos, / da roça pouco a dizer. // Delfim dos milagres, / Delfim da picada. / Delfim do malogro / ai Nação consternada. // Adeus minha roça / mogango e feijão. / Lavouras voltadas / pra exportação. // Meu pilão de canjica, / roçado de aipim, / vaquinha leiteira / que será de mim? // Delfim dos milagres, / Delfim da picada. / Delfim do malogro / ai Nação consternada. // Saiu da "Fazenda" / pra junta de bois. / Mas ninguém esquece / quem foi, como foi. // Matutas, caipiras / aprendam inglês. // Delfim da picada / é a hora e a vez. // Nas vendas, nos botecos, / fandangos, rinhedeiros / todo povinho fala / voltou a milagreiro. // Não à enxada. / Ao dólar sim. / Todo mundo pergunta: / cadê o bolo, Delfim? // Delfim dos milagres, / Delfim da picada. / Delfim do malogro / ai Nação consternada.

Luiz Coronel, Porto Alegre, RS

A guerrilha

Por um ato de consciência, venho manifestar a esse prestigioso *Coojornal* minha solidariedade aos 69 militantes de esquerda que lutaram nas matas do Araguaia.

Infelizmente, somente agora, após cinco anos de silêncio, o povo brasileiro fica ciente dos acontecimentos que envolveram esses jovens idealistas. E não poderíamos ficar omissos, pois somos todos brasileiros de coração, e esses jovens merecem sem dúvida nenhuma, destaque na História do País.

Rubens Heitor Trindade, Bagé, RS

"Um lopesguaio"

O *Coojornal* de março traz entrevista com o jornalista Júlio José Chiavenato e trechos de seu livro a respeito da Guerra da Tríplíce Aliança. A simples leitura nos transporta à edição nº 19 do *Cuaderno Crisís*, de Buenos Aires, que analisa o que foi a citada campanha e ralaciona as obras compiladas.

Entretanto, a atitude tão apaixonada e injusta bastaria, por si só, para caracterizar o autor; trata-se, o Sr. Chiavenato, até prova em contrário, de um legítimo lopesguaio, discípulo entusiasta dos O'Leary, dos Herrerás, dos Pereyras, dos Gimenez, dos Alberti, no conceito dos quais Câmara, Caxias, Mitre e Osório não passam de pigmeus ao lado de Lopez, o super-homem da América.

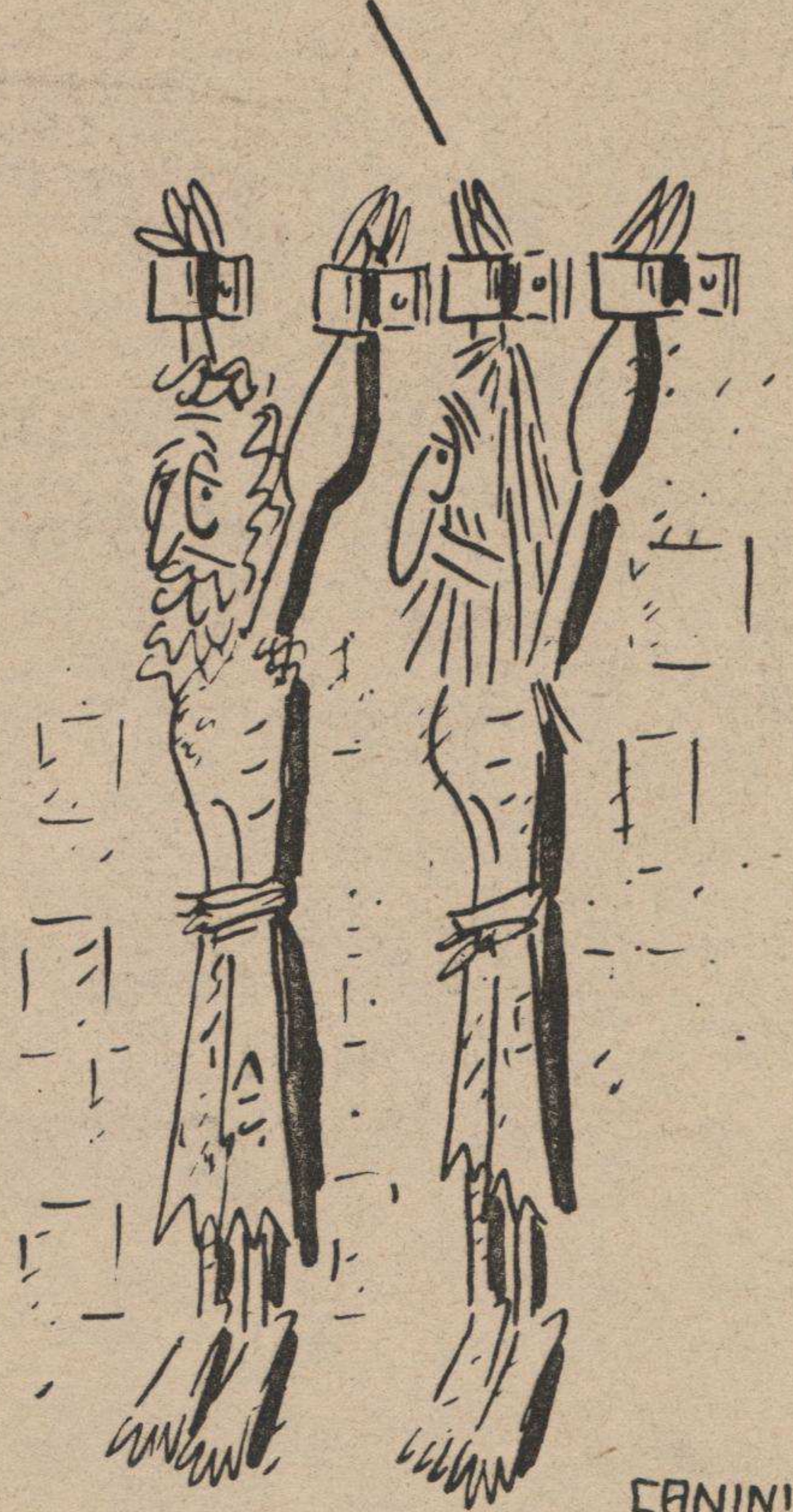
Wilmir Lútz Farias, São Leopoldo, RS

"Ah, as mentiras que ouvimos nas escolas..."

A respeito do excelente trabalho de Júlio José Chiavenato, "A Terrível Aliança" (*Coojornal* 39), há realmente uma distância enorme entre aquilo que nos ensinaram no ginásio e a verdadeira história. Mas o que mais intriga a gente é que passados 109 anos do final da guerra do Paraguai, as nossas autoridades ainda teimam em esconder as verdades dos fatos. É aquela velha história: cometem-se os crimes e arbitrariedades, depois querem deformar a história, esconder os acontecimentos do conhecimento da população. Recente, temos a "guerrilha do Araguaia", que foi desconhecida da maioria da população até o ano passado; o processo contra o jornalista Antonio Carlos Fon, da revista *Veja*, processado por dizer as verdades sobre as torturas praticadas pelos DOI-CODIs; e mais recente ainda foi o fato divulgado pelo semanário *Movimento*, a respeito dos planos do Exército Brasileiro de invadir o Uruguai caso a esquerda fosse vitoriosa naquele país.

Voltando ao artigo de Chiavenato, nos causa asco o papel de mercenários feito pelo Brasil, Argentina e Uruguai em favor

GOZADO, EU TAMBÉM PENSO O MESMO.



do imperialismo inglês e contra a progressista nação paraguaia, da época. Já havia lido alguma coisa sobre a carnificina que foi aquela guerra, mas não sabia do sadismo a que chegaram as tropas da tríplíce aliança. E nós, nos tempos de ginásio, que achávamos que Solano Lopez era realmente um tirano e ditador. Como, se a maioria do povo paraguaio deu a vida pela pátria que Lopez era o governante?

Nossa homenagem aos valorosos paraguaios, que deram a vida em defesa de sua pátria e contra o imperialismo inglês. Por ser o único povo livre da América do Sul foi destruído, mas um dia a história fará justiça aos verdadeiros heróis. Ontem, como hoje, os povos *hermanos* da América Latina devem se unir contra o inimigo principal: a miséria e o imperialismo.

Domingos Abreu Miranda, Alfenas, MG

O ideal é o consumidor

A propósito da reportagem "Todas as cooperativas contra a Copersucar" (*Coojornal* 37) lembro que, salvo melhor juízo, não se trata de combater a Copersucar, mas, isto sim, de escoimar o Cooperativismo das impurezas de que foi acometido já nos idos de 1888, quando foi implantado no Brasil, passando de um sistema de defesa do consumidor, para o que havia sido criado em 1844, para um de amparo ao produtor, o que ocasionou o desvio doutrinário que ora se observa.



De minha parte, ratifico a tese de que, quando os veículos de comunicação de massa quiserem, teremos no País um Cooperativismo dentro da mais pura ortodoxia.

Sebastião Alfredo dos Santos, Piabetá, RJ

A Amazônia é nossa!

Onde estão os brasileiros?

Pelo vasto material jornalístico e de muita relevância para nós brasileiros, evidenciando a questão da "exploração da Amazônia", (é exploração no sentido pejorativo mesmo!), dá para surgir outra questão: a nacionalidade daqueles que comandam os destinos do País. Será que estas pessoas não têm um mínimo de patriotismo, de amor à nossa terra e ao nosso povo? Por que não promovem uma reforma agrária de acordo com os anseios populares?

Pelo visto, querem mesmo dar nosso território de mão beijada a este povo gerado pela perniciosa ideologia do lucro, indiferente às conseqüências que sofrem os explorados, que é o povo americano, tão badalado pela TV Globo. Tá na hora dos brasileiros de sangue puro se unirem, darem as mãos e juntos combaterem esses vorazes abutres que baixaram em nosso terreno. Por um Brasil de brasileiros!

David de Assis Junqueira, Gov. Valadares, MG

Absurdo: um campo de nudismo em Trindade

A Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, entidade com um ano de existência e que tem por princípios e objetivos fundamentais a defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Litoral Brasileiro e a melhoria das condições de vida de seus habitantes, vem esclarecer fatos ocorridos que tentam deformar a seriedade e a profundidade dos trabalhos até então desenvolvidos junto às comunidades do litoral brasileiro.

Como é do conhecimento geral, a comunidade de Trindade, município de Paraty, Estado do Rio, foi invadida em princípios de 1973 pela empresa imobiliária Trindade Desenvolvimento Territorial Ltda., subsidiária da multinacional Adella (*Agência de Desarrollo Latino-Americano*), que tentou, pela força, desalojar a população nativa. Este fato desarticulou e desativou todo o *modus vivendi* existente no local há mais de 300 anos. O trabalho da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro tem-se orientado junto à essa população na rearticulação e preservação do sistema de trabalho cooperativo na pesca, na lavoura e no artesanato.

Dentre as muitas ações contrárias aos interesses da população de Trindade, e que veio a público nos últimos dias, destacamos a reportagem com o Sr. Sérgio Paulo Lacorte, publicada na *Folha de São Paulo* de 29/01/79, que propõe a criação de um Clube de Nudismo nesta mesma região.

A reportagem baseia-se em dados inverídicos, tais como: "...restam hoje apenas 40 pessoas, trindadeiros mais teimosos..."; na verdade, são atualmente 51 famílias, uma população aproximada de 300 pessoas, sendo que muitas das famílias que haviam sido expulsas estão retornando das periferias das cidades maiores, às quais foram atiradas. E ainda: "...no ano passado, em primeira instância, a Companhia teve ganho de causa..." omitindo-se o fato de que a Companhia ganhou apenas um dos tipo de ação que correm, aquela que trata da venda das posses sob coação.

Na realidade, a violência contra a cultura das comunidades caiçaras não ocorre somente em Trindade, mas em todo o litoral brasileiro, decorrente da crescente especulação imobiliária levada a cabo, na maioria das vezes, por empresas multinacionais que, impunemente, destroem o equilíbrio do sistema sócio-político destas comunidades, levando os caiçaras à uma inevitável marginalização.

José Roberto F. Cintra, presidente da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro.



Em nome da terra, do homem, da vida.

Em 1929, quando a Samrig começava, investir na terra e no trabalho do homem do campo era, no mínimo, um gesto corajoso. O mundo estava em crise e ninguém arriscava no amanhã. A Samrig investiu e arriscou. Com um capital de "doze mil contos de réis", montava o seu primeiro moinho de trigo, em Porto Alegre, e começava a produzir farinha. Ao longo de sua caminhada, a Samrig nunca esqueceu o exemplo dos que trabalham na terra e transformam em riquezas os dourados frutos de nosso solo. Sua serena esperança a cada amanhecer,

sua luta diária na batalha da produção de alimentos. E nesta trilha de pás e enxadas, de homens e máquinas, a Samrig construiu a sua história. Substituiu o trigo pela soja, implantou silos, construiu armazéns e terminais de exportação, cresceu, montou o maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, e hoje, 50 anos depois, produz milhares e milhares de toneladas diárias de alimentos, para consumo interno e para exportação. Com muita responsabilidade. Em nome do progresso desta terra, do trabalho do homem do campo, da vida e da felicidade das pessoas.



Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

O Governo só quer adesões

Negociar é uma coisa. Reclamar um voto de confiança é outra bem diferente. Embora o presidente João Baptista de Figueiredo tenha estendido a mão em conciliação e mesmo com os líderes arenistas reiterando a disposição de *conversar* com a Oposição — ou com alguns representantes dela — já está claro que o Governo deseja mais um voto de confiança, para duas coisas: o programa de reformas políticas e o programa de combate à inflação, que ele mesmo, o Governo, prepara e implementa.

A expectativa do Governo, em relação ao Movimento Democrático Brasileiro, aponta uma direção precisa: espera que o MDB se fragmente em muitos pedaços e tem a convicção de que se fragmentará em pelo menos três partes: uma para o PTB (qualquer que seja esse PTB); outra para o Governo; e a terceira com o resto, juntando-se parte dos moderados com parte dos autênticos. É este último fragmento que, nos projetos do Governo, pode subdividir-se.

Ora, qual o Governo que vai negociar a sério com um partido que considera em vias de implosão? Uma negociação seria supor que os dois lados, cada um com seu programa, façam concessões mútuas e acertos até chegar a um programa comum, que represente alguma síntese dos pontos de partida. Naturalmente isso só ocorre naqueles momentos em que o Governo reconhece a força da Oposição e admite precisar dela para alcançar determinados objetivos nacionais.

O Governo do general Figueiredo não encontra no MDB um programa econômico que considere sério e, assim, não cogita de convidar representantes do Partido da Oposição para acertar princípios e métodos de combate à inflação. Conforme já comentou o ministro Petrônio Portela, ele vai solicitar um voto de confiança na luta nacional contra a inflação nos termos que forem definidos naqueles mesmos laboratórios que o ministro Mário Henrique Simonsen vem manipulando há cinco anos, sempre com a vitória da inflação. Mas, o Governo acha que a culpa é sempre dos outros (das chuvas, da enchente, da seca, da cebola, do chuchu, dos especuladores, dos salários), e nunca de seus planos, que continuam prestigiados.

De qualquer modo, o que importa para o momento é registrar que o Governo não se sente forçado a buscar apoio na Oposição para a implementação de seu programa econômico. O mesmo vale para o programa de reformas políticas. "A anistia — disse o ministro Petrônio Portela — é um ato de Governo e de maioria, não é um ato de oposição. Assim, cabe ao Governo e à maioria estabelecer sua oportunidade". E ainda, acerca das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais: "A bandeira é nossa também e cabe a nós (Arena e Governo) escolher o momento de desfaldá-la". É para reiterar essa disposição que líderes arenistas mais próximos ao Palácio do Planalto dizem que o Governo quer conversar com a Oposição. É preciso, porém, que esta compreenda que se trata de entendimento do "forte com o fraco".

Que fique claro, portanto: O Governo tem seu programa de reformas (aberturas) políticas, de alcance e para o momento que ele mesmo determinará, e tudo num processo, durante o qual não oferece negociação, mas aguarda adesões.

Para as questões práticas mais imediatas, isso significa que a cúpula arenista — ou a cúpula política do Governo — vai determinar ao Partido que vote contra as iniciativas do MDB, especificamente contra as emendas Benevides (restabelece as eleições diretas nas capitais), Montoro (que extingue os biônicos em um ano e

marca eleições diretas para governadores e senadores) e a emenda que concede anistia ampla e irrestrita.

A liderança parlamentar do Governo reconhece que são votos negativos e impopulares. Recoloca em cena aquela desconfortável imagem da Arena, o partido que se declara a favor de todas as aberturas e vota contra todas elas, sempre alegando que não são oportunas.

Mas, desta vez, a liderança do Governo acredita que pode ajeitar as coisas. Ainda terá de promover alguns adiamentos nas aberturas prometidas. Mas, pelo menos poderá marcar a data dos tais momentos oportunos. Por exemplo, ao votar contra a emenda Montoro já terá engatilhado a emenda do deputado Edison Lobão, que torna diretas as eleições para governador em 1982. E, muito provavelmente, o Governo vai apresentar seu projeto de anistia antes de votar contra a emenda do MDB.

A este propósito, a liderança da Arena tem-se divertido com o escorregão do MDB, cujo projeto de anistia beneficia — está escrito lá — quem tenha sido punido por atos políticos praticados depois de 31 de março de 1964. Ora, há pessoas que foram punidas (cassadas ou condenadas) por atos cometidos antes dessa data e que assim estariam excluídas do projeto emedebista. Os arenistas têm dito que o Governo não concederá uma anistia irrestrita, mas, certamente, "mais ampla do que a do MDB".

Trata-se, por certo, de um truque que a cúpula arenista tenta aplicar sobre o MDB, mas que não vai funcionar. O projeto do MDB tem um pequeno equívoco de redação — facilmente corrigível — pois seu espírito é o de conceder anistia ampla e irrestrita, algo que está muito além dos propósitos do Palácio do Planalto.

Em todo caso, importa registrar que o Governo, goste-se ou não, tem o seu norte.

Evitemos a especulação, isto é, evitemos perguntar, por ora, ao menos, se isso vai funcionar. Convém, antes, examinar o que se passa nas oposições e em certas áreas das bases arenistas. Um esclarecimento: A Oposição de que aqui se trata é a oposição parlamentar exercida pelo MDB, que é aquela que se pode ver de perto, em Brasília.

No início da legislatura, as bancadas emedebistas mostraram alguma consistência no trabalho organizado. A condução de Paulo Brossard e Freitas Nobre à liderança no Senado e Câmara dos Deputados, respectivamente, significou, em termos nacionais, o reconhecimento da força majoritária da corrente mais combativa, que nós nos acostumamos a chamar de autêntica, mas que também, nas condições do Brasil de hoje, pode ser chamada de esquerda do MDB.

Os adesistas e picaretas de um modo geral, que diminuíram em relação à bancada anterior, ficaram inteiramente neutralizados, e os moderados mais à direita se aquietaram. A bancada na Câmara definiu tarefas, organizou grupos de estudos. Um deles para examinar uma reforma constitucional e de toda a legislação política, de modo a expurgar todos os resquícios de exceção, que não são poucos.

A bancada acabou arranjando uma boa solução de compromisso para o caso da CPI das torturas, reclamada por alguns parlamentares, considerada precipitada e provocadora, no momento, por outros. O arranjo foi formar uma espécie de CPI interna, uma comissão emedebista encarregada de levantar todas as denúncias e casos de violação de direitos humanos, material que pode constituir um livro — um livro negro — de muito

mais impacto que uma CPI controlada pela Arena, que por ser majoritária na Casa é majoritária em todas as comissões. Esse livro, por certo, não deve sair imediatamente e isso evita por algum tempo a exacerbação de ânimos da direita do Regime, que já deu todos os recados para deixar suficientemente claro que não pode tolerar as investigações nos aparelhos de repressão, nos chamados porões do Regime. Na verdade, é todo o Regime, cujas alas internas se entendem, que não deseja este tipo de investigação.

Parecia haver entre os emedebistas um razoável entendimento em torno destas observações, e, em consequência, um quase consenso no sentido de tratar o assunto com prudência, pois a precipitação, no caso, pode provocar o que o presidente Ernesto Geisel chamava de "contrapressões em sentido contrário". Para resumir, a bancada federal emedebista parecia caminhar para a posição de não esquecer o assunto, mas deixar para aprofundá-lo — e fazer as cobranças que precisará fazer — quando houver mais garantias, quer dizer, quando as aberturas estiverem mais consolidadas.

Finalmente, o MDB apresentou seu projeto de anistia, marcando posição doutrinária, assim como havia feito com a apresentação das emendas Mauro Benevides e Franco Montoro. E parece que a coisa parou por aí. Passadas as duas primeiras semanas de abril, as bancadas emedebistas mostravam-se algo desorientadas e sem um trabalho ordenado.

Em parte, essa desorientação decorreu da firmeza demonstrada pelo recém-inaugurado Governo Figueiredo, que mostrou ter um projeto político claro e, no episódio da greve no ABC, deu simultaneamente demonstrações de força e de habilidade para negociar.

O MDB que, em termos nacionais, esteve mais ou menos à margem no episódio das greves, ficou momentaneamente sem ação quando a cúpula política do Governo simplesmente anunciou que votaria contra as emendas da Oposição e, em seguida, aprovaria as suas (dele, Governo), mesmo que fossem idênticas.

E aí? Aí aconteceu o que sempre acontece quando falta uma precisa orientação geral: cada um vai por si. No caso, reapareceu a movimentação dos parlamentares que querem reorganizar já o PTB e dos moderadíssimos, como Tancredo Neves e Thales Ramalho, que intensificaram seus entendimentos com o Governo, na pessoa do ministro Petrônio Portela. Mas, para esses moderadíssimos, a estratégia do Governo, além de segura, como toda gente admite, é também correta e boa — entendimento que a maior parte das oposições não aceita.

De qualquer modo, foi um bom começo para o Governo Figueiredo, mas só o começo. Ele conseguiu colocar bem seus planos e promessas, que, entretanto, são ainda planos e promessas. A parte mais fácil, convenhamos. O difícil será sua concretização a um nível que atenda às exigências explícitas e sobejamente conhecidas da sociedade civil, inclusive a classe operária organizada.

Serão esses atos concretos do Governo — e não as atuais promessas — que darão o sentido mais claro do quadro político. O que talvez explique a atual indecisão da Oposição: Enquanto o Governo forte promete maravilhas, a Oposição é posta na expectativa. Mas este Governo não pode esperar muito para resgatar suas promessas. E aí a bola pode voltar para a Oposição. Se o Governo cumprir tudo o que promete, então melhor para todos nós: não teremos inflação, teremos democracia, vamos todos gozar a vida, cada um no seu partido. Se não cumprir? "Aí fica complicado, mas eu não sei como fica", como diria o Charlie Brown.

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:
Endereço: Fone:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:
Endereço: Fone:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros Estados no mesmo dia em que ele vai para às bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

COOJORNAL

muita coisa vai mudar na
 história do comércio gaúcho

ABERTA A MAKRO

De 2.^a a sábado das 8 às 22 horas

A Makro chegou para tirar o comerciante na garupa. Para servir ao pequeno e médio comerciantes e contribuir para racionalizar a distribuição no Rio Grande do Sul. Makro é superatacado, um auto-serviço atacadista, à vista, exclusivo para comerciantes e compradores profissionais.

Makro é o estoque do comerciante

Comprando na Makro, o comerciante não precisa empatar capital em estoque; tem à disposição todo o estoque do superatacado: 35 mil produtos, entre alimentos e não-alimentos. Ele compra somente a mercadoria que precisa para um giro rápido em seu estabelecimento, sem preocupar-se com quantidades "mínimas" ou "máximas".

o superatacado
makro

Sem perda de tempo

Na Makro, o comerciante não perde tempo. As notas fiscais são emitidas rapidamente e sem erros, por um sistema de 30 terminais controlados por dois computadores **COBRA 700** de fabricação nacional. O computador é uma ferramenta que dá suporte a toda estratégia de marketing da Makro, desde o cadastramento do cliente e das mercadorias, até o rigoroso controle de preços e estoque. Além do mais, o comerciante não precisa ficar procurando lugar para estacionar seu veículo. A Makro tem estacionamento para 900 carros. E tem também restaurante para refeições completas ou lanches ligeiros.

A embalagem Makro

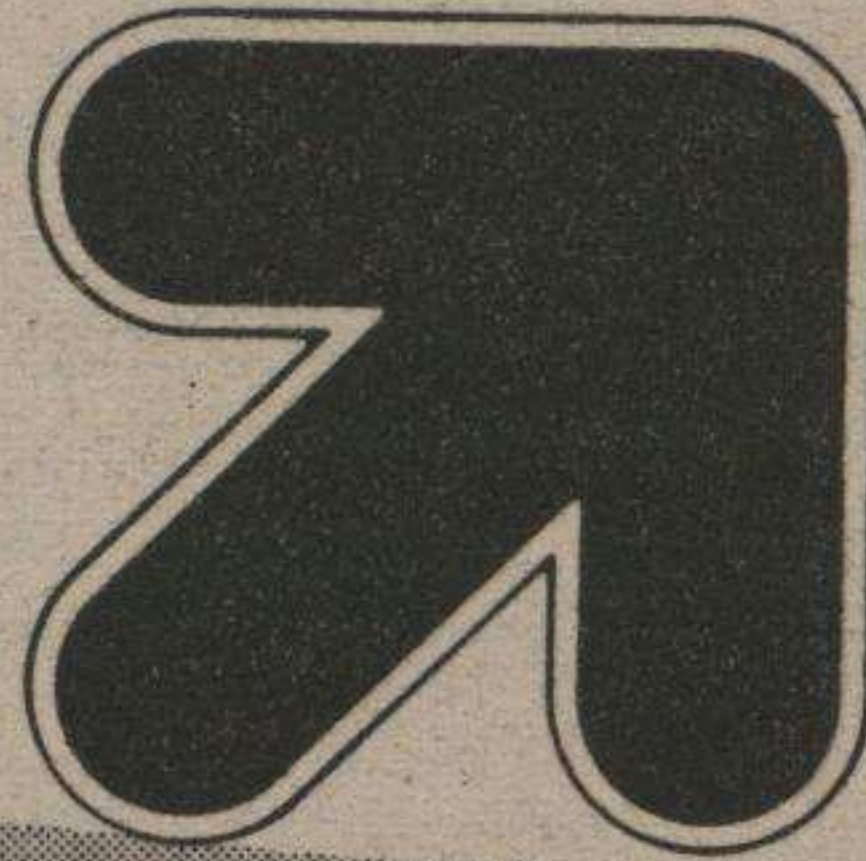
O comerciante não é obrigado a comprar em caixas fechadas; pode comprar unidades fracionadas, a embalagem Makro. E mesmo comprando em pequenas quantidades, goza de preços mais baixos, menores do que os do atacado tradicional. O preço unitário é o mesmo, tanto na Embalagem Makro quanto na embalagem tradicional.

Somente para comerciantes

Makro não está aberta para o público consumidor, para a dona de casa. Makro é um superatacado - só vende para comerciantes e compradores profissionais. Para ingressar em sua área de vendas é preciso apresentar o "Passaporte Makro",



credencial que distingue o comerciante do consumidor final. Se você é comerciante, ou comprador profissional de uma empresa



ou instituição, e ainda não recebeu o "Passaporte Makro" - compareça à Recepção de Clientes munido de seu CGC, Inscrição Estadual e duas notas fiscais de compras recentes, e retire gratuitamente a sua credencial. (Os compradores profissionais devem apresentar ainda uma carta de autorização assinada pela direção da empresa).

Comerciante - Makro é o seu melhor parceiro.

Makro está localizada no entroncamento da "free-way" com a Rodovia Federal (BR 116), junto ao CEASA, em Porto Alegre.



o superatacado
makro
Rua Vitor Valério, s/n.º Bairro Anchieta - Porto Alegre

**NOSSOS
AGRADECIMENTOS
AS EMPRESAS
QUE CONOSCO
COLABORARAM.**

BEST-STEVIN Construtora Ltda. (construtora principal)
INTARCO - Projetos e Consultoria S/C Ltda. (projeto e direção)
A.C. VASCONCELOS S.A. Engenheiros Associados
AMEISE - Empilhadeiras Elétricas
ARTOMAR - Artefato de Madeira Ltda.
CLIMATROL - Engenharia e Instalações Ltda.
COBRA - Computadores e Sistema do Brasil S.A.
Comercial e Construtora CYRINO Ltda.
CS PROJETOS, Equipamentos e Instalações Ltda.

ECISOL Engenharia Com. e Isolamentos Ltda.
Elevadores GUAIBA Ltda.
Empreiteira de Pinturas CAMARO Ltda.
ENGINEERING S.A. Servs. de Engenharia (montadora principal)
Esquadrias Metálicas KOCH Ltda.
FIEL S.A. Divisão de Armazenagem
Ind. e Com. de CARRINHOS ILDA Ltda.
LION S.A. Engenharia e Importação
Metalúrgica VALENTI Ltda.

PEDREIRAS PAVIMENTAÇÕES Ltda.
PIMACO Autoadesivos Ltda.
PRODIS S.A. Ind. de Móveis, Inst. e Equipos.
ROD CAR - Rodízios e Carrinhos Ltda.
SECURIT S.A.
SERAL DO BRASIL S.A. Ind. Metalúrgica (gôndolas)
Telhas ISDRALIT - Qualidade em Cimento-Amianto
TOSHIBA do Brasil S.A.
VIVAQUA do Brasil Ltda. Saneamento de Água

“Os militares, quando tomam o Poder, fecham a porta e não sabem sair”

Arturo Illia, derrubado da Presidência da Argentina pelo golpe do general Onganía, em 1966, ainda mora em Córdoba, a segunda maior cidade do País. Aos 78 anos, médico aposentado, não largou a política, apesar da suspensão das atividades dos partidos pela ditadura do general Videla. Às vezes o ex-Presidente abandona seu refúgio do interior e viaja para outros países, onde se sente um pouco mais à vontade para comentar, com voz sumida, a situação política do seu País.

Alquebrado, mas lúcido, em meados de março o ex-chefe do Partido Radical do Povo esteve em Caracas, como convidado da Universidade Simon Bolívar para um simpósio sobre as perspectivas da democracia na América latina. Sem abrir muito a guarda, o doutor Illia falou a Geraldo Hasse, do *Coojornal*, sobre a mais insidiosa doença política do seu País e da América Latina, uma doença crônica, epidêmica, da qual foi pessoalmente, uma das maiores vítimas: a presença dos militares no Poder.

UMA DESGRAÇA

— **Dr. Illia, quando os militares vão deixar o Poder, na Argentina?**

— Ah, isto é uma desgraça, meu filho, uma desgraça! Os militares, quando assaltam o Poder, fecham a porta e não sabem sair. Este é o grande problema dos militares. Sabem entrar, mas não sabem sair.

Aos 78 anos, sempre magro, meio encurvado, cheio de rugas, usando os mesmos ternos escuros dos tempos do consultório médico de Córdoba e da militância política em Buenos Aires, o doutor Arturo Illia fala dos militares como se falasse de uma antiga e conhecida doença. Como médico, já não atua mais. Como político, continua dando expediente, embora sua clientela esteja praticamente reduzida aos companheiros do Partido Radical — a grande corrente política da classe média argentina, situada entre o reacionarismo dos conservadores e o fanatismo dos peronistas. Lúcido, fumante e inveterado, vive, ainda, em Córdoba, sempre disposto a uma conversa em voz baixa.

Apesar do Golpe Militar de março de 1976, que encerrou um breve e agitado período de mando civil na Argentina da década de 70, o doutor Illia afirma que não largou a política.

— Sim, continuo na luta — diz ele, sem veemência, no mesmo tom de quem afirmasse: — Sim, continuo vivo, apesar de tudo.

Sem embargo (como dizem os argentinos), a luta de Illia praticamente acabou no dia 28 de junho de 1966, quando um grupo de oficiais invadiu seu gabinete na Casa Rosada. Illia, teimoso, resistiu às pressões para renunciar e só deixou o Palácio, pacificamente, quando lhe deixaram claro que, se não saísse por bem, teria de sair por mal. O que não queria era passar por frouxo.

Enquanto o general Juan Carlos Onganía tomava seu lugar na Casa Rosada, Illia saía para o exílio. Ficou fora por pouco tempo. Logo voltou para Córdoba, para as reuniões do Partido Radical, para a política.

Filho de um imigrante italiano, Arturo Illia nasceu em Pergamino, um *pueblo* agrícola perto de Buenos Aires, em agosto de 1900. Aos 13 anos de idade, foi estudar em Buenos Aires, onde se formou em Medicina. Abriu um consultório em Córdoba e entrou para a União Cívica Radical em 1930, ano em que caía do Poder o caudilho radical Hipólito Irigoyen. Em 1940, foi nomeado vice-governador da Província de Córdoba, cargo que foi obrigado a deixar em 1943, por causa da revolução insuflada por jovens oficiais, entre eles Juan Domingo Perón, que se tornaria o mais influente caudilho da história política moderna na Argentina.

Em 1948, o doutor Illia estava na Assembléia Nacional, como deputado. Em março de 62, foi eleito governador da



Arturo Illia: “Extremismos estão no fim”

Província de Córdoba, mas nem chegou a assumir, pois as eleições foram anuladas pelo golpe que destituiu Arturo Frondizi da Presidência da República. Em outubro de 1963, finalmente, candidato dos *radicales del pueblo*, Illia foi eleito Presidente. Homem simples, otimista, intransigente, fez um Governo cheio de altos e baixos. Uma de suas primeiras medidas foi anular os contratos petrolíferos que, anos antes, haviam permitido a exploração das jazidas da Patagônia por empresas multinacionais. A prospecção passou ao controle estatal e as multinacionais foram indenizadas. Uma das conseqüências dessa medida foi a queda da produção de petróleo, que encaminhou a Argentina para uma crise econômica, agravada pela dificuldade política de contentar os peronistas entrincheirados na CGT e segurar os militares comandados por Onganía. Desconfiados da incoerência do Governo que apoiou a invasão norte-americana no Vietnã mas se negou a participar da Força Interamericana de Paz enviada para controlar a revolução em São Domingos, na América Central, os militares acusaram Illia de ser passivo, sem autoridade. A imprensa, inteiramente livre, publicava charges em que o Presidente era apresentado como um médico caduco que tentava aplicar remédios caseiros para curar os males de uma Argentina convulsionada por crises.

Hoje, ao lado do radical Ricardo Balbín, que às vezes acorda de sua letargia para soltar os cachorros nos peronistas ou nos militares, o doutor Illia é um dos úl-

timos vestígios da tradição civilista argentina, eternamente comprometida com a idéia de un *gobierno de las mayorías*. Anticomunista, mas sobretudo antiperonista, está suficientemente convencido de que os militares, por mais bem intencionados que sejam, só atrapalham, quando se metem na política.

— **Por que uma desgraça, doutor Illia?**
— *Eu sempre digo que o Estado de Direito é bom porque mantém sempre livres as duas portas do Poder — a de saída e a de entrada. No Estado de Direito, quando a pessoa entra pela porta principal, já sabe que terá de caminhar por tempo determinado até a porta dos fundos, que fica entreaberta. É um mecanismo simples e eficiente que garante a saúde política da Nação. Lamentavelmente, os militares não entendem isso. Eles assaltam a casa, fecham as portas e esquecem de sair.*

— **Na atual situação, qual é a perspectiva política da Argentina?**

— *Bueno, tenho para mim que a solução passa pela porta dos fundos. Por ali deviam sair os militares.*

— **Na sua opinião, por que não saem?**

— *Creio que os militares tomam o Poder cheios de boas intenções. Mas, uma vez instalados no Poder, esquecem as boas intenções. Esquecem, sobretudo, que a posse do Poder é uma coisa transitória. Eles se dividem, se envolvem em brigas de grupos.*

— **Mas, atualmente, qual é a perspectiva de mudança na Argentina?**

— *Na Argentina, você sabe, a coisa atingiu um ponto extremo, mas creio que um dia as coisas vão mudar.*

— **Como político, permitem que o Senhor tenha uma atuação normal?**

— *Naturalmente que os políticos na Argentina não estão tendo uma atividade normal, porque os partidos foram suspensos. Mas em nosso partido, que tem 90 anos de existência, estamos acostumados com golpes e mudanças. Infelizmente, a violência sempre esteve presente na política da Argentina, mas a experiência ensina que os Governos de força não duram muito tempo.*

— **Como homem de partido, qual tem sido sua atuação?**

— *Bueno, nós fazemos reuniões, discutimos a situação, damos entrevistas à imprensa, que naturalmente não são publicadas por causa da censura. Então, às vezes, damos umas entrevistas que são publicadas.*

— **O senhor quer dizer: dão entrevistas publicáveis?**

— *Sim, sim.*

— **Como vê a situação política da América Latina?**

— *Creio que se está chegando a um processo natural de esgotamento dos extremismos. Me parece que todas as ortodoxias, à esquerda e à direita, estão em decadência em todo o mundo. Nos próprios países comunistas a discussão está acesa. Creio que o questionamento das ortodoxias está exercendo influência até nos processos políticos dos países europeus. A Espanha é um exemplo. Saiu*

da ditadura franquista e nas últimas eleições, ao contrário das previsões, que anunciavam uma vitória da esquerda, a maioria do povo espanhol votou no centro. Também na América Latina, creio que a maioria do povo repudia os extremismos.

— **O peronismo morreu, doutor Illia?**

— *Não! O peronismo continua vivo. Acaso morreu o nazismo na Alemanha? Ou o fascismo morreu na Itália? Não, o peronismo não morreu, lamentavelmente.*

— **Como o Senhor explica a força do peronismo na Argentina?**

O doutor Illia acende um cigarro, dá uma longa tragada:

— *Eu não explico, lamento-o.*

Sonho democrático em Caracas

Nos últimos dias do Governo Perez, houve em Caracas um colóquio sobre Democracia — Perspectivas e Frustrações, para o qual foram convidados 27 ex-presidentes constitucionais da América Latina, inclusive Jânio Quadros, que não compareceu. Promovido pela Universidade Simón Bolívar, (USB), que se interessa muito por questões políticas (tipo Unicamp), o encontro se realizou de 6 a 8 de março com a presença de 13 dos ex-presidente convidados.

Entre eles figuras proeminentes como Eduardo Frei, Arturo Illia, Luís Echeverría, Fernando Belaunde Terry. Cada um fez um discurso (que serão publicados em livro pela SUB) e houve debates, encerrados por uma Declaração de Caracas, redigida pelo ex-presidente chileno.

De perspectivas, os 13 velhinhos pouco deixaram, pois seus discursos estavam carregados da tradição liberal-democrática e até mesmo populista, cultivada por vários deles quando no Poder. Em todo o caso, ouviram-se algumas análises dos mecanismos que levaram estas nações à frustração democrática. Outros ficaram no terreno das indagações, ou reproduziram velhos conceitos e definições da democracia formal.

O do ex-presidente colombiano Alfonso Lopez Michelsen, por exemplo, colocou a importância da reformulação e adaptação dos partidos políticos. Não é apenas a manutenção das liberdades já consagradas, nem o crescimento econômico, em sua opinião, que justificariam a sobrevivência dos partidos numa democracia pluralista. “É preciso avançar, buscando novos territórios... O primeiro deles é a distribuição de renda”. E alertou: “...não morram os partidos montando guarda nos sepulcros onde jazem conceitos fecundos no seu tempo, mas que já perderam seu valor”.



Os ex-presidentes reunidos em Caracas: da esquerda para a direita, Eduardo Frei (Chile), Alfonso Michelsen (Colômbia), Arturo Illia (Argentina), Joaquim Trejos (Costa Rica), Pastrana Borrero (Colômbia), Belaunde Terry (Peru), Luis Echeverría (México), Galo Plaza (Equador), Rafael Caldera (Venezuela), Bustamante y Rivero (Peru), Ramon Cruz (Honduras) e Juan Bosch (Rep. Dominicana)

"Existe uma forte tendência em confundir o populismo vago, alheio à ciência econômica e, às vezes, contrariando-a, com o socialismo. Este tem que ser científico, dar soluções... Daí o fracasso de várias experiências, tanto democráticas como sob regimes ditatoriais, quando se chocam contra os fatos e vão semeando o ceticismo acerca das soluções do estado liberal", disse Michelsen.

A razão do fracasso das experiências de reforma agrária em todo o continente, segundo Michelsen, reside no critério anacrônico de repartição física, "quando a questão da terra cobra novas dimensões no mundo contemporâneo": "Não basta repartir parcelas, que muitas vezes valem menos que a inversão para torná-las produtivas, mas é preciso fazer os agricultores participarem do crédito, do mercado, das tecnologias da 'revolução verde' e de uma série de fatores que mal podiam estar na mente de seus precursores. Mas se há fracasso, é possível que deva muito mais à falta de debate e de informação do que a excesso de liberdade ou a abuso de democracia".

Outro ex-mandatário colombiano, Misael Pastrana Borrero, vinculou a crise da democracia na América Latina e Central à crise do capitalismo. E passou a enumerar os fenômenos que a compõem e deterioram, entre eles a inflação com recessão, cujo sintoma mais evidente é o endividamento externo que se aproxima da monstruosa cifra de cem milhões de dólares para o conjunto de nossos países. Virtualmente, são Estados hipotecados".

Citando o autor norte-americano Moore Barrington, disse que "na pior das democracias, existem sempre mecanismos de retificação, cuja ausência nos regimes totalitários é notória; porque neles retificar-se é fracassar".

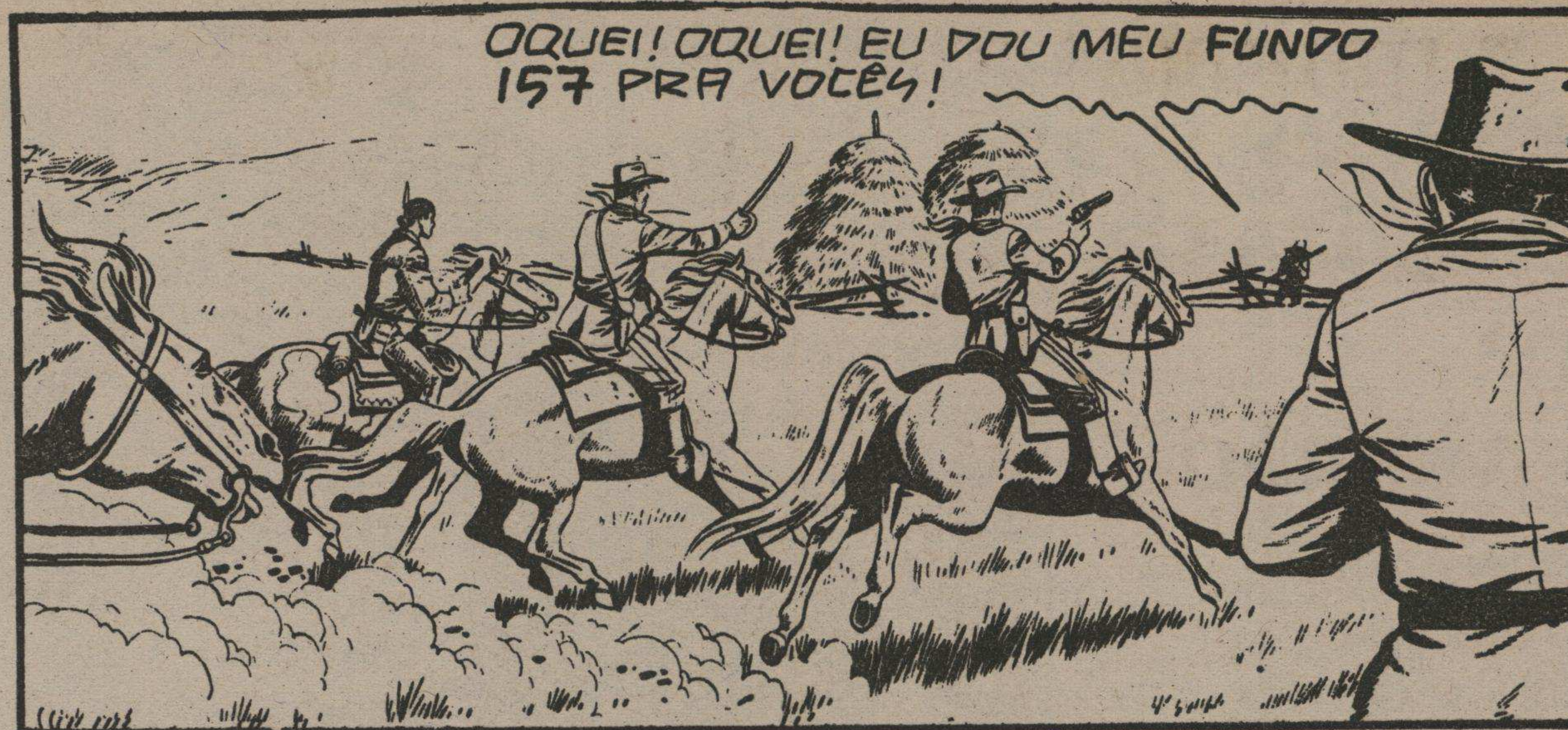
Em entrevista aos jornais venezuelanos, o ex-presidente Eduardo Frei deu sua opinião sobre as razões que levaram países de ampla tradição democrática, como o Chile, a cair sob regimes duros: "Creio que se deve, em grande parte, a uma falta de responsabilidade para compreender que a democracia e a liberdade não são o reino da facilidade e da libertinagem, mas que exigem maiores esforços para chegar ao consenso e à razão".

Ainda segundo Frei, otimista quanto a uma mudança na situação em seu País, nos próximos meses será possível avaliar os resultados de um plano trabalhista implantado pela Junta Militar, que permitirá aos sindicatos maior liberdade de reunião, a eleição de seus dirigentes e apresentação de reivindicações coletivas.

Presidente do Equador no período de 1948-52 e da OEA de 1968 a 75, Galo Plaza acredita que "o retorno à ordem constitucional culminará este ano em vários países latino-americanos. Nossas constituições não devem ser belos documentos impraticáveis, mas estar de acordo com o nível cívico-cultural dos diferentes povos".

Após longos dez anos de exílio, Fernando Belaunde Terry voltou ao Peru, em 1976 e, surpreendentemente, concorrerá às prometidas eleições presidenciais no final deste ano, pelo seu partido, a Ação Popular. Ironicamente, sua candidatura será lançada no dia três de outubro, "aniversário do golpe que me impediu de levar adiante as eleições que escolheriam meu sucessor". Também otimista quanto ao retorno da normalidade democrática a estas nações, num futuro imediato, mostrou que "a qualidade dos mandatários que se querem democráticos deve ser a de saber conviver com as situações adversas".

Na Declaração de Caracas, os chefes constitucionais reafirmaram sua fé na liberdade como fator de desenvolvimento social; conderam toda a forma de violência (a repressão, a morte, a tortura e o exílio); reivindicaram um aumento na produção e distribuição justa da renda; registraram a satisfação em vista de alguns governos terem iniciado processos de recuperação democrática e apelaram aos demais que respondam a esta vontade coletiva; fizeram um chamado à opinião pública, aos partidos políticos, às organizações trabalhistas, às universidades e aos meios de comunicação para a sua grande responsabilidade e consenso em torno dos valores democráticos, para reabilitar a democracia, e concluíram pela existência de uma tendência incontida de certos povos que se voltam para regimes democráticos, em todo o continente, apesar do quadro atual.



A felicidade é feita de coisas simples e necessárias como a natureza.



Grupo De Zorzi

Há 26 anos preservando a natureza.

(A)

Madeireira De Zorzi S/A • Celulose Cambará S/A • Madeireira Urupá S/A • Madeireira Jaquirana S/A • Madeireira Rio Irani Ltda. • Madeireira Cambará • Reflorestadores Unidos S/A • Agropecuária Tapagem • Agropecuária Urupi • Agrinco Rio Candeias S/A

Agora, as memórias da filha de Mourão

Ela quis proibir o livro do pai e agora escreveu uma novela que o scandalizaria

A filha do general Mourão Filho, que tentou proibir a publicação das memórias do pai através de uma ação judicial, agora — com a causa perdida e o livro circulando já em quarta edição — parece ter mudado de idéia. Ao contrário do que se pode esperar de alguém que antes queria censurar e proibir, Laurita Mourão de Irazabal, 48 anos, funcionária do Consulado Brasileiro em Nova Iorque, diz que *adora* o livro e que inclusive gostaria de enriquecê-lo com cartas íntimas, onde o General "mete o pau em muita gente importante do Governo". E mais: acusa o historiador Hélio Silva de ter "podado as memórias do general".

— Ele podou muita coisa que papai escreveu. Eu tenho cartas que provam que quando papai metia o pau em alguém, ele arrasava. E o Hélio suavizou esse aspecto.

Laurita vai mais longe: quer que a mesma editora L&PM — com quem ela brigou em juízo — publique também um livro sobre "o outro Mourão", uma novela de 400 folhas que ela acaba de escrever e que revela "o lado afetivo e familiar do general Mourão Filho". A novela, autobiográfica, é também a história dos 19 anos que ela vive fora do Brasil: seu trabalho, suas viagens e, principalmente, seus amores.

— E se o General estivesse vivo, ele gostaria da sua novela?

— Não, ele ficaria scandalizado.

Quando fui falar com ela, pedir uma entrevista para o *Coojornal*, preparei-me para levar uma enorme bronca. Mas a reação foi contrária. Ela ficou toda entusiasmada, ajeitou o cabelo quando soube que seria fotografada e me surpreendeu.

— Por que você queria impedir a publicação das memórias de seu pai?

— A razão é uma só: a moral. Considero que as memórias do General são minhas, porque sou sua filha legítima. O Seu Hélio Silva, dando uma de historiador, diz que as memórias não são minhas, que foram doadas pela Dona Maria.

Ora, eu conheço Dona Maria, a segunda mulher de papai, e tenho certeza que ela não escreveria aquela carta, porque ela não sabia escrever uma palavra. A carta foi escrita por algum advogado do Hélio Silva, que deve ser bem esperto.

— Mas a carta tem a assinatura dela...

— Quem assinou a tal carta eu não sei. Mesmo que tenha sido Dona Maria, pra mim isso não tem valor legal, pois ela não era casa com papai. Então ela não poderia dispor do que não era dela. E se fosse assim, se a lei dá direito a ela herdar o que não lhe pertence, eu também quero ter direito sobre os bens dela, pois o que não pode é a lei do funil, fininha pra mim, grandona pra você.

— E quanto ao conteúdo do livro?

— Com relação ao conteúdo das memórias, também tenho minhas objeções. A primeira vez que as li, no apartamento dele lá no Rio, alguns dias antes da sua morte, achei coerente com o ponto de vista que ele tinha. Mas senti que papai flagelava as pessoas que atrapalharam o caminho dele, metia o pau mesmo. E como eu detesto fofoca, histórias de que fulano falou isso e que aquele outro é corrupto, não gostei. Bem



Laurita Mourão já tem 400 folhas de sua novela escritas e diz: "É um livro muito erótico"

mas no fundo mesmo eu adoro livro do papai, eu até o publicaria, só que tiraria algumas coisas fora.

O quê, por exemplo?

— Por exemplo: jamais publicaria uma palavra contra o Magalhães Pinto. Por quê? Porque eu o adoro e ele sempre foi muito legal comigo, inclusive deu emprego para meus filhos e para meus parentes. E eu acho assim: quando você usa os lençóis dos outros, você não tem o direito de falar deles. No caso do Magalhães nada do que ele fez ou deixou de fazer está me interessando. E como na época em que eu proibi o livro ele estava aspirando ser Presidente da República, eu achava que a publicação das memórias de papai seria uma pedra no caminho dele e eu era a única pessoa que poderia ajudá-lo.

Um outro aspecto que me fez decidir pela não publicação do livro, é que papai estava muito doente quando Hélio Silva teria recebido a doação das suas memórias.

Acho que boa parte do livro foi escrita quando papai já não era mais ele. Daí, eu tinha medo que a publicação das me-

mórias fosse causar uma erosão na imagem do General. Eu sabia que a figura do General ficaria vulnerável às críticas. E acontece que ele está morto, e morto ninguém defende. Veja se o Senhor Hélio Silva vai defender o General quando o David Nasser vem e diz que ele era um doido. E tem mais: ele podou o papai. Disso eu tenho provas. Uma das podas foi a do meu primo. Um dia o Hélio telefonou pra ele que, mora em Brasília, e perguntou: olha, seu nome vai aparecer no livro do general Mourão, você tem alguma objeção? E como meu primo respondeu que sim, o Hélio podou.

— O que você achou da decisão do Juiz, que liberou o livro?

— Eu fui pra luta sem dinheiro e sem tempo. Como seu funcionária do Consulado Brasileiro em Nova Iorque, tive que aproveitar as férias para ir a Porto Alegre e começar a briga. Nesse ponto o meu patrão, o ex-ministro Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, foi gentilíssimo e me concedeu alguns dias mais de licença, que na verdade não foram poucos, foram mais de 30 ao que eu tinha direito. Em Porto Alegre fiquei pen-

durada na casa de amigos, pois não tinha dinheiro para hotel.

O resultado de tudo, todos já sabem: perdi a causa. Porque fomos a um juiz, Deus sabe que não minto, a um juiz petebista, um juiz que tem suas idéias, não diria que esquerdistas, por que não o conheço muito bem, mas que jamais seria a favor da Revolução. E toda a máquina que eles montaram na Editora L&PM é meio que esquerdizante, então no que poderia dar? O livro está aí circulando, já na quarta edição e eles estão aí faturando nas minhas costas, já que eu fiz a celeuma toda que deu fama ao livro no país inteiro.

Olha aqui, pra ficar bem claro, eu adoro o livro do papai. E eu não sou nem contra nem a favor de nada. Eu sou é laurista, eu não sou petebista, não sou udenista, não sou figueiredista. Eu quero é saber da minha vida, da vida dos meus filhos, da minha moral, do meu apartamento, do que eu vivo, do que eu como...

Você diria que eu sou uma egoísta? Eu sou mesmo, e não me interessa. Sou burquezêrrima e daí? Me nego a lutar contra ou a favor de qualquer causa, me vi envolvida nessa briga porque são as memórias de meu pai, porque sou a única pessoa que posso defendê-lo.

— Houve insinuações de que você foi pressionada...

— Não fui pressionada e nem aceitaria que me pressionassem. Até hoje estou devendo 150 mil cruzeiros aos advogados e não sei como pagar. Papai morreu completamente pobre. Só tinha um telefone e um terreno que não vale nada. Agora mesmo eu me informei do valor e como ele está localizado no meio de uma floresta, está valendo 20 mil cruzeiros. Eu havia pensado em vendê-lo para pagar os advogados, mas de nada adiantaria...

— O que você pretende fazer agora?

— A minha causa está perdida, bem sei, porque o livro está aí circulando e livro circulando é como mulher que perde a virgindade. O que você diz a uma mulher que perdeu a virgindade? Não vai mandar ela costurar o buraco, não é? Só pode dizer que ela goze... De agora em diante quem tem que responder pelas conseqüências da publicação é um Senhor chamado doutor João Loureiro Ferreira, juiz da 6ª Vara de Porto Alegre, que leu o livro e achou que devia largar o livro. A mim, só resta uma alternativa: publicar um livro também. Se eu também tenho tantas coisas para contar sobre esse caso e se livro dá tanto dinheiro como estão dando para a L&PM as memórias de papai, eu quero faturar também. Meu livro já está pronto, em 400 páginas, de espaço duplo. É sobre o outro Mourão.

Trechos da novela de Laurita Mourão

A seguir, trechos que foram extraídos dos primeiros capítulos da novela *A Mesa do Jantar*, de Laurita Mourão de Irazabal:

"Como ia eu pensar que o Daniel estaria presente? Nunca me teria passado pela cabeça que ele — nada menos que ele — se apresentasse no Batizado da Natália! Mais razoável teria sido a presença do Ruben, meu marido, com sua concubina, espécie de maitresse legítima, vivendo na companhia dele há vários anos. Mas o Daniel?

E foi assim que, entre estar beijando cada amigo e cada parente, umas 70 pessoas em total, num Igreja gelada, sem calefação, naquele domingo frio de inverno, me vi em frente, cara-a-cara, com ele. A dose de adrenalina no meu sangue foi maior que se eu tivesse visto fantasma ou me encontrado com ladrões assaltando minha casa ou meu carro. O coração disparou, a cor foi-me dos lábios e seguramento fiquei de nariz fino, enquanto sentia os bicos dos meus seios ficarem duros e um calor interno enorme começou a descer das mãos para baixo. Este era ainda o efeito que o Daniel me fazia depois de não nos vermos há 15 anos! (...)"

— 0 —

"(...) Nossa vida a quatro — meus pais e nós duas — foi uma delícia que durou 18 anos, idade que tinha Léa quando saiu de casa pela mão do Edson, seu

marido médico. Papai nos dava aulas diárias de Filosofia, de Gramática, de Matemática, de História, de Geografia, de Higiene. Ele nos acordava às seis da manhã e, enquanto a nossa empregada preparava um coquetel de frutas e verduras moídas à mão, fazíamos uns minutos de ginástica, vestidas com nossos maiôs de banho. Em seguida papai nos dava um banho frio com a mangueira de regar o jardim. Corríamos logo para o chuveiro e ele nos ensinou, quando éramos menores, a lavar-nos detalhadamente o nosso corpo... Papai ficava, pois, enquanto durou nossa aprendizagem, isto é, enquanto tivemos 11, 12 anos, do lado de fora da porta do nosso banheiro dando-nos instruções de como esfregar nossos corpos (...)"

"(...) Tínhamos aulas no colégio, para o curriculum normal de ginásio e depois curso secundário, mas também aprendíamos piano, línguas, fazíamos ginástica, freqüentávamos concertos musicais, óperas, aprendíamos noções de mecânica, de eletricidade, de literatura, lendo livros escolhidos por papai que os comentava todos e nos explicava as épocas nas quais tinham sido escritos e por quê. Papai sabia de tudo e sempre com profundidade. Mamãe, dizia, de brincadeira, que ele era o Tesouro da Juventude, coleção popular que naqueles anos qualquer família burguesa comprava para os filhos se instruírem (...)"

— Que outro Mourão é esse?

— O mesmo Mourão meu pai, o outro lado dele, aquele lado que não é do homem fardado que vai pro quartel, mas o lado mais íntimo, familiar. No livro eu conto como foi o casamento dele, como conheceu minha mãe, a maneira como ele nos educou, o exílio que ele sofreu quando foi acusado de ser o autor do Plano Cohen, a sua filosofia de vida e também todo o problema surgido com o livro dele depois da sua morte. E acima de tudo, o livro é muito erótico...

— Então você revela a vida sexual do general Mourão?

— Não, porque papai não tem vida sexual.

— Como não?

— Bem, o General era monogâmico. Talvez ele tivesse tido pequenas conquistas durante a fase em que minha mãe ficou doente na cama, inválida. Mas sei, com certeza, que depois da morte de mamãe ele teve uma vida sexual divertidíssima. Nessa época, entre 55 e 60, ele era muito amigo do Assis Chateaubriand e eles fizeram uma dupla de farras que virava o Rio de Janeiro do lado avesso.

— E você fala isso no livro?

— Falo tudo.

— E se o general Mourão lesse o seu livro, ele gostaria?

— Claro que não, ele ficaria escandalizado. Ele foi criado em Diamantina, interior de Minas Gerais, e vivia com a mamãe que foi criada em colégio de freiras, imaginam?

— Fale um pouco de sua família...

— Eu sou prima do Pitangui, sabia? Mas chamo ele de Élios... A minha família é Linhares Mourão. A Linhares era uma família maravilhosa, de Florianópolis e meu avô, Lauro Linhares, era chefe de uma clã muito refinê. A casa deles era uma chácara de 22 quartos, bem no centro da cidade, que servia de encontro dos políticos e, então, o meu pai, um tenente magro, inquieto, que veio de Diamantina, onde seu pai era Senador da República, conheceu mamãe ali. Mamãe era filha da professora do Juscelino Kubistchek, na época tinha o apelido de Flor da Roça, era muito bonita e jogava tênis. Veja você como são as coisas. A moda vai e volta. Hoje o tênis está na moda de novo. Inclusive em Brasília a maior diversão é o tênis e o pênis, sabia?

— Voltando ao livro, você também escreve sobre a vida sexual dos amigos de seu pai que fizeram a Revolução?

— Não. De fato, durante o período anterior à Revolução, eu estava na casa de papai, em São Paulo, e vi muitas vezes lá o Adhemar de Barros, o Louzada, mas eu nunca tive informações particulares, íntimas, da vida daqueles homens.

— O que mais tem o livro?

— E escrevi um livro porque quero que as pessoas participem comigo dos momentos que vivi. No meu livro, por exemplo, eu passo o tempo todo deitando com homens, viajando, comendo bem, dormindo bem, e de preferência amando bem. Até estou com a idéia de trocar os nomes dos personagens, pois talvez, eles se escandalizem.

— Seu pai se sentia traído pelos que estiveram com ele em 1964?

— Não posso dizer que traído seja o termo certo, mas ele se queixava muito desde a época em que escolheram Castello Branco para a Presidência. Ele dizia que era inconstitucional, uma loucura. Afinal, ele tinha feito a Revolução com Magalhães Pinto, homem que segundo papai deveria ser o Presidente, eleito através de eleições diretas. E aí ele ficaria com um troço que ele queria muito ser: Ministro da Guerra. Sentia-se desiludido e morreu desiludido porque a Revolução descambou para um regime autoritário.

— Como você mora há 29 anos fora do Brasil, não encontrou dificuldades para escrever sobre seu pai?

— De fato, depois que eu saí do Brasil, morei 12 anos no Uruguai, quatro em Madrid (onde além de trabalhar na Embaixada era correspondente do jornal uruguaio *El País*), 10 anos em Paris e agora estou em Nova Iorque. Mas jamais deixei de ter contato com papai, a quem eu visitava todos os anos e ele me telefonava sempre que havia alguma novidade. Lá em Paris, seus telefonemas eram famosos na Embaixada pela assiduidade. No dia em que ele foi pro-

movido a General-de-Exército, me telefonou meia hora depois e quando assumiu a Presidência do Superior Tribunal Militar foi mais rápido ainda. Ele me ligou e disse: "Filha, você é a primeira a saber. Neste exato momento eu estou me transformando em Presidente do Superior Tribunal Militar. O que você acha?"

— Você pensa em política?

— O que eu penso da política atual é que todos os regimes estão obsoletos, fracassados por não acompanharem o progresso da técnica, a velocidade da vida, a luta pela sobrevivência. Acho que tem que aparecer uma pessoa que invente fórmulas novas, um novo Marx aí, que apresente um plano para uma nova vida. Você vê onde estamos, se até um Khomeini, um velho barbudo de 78 anos, faz uma revolução por controle remoto no Irã e depois vem proibir as mulheres de terem liberdade para se vestir. É por isso que eu acho que está tudo morto. E o cadáver está aí na cara de todo o mundo e o pessoal não quer ver. É preciso aparecer gente com coragem para enterrar os mortos.

Eu gostaria de fazer uma equipe de pessoas que modernizassem as coisas. Inclusive já disse à minha filha: esse troço de ficar guardando fidelidade a um só

homem é uma burrice, uma mentira. Sei porque me casei virgem. No dia do meu casamento meu pai me entregou a um senhor que tinha a tarefa de me violar à noite num hotel. E, a partir daquele estupro passou a ser chamado de meu marido e todo o mundo achava maravilhoso. Se até o tempo tem quatro estações, porque será que eu teria que ter apenas um homem ou suportar as mesmas instituições, os mesmos regimes, os mesmos ditadores durante toda a vida? Temos que ter a liberdade de poder gostar tanto de um rapaz de 20 anos e ir pra cama com ele como querer um homem de 50 anos e com ele se divertir e amar.

— Você tem planos?

— Não, eu sou muito repentista. Não sou daquelas pessoas que dizem "ah, meu Deus, daqui a dois anos vou fazer uma coisa maravilhosa". Comigo o negócio é pra já. Se eu me casar agora com um turco e ele quiser que eu vá morar em Istambul, eu vou, na hora.

— Você vive casada em Nova Iorque?

— Aqui eu vivo com minha filha Patrícia, que vai fazer 17 anos, e não tenho homem dentro de casa. Meu relacionamento com homens tem sido assim: a cueca deles fica sempre na guarda da cadeira e não na gaveta. Na minha

casa nunca tem ninguém instalado, definitivo.

— Você pretende algum dia voltar ao Brasil?

— Sim, eu gosto muito do Brasil e eu acho que ele é o país do terceiro milênio. Seremos com certeza um país ritmado, colorido, do jovem que comanda, do jovem que é ministro, da mulher torreada, do homem tesudo. Vamos sobretudo brilhar...

— Se você gosta tanto do Brasil, por que não volta?

— Se alguém me convidar e me pagar o mesmo salário que eu ganho fora, estou voltando.

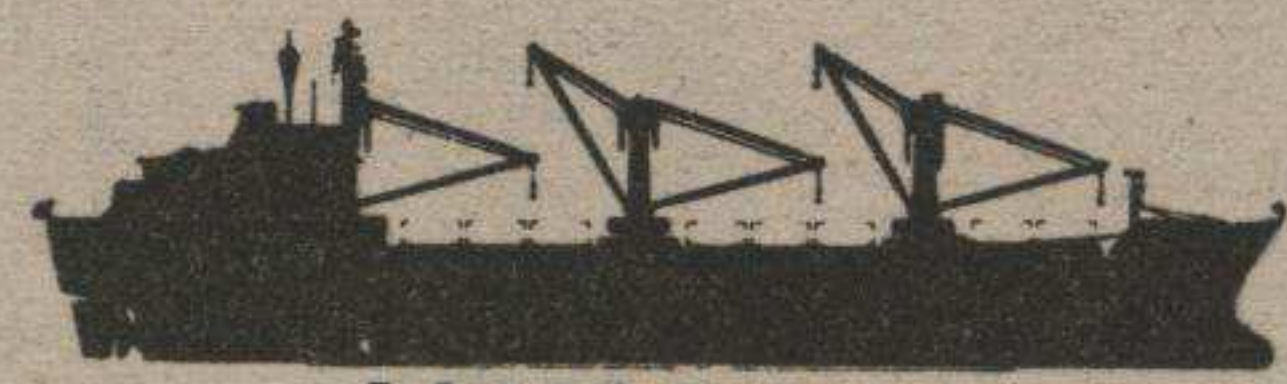
— Quanto você ganha?

— Dois mil e seiscentos dólares mensais.

— Qual o seu cargo no Consulado?

— Sou funcionária do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores. Mas o nome do meu cargo é muito ridículo. Sou Técnica em Comunicação Social. Se você souber o que significa isso, me diz, porque eu não sei. Ainda se fosse técnica em comunicação sexual, tudo bem, não é? É isso aí. É um cargo de alto nível dentro do funcionariado administrativo do Itamarati.

Caco Barcelos



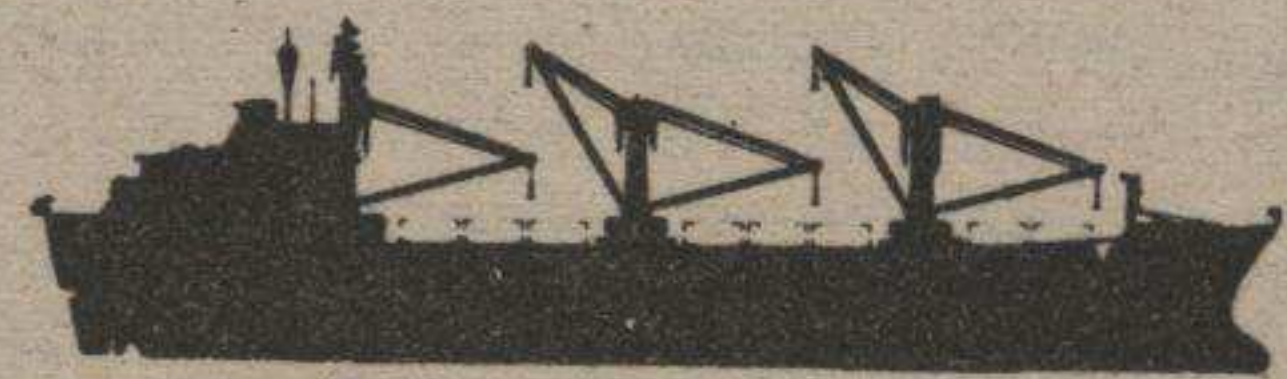
ALVORADA
18.3.1976



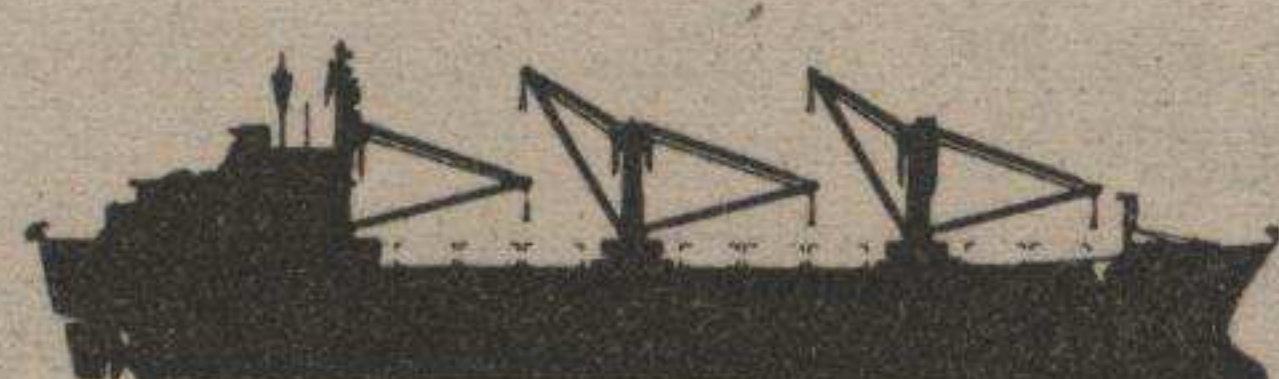
ATLANTIC JOY
29.10.1976



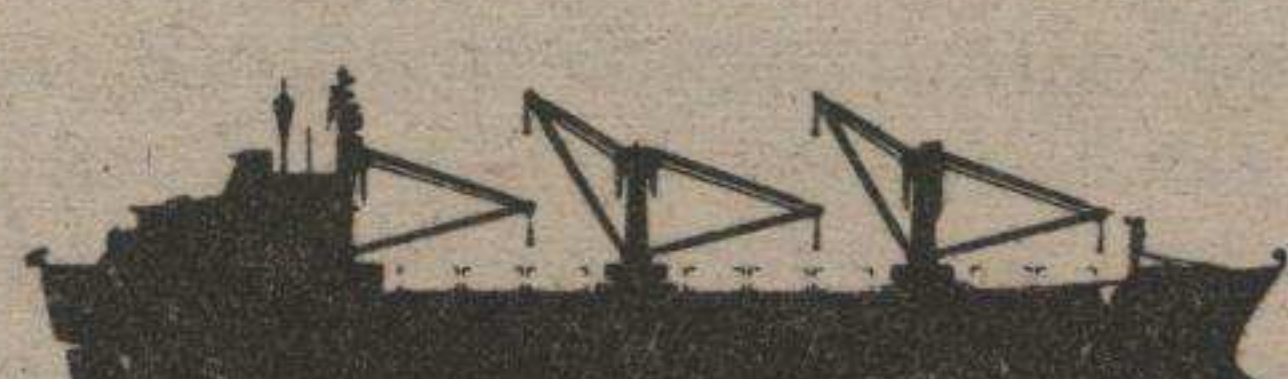
GOLDEN MED
15.7.1976



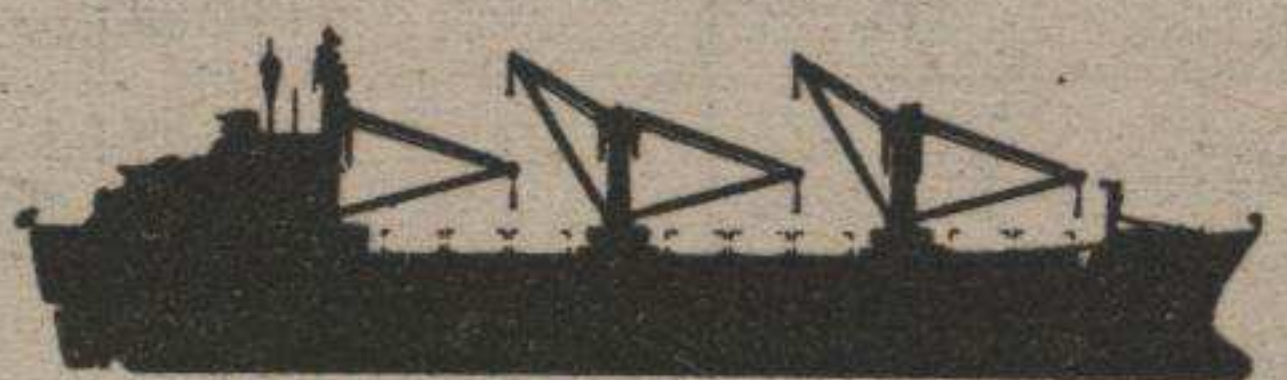
SILVER MED
17.2.1977



LIMNOS ISLAND
25.7.1977



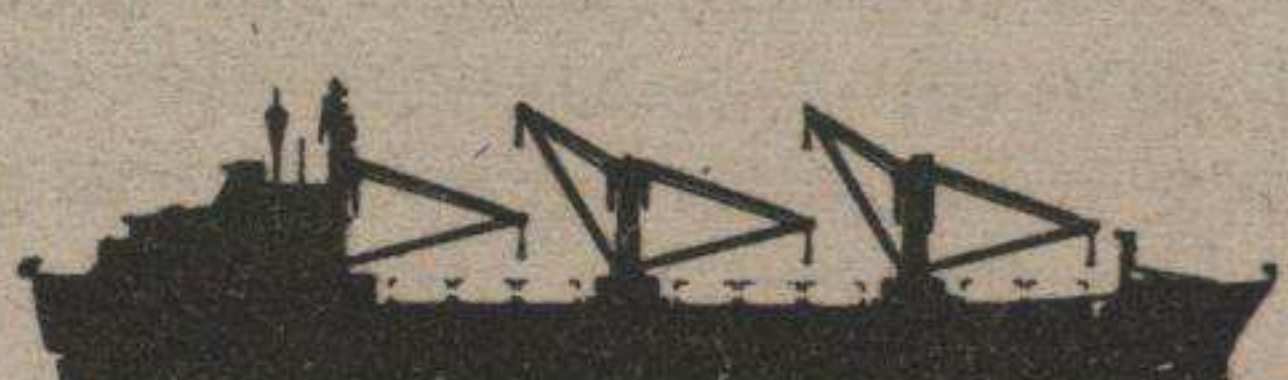
NAXOS ISLAND
9.9.1977



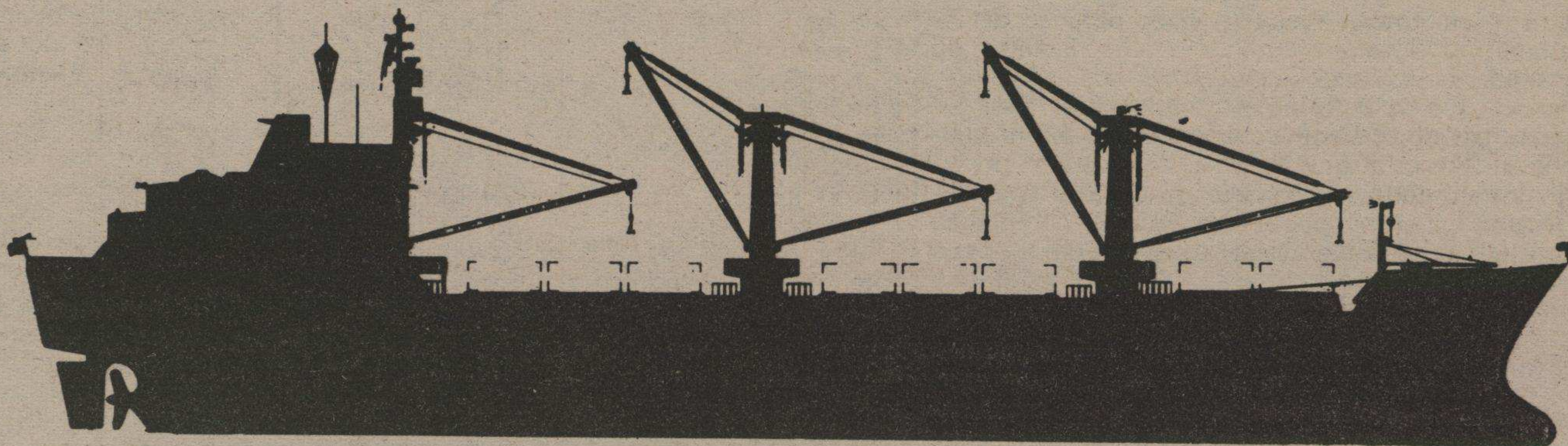
SIROS ISLAND
9.12.1977



MARIANNA
1.6.1978



SARONIC
12.10.1978



LANÇAMOS O 10º

NAVIO N/M NICOLAOS CONDARAS
SÓ - 105

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Comprimento total	126,87 m
Comprimento entre perpendiculares	117,00 m
Boca moldada	17,96 m
Pontal moldado	10,265 m
Calado médio de projeto	7,85 m
Deadweight de projeto	8.100 DWT
Volume dos porões	11.412 m ³
Motor propulsor	Sulzer 8ZL 40/48
Potência do motor propulsor	5.800 BHP
Rotação do motor propulsor	520 RPM
Velocidade	15,5 nós
Tripulação	30 homens

Armador:
ASTRO NAVIEROS ARMADORA S.A.
Subsidiária de:
CONDARAS (HELLAS) LTD. - Atenas
Sociedade Classificadora:
Lloyd's Register of Shipping
Praça de Máquinas Desguarnecida
Reforçado para Cargas Pesadas
Financiamento da CACEX
Fiscalização Técnica da SUNAMAM

Há três anos passados, começávamos uma nova etapa na longa vida do Estaleiro Só: a construção de navios para armadores estrangeiros. Das pranchetas de nossos engenheiros, nascia um projeto totalmente gaúcho e brasileiro, para enfrentar a seríssima concorrência de estaleiros internacionais. Agora lançamos o 10º navio desta primeira série, reafirmando uma posição consagrada no mercado de transporte marítimo de todo o mundo, posição esta que nos assegura novos contratos, mais divisas para o País, mais empregos para nossa gente. É disto tudo que nos orgulhamos ao lançarmos o "NICOLAOS CONDARAS".



ESTALEIRO SÓ S.A.
PORTO ALEGRE - RS

O monopólio do sol nos leva à crise

Por Nivaldo Manzano

As multinacionais impõem o sol do passado (petróleo) e impedem o uso do sol de todos os dias (gratuito) na produção de alimentos

"Coma menos cenoura: a escassez de petróleo vem aí". "Faça uma só refeição por dia: a escassez de petróleo vem aí".

A campanha sobre "a escassez de petróleo" que bombardeia com mensagens alarmistas o consumidor de gasolina do mundo inteiro — e que, estranhamente, é feita nos mesmos termos, como se tivesse sido elaborada por uma única agência de publicidade — não chegou tão longe, a ponto de fazer apelos como os estampados acima. Por coerência, no entanto, deveria fazê-lo, já que a dependência da agricultura e da produção de alimentos em relação ao petróleo é cada vez maior, e já que é nessa área — mais do que no asfalto — que a utilização do petróleo como insumo é de uma irracionalidade gritante.

Por que não o faz? É o que importa saber. O silêncio oficial sobre o problema serve apenas para encobrir a falência do modelo agrícola (de matriz americana) predominante nos países capitalistas e, até mesmo, socialistas, altamente ineficiente em termos de balanço energético, em que pese sua aparência de invejável produtividade.

Denunciar a utilização em grande parte desnecessária e abusiva do petróleo na agricultura é tirar às multinacionais do agrobusiness (em geral as mesmas do petróleo) a oportunidade de faturar alto às custas do agricultor e do consumidor. Mais ainda: é puxar o fio que leva necessariamente a uma revisão radical do modo de produção atual, comandado pela acumulação do capital. Pois, na verdade, não faz sentido, sobretudo num país como o Brasil, buscar no petróleo (caro e importado) o nitrogênio, quando ele se encontra à disposição e em abundância (78%) no ar atmosférico a um custo zero. É o que se faria, se a preocupação oficial estivesse voltada para o aumento efetivo da produtividade dos agroecossistemas. Preocupação atualmente inexistente e, mais que isso, combatida. Nas recomendações técnicas e textos oficiais, entende-se como "avanço na produção de alimentos" apenas a "incorporação de insumos modernos". Leia-se máquinas — e fertilizantes, ou seja, petróleo.

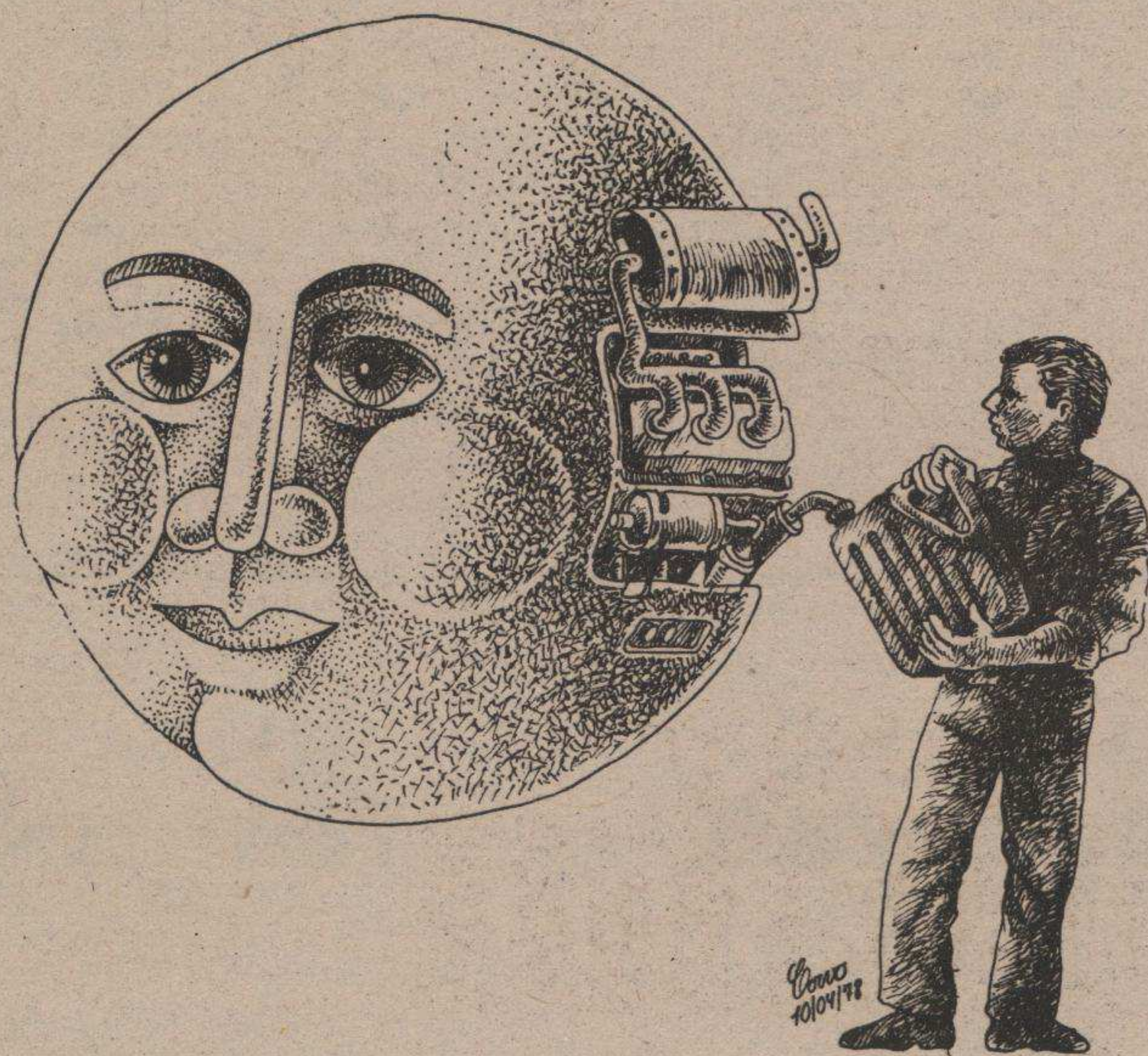
Como se sabe, o petróleo — combustível fóssil — não é nada mais do que energia solar acumulada no subsolo milhões de anos atrás. Ora, o sol continua despejando diariamente sobre a superfície da terra uma quantidade fabulosa de energia (15 minutos de irradiação solar equivalem ao consumo total de energia em todos os países ao longo de um ano) e a atividade fotossintética das plantas, ou seja, sua capacidade de reter e armazenar a energia solar, ainda não deu mostras de desfalecer. Ao contrário: as pesquisas agrônomicas têm selecionado plantas de elevada capacidade fotossintética, desconhecidas, nesta função, pelos nossos antepassados. E, no entanto, a participação dos combustíveis fósseis no total de energia consumida na produção de alimentos tornou-se maior que a participação do conteúdo energético proveniente da conversão fotossintética.

Em outras palavras, recorre-se em escala crescente às reservas de energia solar acumuladas (e limitadas) no passado, a um custo que se vem tornando proibitivo, ao mesmo tempo em que se despreza a mesma energia que jorra abundante e gratuitamente todos os dias. Gratuitamente, sublinhe-se. Pois, para retê-la não é preciso tecnologia alguma: as plantas sabem fazê-lo melhor do que nós.

E, assim, por força dessa imposição, reforçada pelo respaldo científico dos cursos oficiais de agronomia, as coisas se passam como se as multinacionais tivessem chegado à sagacidade suprema: o monopólio do sol, distribuído hoje parcimoniosamente apenas aos agricultores que se sujeitam a pagar o preço.

Isto não é força de expressão, mas a pura verdade: modernizando sempre, os franceses, por exemplo, já conseguiram desprezar a contribuição da energia proveniente da fotossíntese numa proporção equivalente ao consumo anual de 31 milhões de toneladas de petróleo. Ou, como escreveu o pesquisador H.T. Odum, em 1970, "não estamos mais consumindo batatas produzidas apenas pelo processo da fotossíntese, mas estamos comendo batatas feitas cada vez mais de petróleo".

A observação vale para todos os países que enveredaram pela modernização americana. Mas é ainda nos Estados Unidos que ela produziu os piores resultados. De acordo com estudos feitos por Steinhart e Steinhart, o crescimento em valor absoluto da quantidade de energia necessária à produção agrícola elevou-se de 12% em 1963 para 20% em 1974.



QUADRO I

Balanço energético em Kcal/ha da cultura do milho nos EUA

Consumo de energia para a produção de um hectare	1945	1959	1970
Trabalho humano	30.900	18.800	12.100
Máquinas	444.900	865.000	1.038.000
Combustível	1.343.000	1.789.400	1.970.000
Fertilizantes nitrogenados	145.300	850.000	2.325.000
Fósforo	26.200	60.000	116.000
Potássio	12.800	149.000	168.000
Sementes	84.000	90.200	155.700
Irrigação	47.000	76.600	84.800
Inseticidas	—	19.000	27.200
Herbicidas	—	6.900	27.200
Secagem	24.700	247.000	296.000
Eletricidade	79.100	346.000	766.000
Transporte ferroviário	49.400	148.300	173.000
Total	2.280.000	4.669.300	7.015.000
Rendimento do milho	8.470.000	13.453.300	20.170.000
Relação Kcal produzidas / Kcal consumidas	3,71	2,88	2,82

QUADRO II

Evolução do consumo de energia pelo sistema alimentar americano

(valores expressos em 10¹² Kcal)

Atividade	1940	1954	1970
Exploração agrícola			
Combustível	70,0	172,8	232,0
Eletricidade	0,7	40,0	63,8
Fertilizantes	12,4	30,6	94,0
Máquinas	23,4	55,4	101,3
Irrigação	18	29,6	35
Subtotal	124,5	328,6	526,1
Indústria alimentar			
Atividades de transformação dos produtos	147,7	216,4	314,0
Embalagens de papel	8,5	20,0	38,0
Embalagens de vidro	14,0	27,0	47,0
Ferro e alumínio	38,0	73,7	122,0
Transporte (combustível)	49,6	122,3	246,9
Transporte (máquinas)	28,0	47,0	74,0
Subtotal	285,8	506,4	841,9
Comercial e doméstica			
Refrigeração e cozimento comerciais	121,0	161,0	263,0
Máquinas correspondentes	10,0	27,5	61,0
Refrigeração e cozimento domésticos	144,2	228,0	480,0
Subtotal	275,2	416,5	804,0
Total geral	685,5	1.251,5	2.172,0

Segundo Steinhart e Steinhart, 1974

Observa-se aí também, mais que em qualquer outro país, que o progresso na agricultura a partir de 1945 avançou no sentido da substituição acelerada e sistemática de processos menos custosos em termos de energia por outros eminentemente energívoros, a ponto de hoje estarmos todos, sob a batuta das multinacionais, extraindo nitrogênio do petróleo, quando o próprio Departamento de Agricultura dos EUA, décadas atrás, já recomendava, em sentido oposto, que se cuidasse de entregar a tarefa de fixação do nitrogênio atmosférico às bactérias que vivem na raiz das plantas e que não cobram nada por esse serviço (aliás, altamente eficiente: certos microorganismos, que se encontram aos milhões em torno de um grão de terra, são capazes de fixar até 300 quilos de nitrogênio por hectare/ano no solo. Para citar apenas um caso, as bactérias que vivem na raiz de leguminosa, como a soja).

Mas aí vieram as multinacionais. Seus presidentes — como Earl Butz, da Purina — passaram a revezar-se à frente do Departamento de Agricultura. E toda essa literatura desapareceu ou foi classificada de romântica ou ingênuas. Além disso, os termos do debate foram propositalmente distorcidos, como se pode hoje comprovar pela leitura de um boletim que a Monsanto distribuiu aos agricultores americanos, que descarta como absurda e utópica a idéia de se recorrer, para a obtenção de energia (e fertilizantes nitrogenados) ao sol de todos os dias, e propõe como única saída a compra do sol vendido pelas multinacionais. "Não há estерco no mundo capaz de substituir o petróleo", diz o boletim. Ora, o esturme constitui apenas uma parcela ínfima do meio orgânico capaz de ativar o processo biológico de fixação de nitrogênio...

Como resultado do monopólio na distribuição da energia solar — ou seja, como resultado do abandono forçado do conteúdo energético proveniente da fotossíntese — tem-se hoje que, na produção de milho nos Estados Unidos, por exemplo, o consumo de nitrogênidos extraídos do petróleo aumentou de 145,3 mil quilocalorias por hectare em 1945 para 2,3 milhões de quilocalorias por hectare em 1970. Entre essas duas datas, o consumo total de energia por hectare elevou-se de 7,15 por 10 milhões de quilocalorias a 20,17 por 10 milhões de quilocalorias para essa cultura.

Como mostra o quadro 1, o rendimento energético da cultura do milho nos Estados Unidos é decrescente, caindo a relação calorias produzidas/calorias consumidas, de 3,71 em 1945 para 2,8 em 1970. Calcula-se que a quantidade de energia necessária para produzir uma quilocaloria de milho nas plantações do Estado de Iowa é atualmente onze vezes superior àquela utilizada em 1940.

Eis aí, em síntese, a essência do progresso tecnológico na agricultura: sua matéria-prima já não é o solo, mas o petróleo e seus derivados.

Alguém tomado do bom-senso oficial argüirá que sem o recurso à contribuição energética artificial, exógena ao fluxo solar direto, não teria sido possível elevar de maneira espetacular, como se observa hoje, o rendimento dos agroecossistemas. Dirá ainda que, como resultado desse aumento de produtividade, um agricultor americano é capaz de alimentar 38 pessoas.

Obviamente, não há nada a objetar quanto ao emprego adicional de energia artificial, adventícia (fora do processo direto da fotossíntese) para a elevação da produtividade. O que se denuncia aqui é a inversão das proporções, em proveito das multinacionais, que obriga o agricultor a comprar cada vez mais o sol do passado e a desprezar o sol de todos os dias.

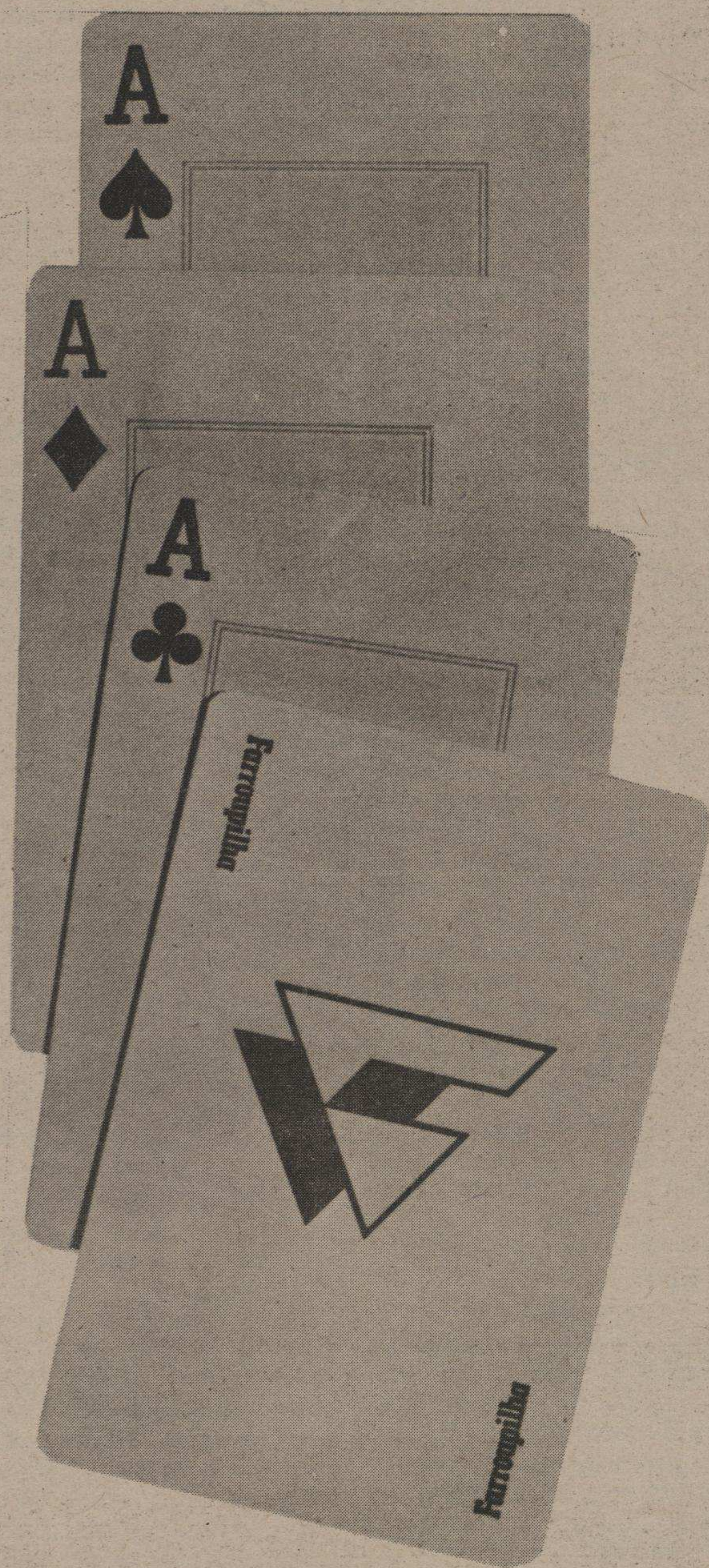
Quanto ao fato de que um agricultor americano alimentaria 38 pessoas, é pura falsidade: na verdade, cerca de 20% da população americana está empenhada de uma forma ou de outra na produção alimentar, ocupando emprego na indústria de insumos, etc.

A exemplo dos EUA, o Brasil ingressa aceleradamente no equívoco de consumir o sol antigo. No início de abril, a Gazeta Mercantil, de São Paulo, anunciava que a Pink Alimentos do Brasil passará a enlatar (leia-se consumir mais energia na transformação) arroz, feijão e outros produtos que compõem a dieta básica do brasileiro, contribuindo, dessa forma, para nosso avanço tecnológico. Mas a um custo para o consumidor pelo menos 40% mais elevado que aquele de seu consumo in natura. Nada de estranho, porém, para a lógica do sistema, pois o que interessa é o lucro e o aumento do valor agregado no PIB. Graças à Pink do Brasil, amanhã nossos ministros da Fazenda dirão que temos motivo de orgulho, pois a renda per capita (que também aumenta com os engarrafamentos de trânsito) aumentou de mais tantos dólares.

Segundo informa um dos últimos números da revista Exame, de São Paulo, está chegando aí a multinacional do hamburger, a McDonald's (5.200 restaurantes em 25 países), da mesma Purina dos adubos e rações, que, segundo a doutora Jean Mayer, da Universidade de Harvard, conseguiu realizar a proeza máxima: depois de tanta energia consumida, do plantio ao balcão, produz hoje um hamburger de valor nutritivo absolutamente nulo.



A Farroupilha põe na mesa seus trunfos.



- SALA DE IMPRENSA.
- CORRESPONDENTE GBOEx.
- OPINIÃO JOVEM.
- CONGRESSO, ASSEMBLÉIA, CÂMARA, AÇÃO!
- TRIBUNA FARROUPILHA.
- OPINIÃO PÚBLICA.
- CLÍNICA ABERTA.

- ERNANI BEHS E A CRÔNICA.
- NOTÍCIAS FARROUPILHA.
- O TEMPO E O VENTO.
- O PODER DA MENTE.

- O MUNDO YOGA.
- FOTOGRAFE COM A FARROUPILHA.
- BOM DIA, ALEGRIA.
- CARTAZ FARROUPILHA.

- LOTERIA AO VIVO.
- FARROUPILHA ECONOMIA.
- TANGO FARROUPILHA.
- ELAS E ELAS.

- SABER FARROUPILHA.

Cândido Norberto.

Notícia.

A palavra do deputado Fogaça.

O que fazem e o que dizem nossos deputados, senadores e vereadores.

Tudo sobre o Legislativo e o Executivo.

Telmo Tartarotti e os fatos do dia.

Orientação médica, num programa escrito e apresentado por médicos.

A mais bela voz do Rio Grande interpretando as mais belas crônicas.

Sínteses diárias.

A previsão do tempo ... e do vento.

As maravilhas da mente humana desvendadas pelo hipnólogo Carlos Alberto Dariano.

Cora Torres desvenda o hermético mundo do Yoga.

A arte e a técnica da fotografia com Assis Hoffmann.

O bom humor de todo o dia.

Especiais de sábados e domingos com uma hora de boa música.

Quem ganhou ... quem perdeu.

A bolsa de Chicago e suas cotações.

Meia hora de música portenha.

Música e variedades com Homero Coimbra e Maria Ieda.

Viagem diária pelos caminhos do saber.

A Rádio Farroupilha lançará, a partir de abril, uma programação à altura do seu prestígio de emissora mais ouvida no Estado e a única com canal exclusivo internacional.

Entre nesta parada. Você só tem a ganhar.

RÁDIO FARROUPILHA - 600 kHz

Mensagens que vão mais longe.

Uma pergunta à América: os nazistas fizeram pior?

Por trás dos planos de emancipar os índios, um genocídio organizado

Os planos do Governo brasileiro de emancipar os índios que têm provocado tantos protestos não são originais. A institucionalização do extermínio dos índios é uma prática antiga nos Estados Unidos, onde as idéias emancipadoras surgiram e, através dos anos têm encontrado o apoio das autoridades. Atualmente, o Congresso norte-americano examina mais de uma dezena de projetos-de-lei que têm entre si duas idéias comuns: liquidar os direitos dos índios e realizar sua assimilação forçada.

A maioria dos projetos tem o inocente aspecto de legislação "pró-índio" e seus nomes nem de longe sugerem os verdadeiros objetivos, como é o caso da "Lei sobre as possibilidades iguais para os americanos autóctones". Mas alguns autores desses diplomas legais humanitários não se preocupam com as aparências. Um exemplo é o congressista L. Meeds que não hesita em afirmar na exposição de motivos do seu projeto que os índios "foram longe demais nas suas tentativas de se autodeterminarem."

ARTIMANHAS

Na verdade, esse esforço para "integrar o índio na sociedade", não passou de uma forma disfarçada de roubar as suas terras. Cerca de 90% do urânio prospectado nos EUA e um terço dos recursos de hulha do país estão em reservas indígenas. Segundo o tratado de 1868, firmado entre as lideranças índias e o Governo norte-americano, ainda em vigor, metade de todos os minerais extraídos nas reservas pertencente aos índios.

O desrespeito desta e de outras leis — através de artimanhas jurídicas ou mesmo de simples violação aberta — tem sido uma constante das grandes corporações empresariais.

Segundo um relatório de 1975 da Comissão Federal de Energia dos Estados Unidos foram extraídos de terras índias valores superiores a 2,7 bilhões de dólares em petróleo e gás; 200 milhões de dólares em carvão; 400 milhões de dólares em urânio; 434 milhões de dólares em chumbo, zinco, cobre e calcário. Em nenhum caso os índios ficaram com a metade prevista por lei.

Algumas empresas pagam taxas ridículas aos índios. É o caso do rei da imprensa, Randolph Hearst, que tem uma mina de ouro na reserva de Pine Ridge que já lhe rendeu bilhões de dólares. Os índios sioux que moram na reserva recebem pelo arrendamento um dólar anual por acre de terra...

Em apenas 20 anos — entre 1950 e 1970 — as corporações minerais ganharam mais de quatro bilhões de dólares em terras índias. Enquanto isso, o rendimento médio de uma família índia é quatro vezes mais baixo do que o nível médio dos EUA, ficando abaixo do chamado "limiar da pobreza". Doenças, subalimentação, mortalidade infantil são conseqüências comuns desta realidade. Enquanto a longevidade média nos EUA, segundo as estatísticas, supera os 70 anos, entre os índios não passa de 47, chegando a ficar abaixo de 35 no Alasca.

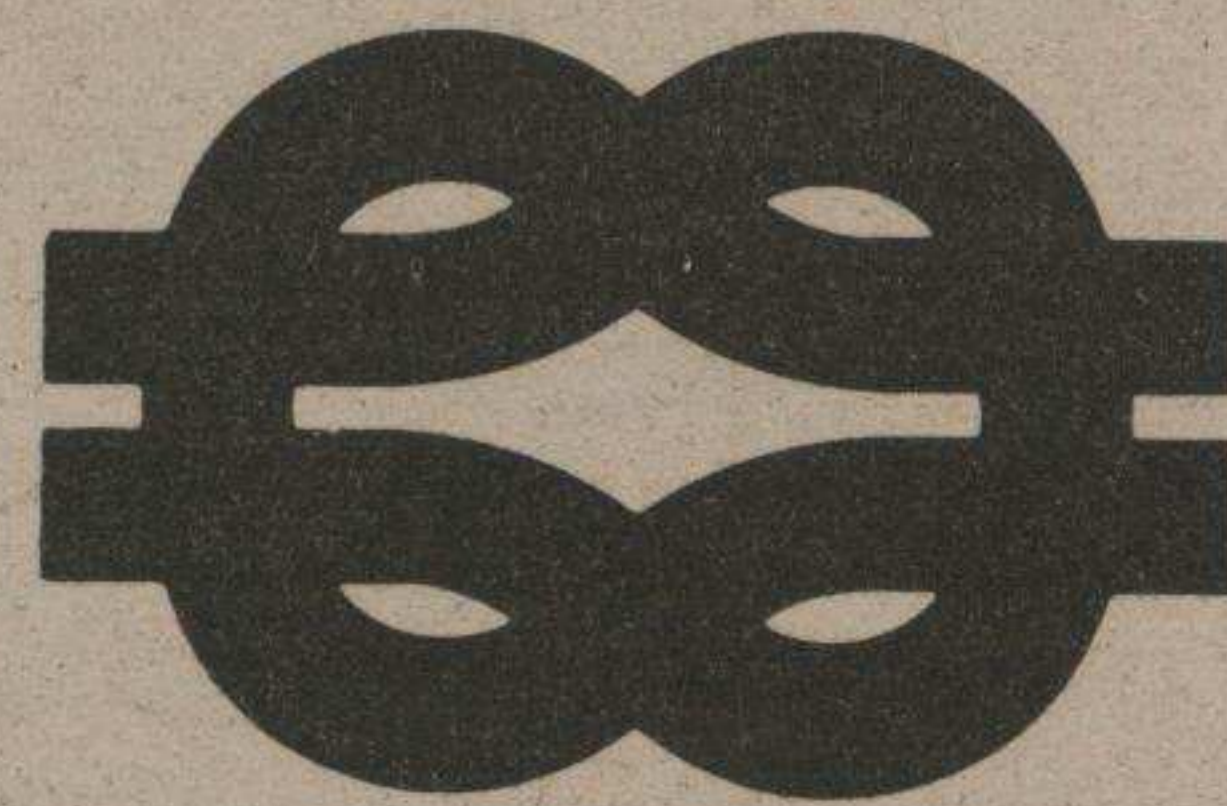
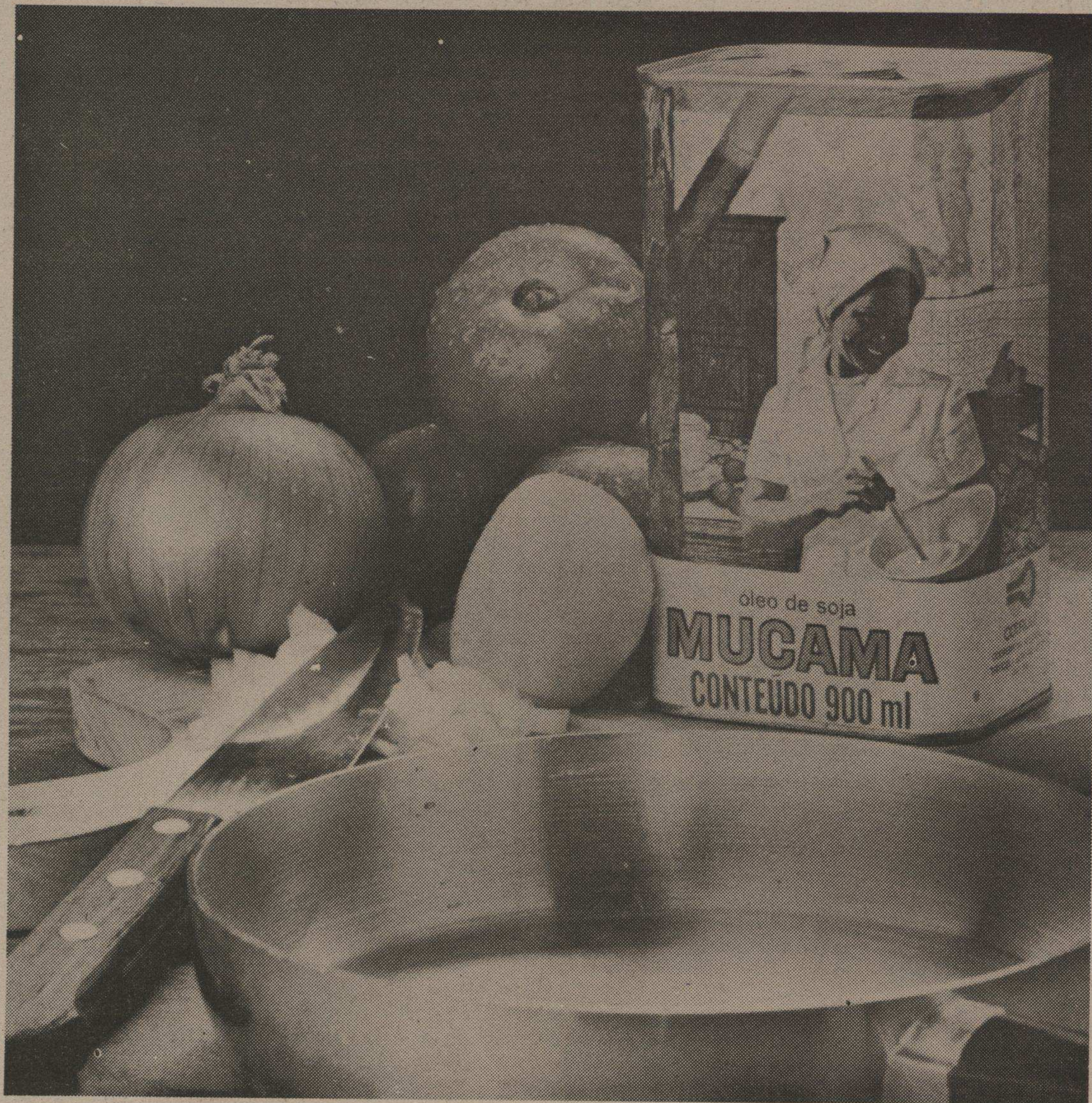
GENOCÍDIO

O Movimento dos Índios Americanos, espécie de frente única que congrega índios de várias reservas no objetivo comum de defesa dos seus direitos, chega a falar num *genocídio organizado* para eliminar a raça. Assim, dizem eles, nas

(Continua)



Óleo Mucama, o gostinho bom de todos os pratos.



COTRIJUI

cooperativa regional tritícola serrana Ltda.

mais de 100 reservas espalhadas pelo país, "que não passam de guetos imundos", vivem atualmente pouco mais de 500 mil pessoas de uma raça que, no passado, teve vários milhões.

Afirmam que as autoridades, atendendo aos interesses de grandes empresas, tentam de todas as maneiras quebrar a disposição dos índios de defenderem seus direitos, cultivarem suas tradições e, principalmente, terem suas terras. A política de genocídio, segundo o MIA, se manifesta entre outras formas, através da esterilização planejada das mulheres promovida pelas autoridades sanitárias, visando limitar ao máximo o desenvolvimento da população indígena. Atualmente, um quarto das mulheres indígenas em idade de procriar são estéreis. E desde 1965 o número de nascimentos nas reservas índias começou a baixar bruscamente.

Também são muito criticados os programas oficiais de assistência ao menor indígena que consistem, na prática, em separar as crianças de suas famílias e entregá-las a famílias brancas. O líder índio Leonard Peltier lembra a convenção da ONU sobre o genocídio, segundo a qual a separação em massa das crianças de seus pais, privando-as da herança cultural de seu povo, constitui uma forma de genocídio. Peltier — preso e condenado à prisão perpétua por crimes que nega ter cometido — é um exemplo da perseguição que sofrem os líderes dos movimentos índios. Eles são processados e condenados com um rigor raramente empregado contra brancos — ou mesmo contra negros — segundo estudos realizados.

A organização "Aborígenes Americanos Unidos" enviou ao Secretário da Justiça dos EUA um estudo, baseado em dados estatísticos oficiais, segundo o qual as autoridades americanas aplicam em relação aos índios uma política de perseguições e de repressões em massa. No estado de Montana, afirma a organização, onde os índios representam 3,7% da população, são 33% da população car-

cerária; no Minnesota, são 0,4% da população do estado e 12,5% dos presidiários, em Dakota do Sul, 7% da população e 32% dos presidiários; Dakota do Norte, 0,05% da população e 17,5% dos presidiários.

FALSAS ACUSAÇÕES

O surgimento de organizações índias, a intensificação da luta e atos como a ocupação de Wounded Knee, com o destaque para vários líderes que pediam o restabelecimento dos direitos dos índios à terra e aos recursos naturais, — tudo isso provocou a inquietação das grandes corporações e a oposição violenta das autoridades. No processo que condenou Leonard Peltier (um dos líderes de Wounded Knee), acusado de diversos crimes, há indícios claros de irregularidades: "As atas judiciais do caso Peltier, afirma o Movimento dos Índios Americanos, provam que o FBI criou obstáculos ao exercício da justiça, fabricou testemunhas e intimidou-as para que fizessem falsas acusações".

Uma declaração dos índios de Dakota do Sul afirma: "O FBI, a CIA, o Bureau para Assuntos Índios e a Polícia local têm sistematicamente atormentado, maltratado e ameaçado pessoas de nacionalidade índia. Os agentes do FBI oferecem dinheiro e carros novos em troca de falsos testemunhos de índios contra outros índios nos tribunais, contratam mercenários para metralharem as casas dos simpatizantes do Movimento dos Índios Americanos e Assassinar seus militantes".

O líder Peltier, julgado por um tribunal inteiramente branco (sua petição de jurados índios foi rejeitada), depois de condenado à prisão perpétua, falou sobre a luta dos índios: "Eu, Leonard Peltier, filho de pai chippewa e mãe sioux, pergunto-te, América: o teu genocídio contra nós difere do genocídio da Alemanha nazi contra o povo judeu?"

José Antônio Pinheiro Machado, Nova Iorque.

Jornalistas já têm oito cooperativas

Em qualquer conversa entre jornalistas três assuntos despontam sempre: o mercado de trabalho destes profissionais é restrito, os salários são geralmente baixos e a participação do jornalista na linha editorial do veículo em que trabalha é quase nula.

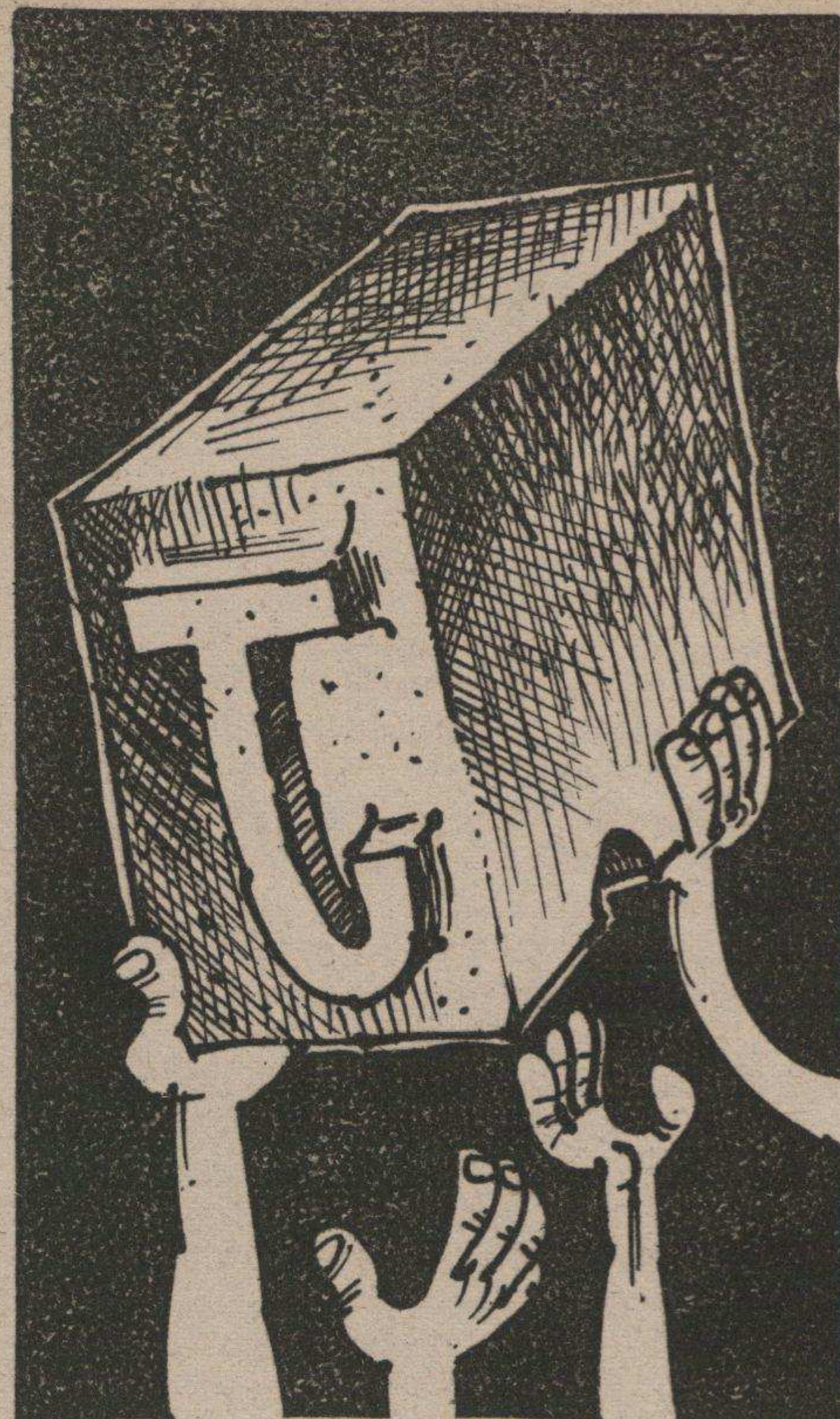
E são estas questões que têm incentivado grupos de jornalistas a se reunirem em cooperativas — organização coletiva em que a participação de todos é garantida através de controles democráticos. Com isto, existem hoje oito cooperativas de jornalistas funcionando no País e pelo menos outras quatro poderão surgir em pouco tempo. (1)

A mais recente é a Coojornape — Cooperativa dos Jornalistas de Pernambuco —, fundada em 19 de janeiro com base nas idéias discutidas no I Encontro Nacional de Cooperativas de Jornalistas, realizado em setembro do ano passado em Natal.

Quarenta profissionais — o dobro do necessário para a fundação de uma cooperativa — participaram da primeira assembleia da Coojornape, que elegeu Isauva Accioly para presidente e Homero Fonseca vice-presidente.

No dia 12 de dezembro fora a vez da Projornal, de Goiânia. Participaram da assembleia de fundação 29 jornalistas, que apoiaram a idéia da Projornal "após uma ampla discussão da opção cooperativista e com base na experiência da Coojornal de Porto Alegre", segundo a presidente eleita, Marli da Silva Brasil.

"A opção pela cooperativa", disse Marli Brasil, "prende-se ao fato de que esse modelo possibilita a absorção de

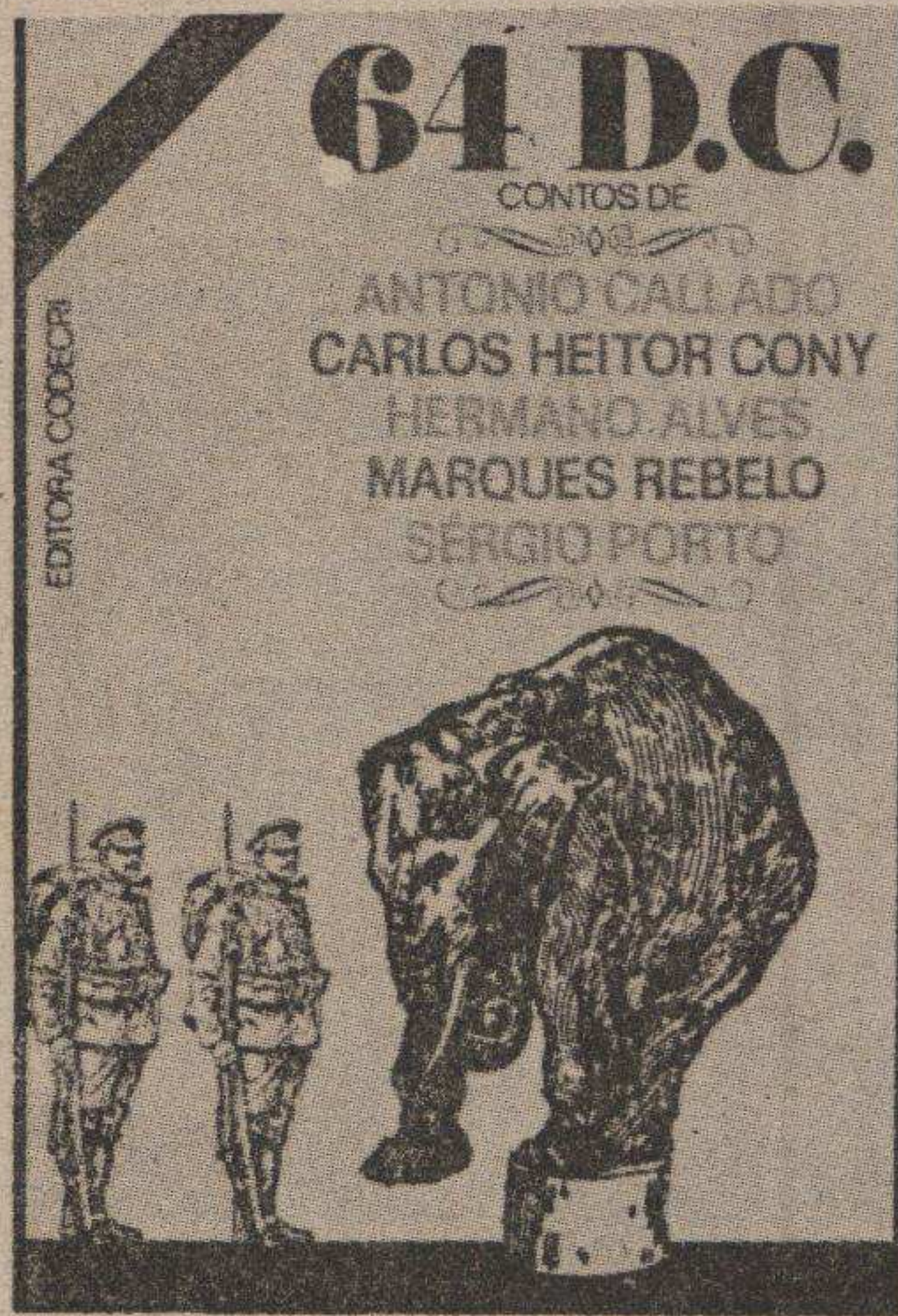


profissionais, pode reorientar o próprio sentido da imprensa em Goiás e ainda deixa com os associados o controle de sua produção, podendo criar uma nova estrutura de produção e distribuição".

Outra cooperativa criada há pouco é carioca. No dia seis de novembro foi fundada a Coopim — Cooperativa dos Profissionais de Imprensa do Estado do Rio de Janeiro —, e eleito presidente o jornalista Fichel Davit Chargel.

(1) As oito cooperativas funcionam, pela ordem de fundação, em Porto Alegre, Londrina, Santos, Salvador, Natal, Rio de Janeiro, Goiás e Recife. E há movimentos para a criação de outras em São Paulo, Fortaleza, Brasília e Maceió.

CODECRI. A EDITORA QUE VAI FUNDO.



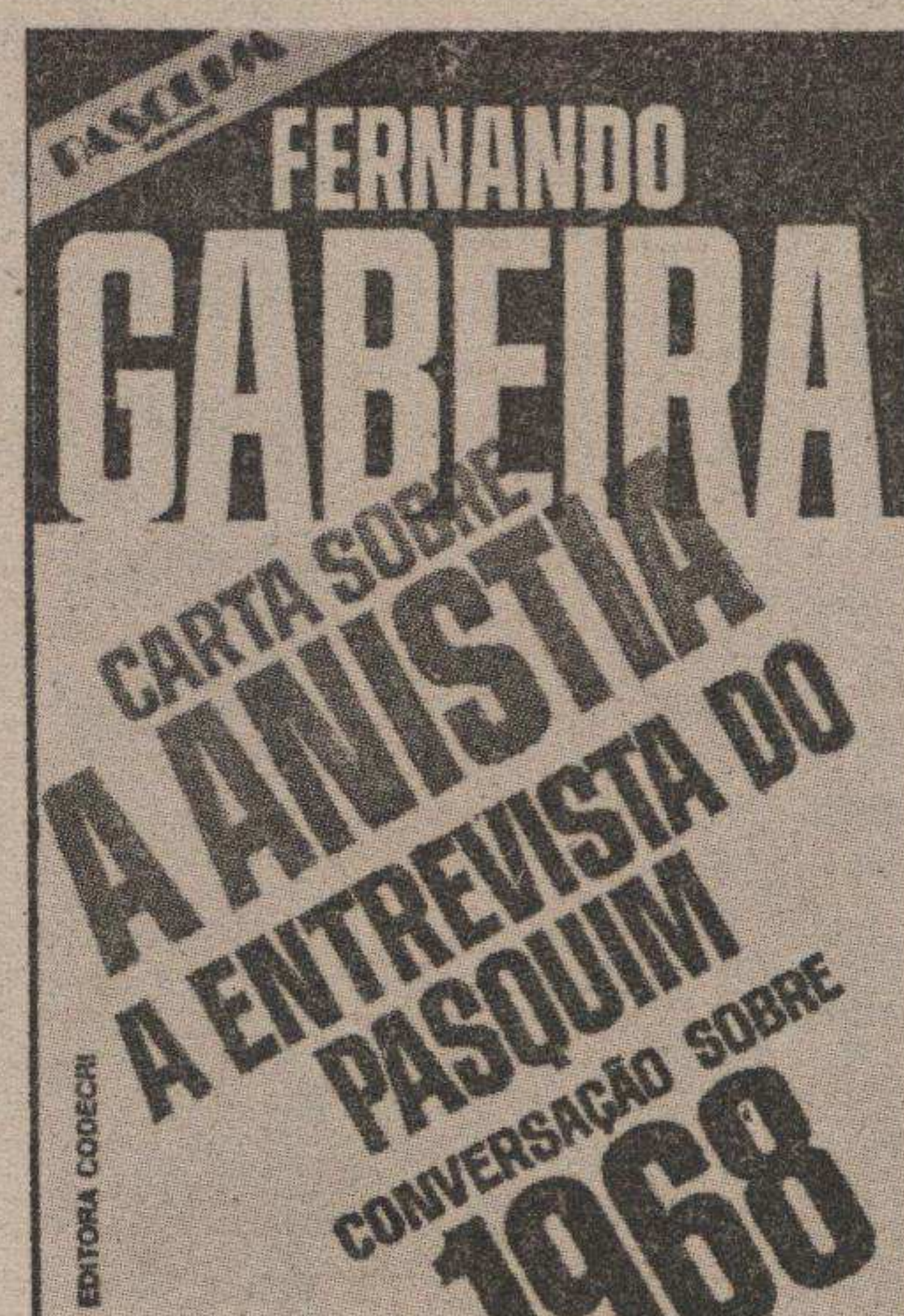
Ref. 43 - 64 d. C. Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves, Marques Rebelo, Sérgio Porto. 128p. Cr\$ 85,00



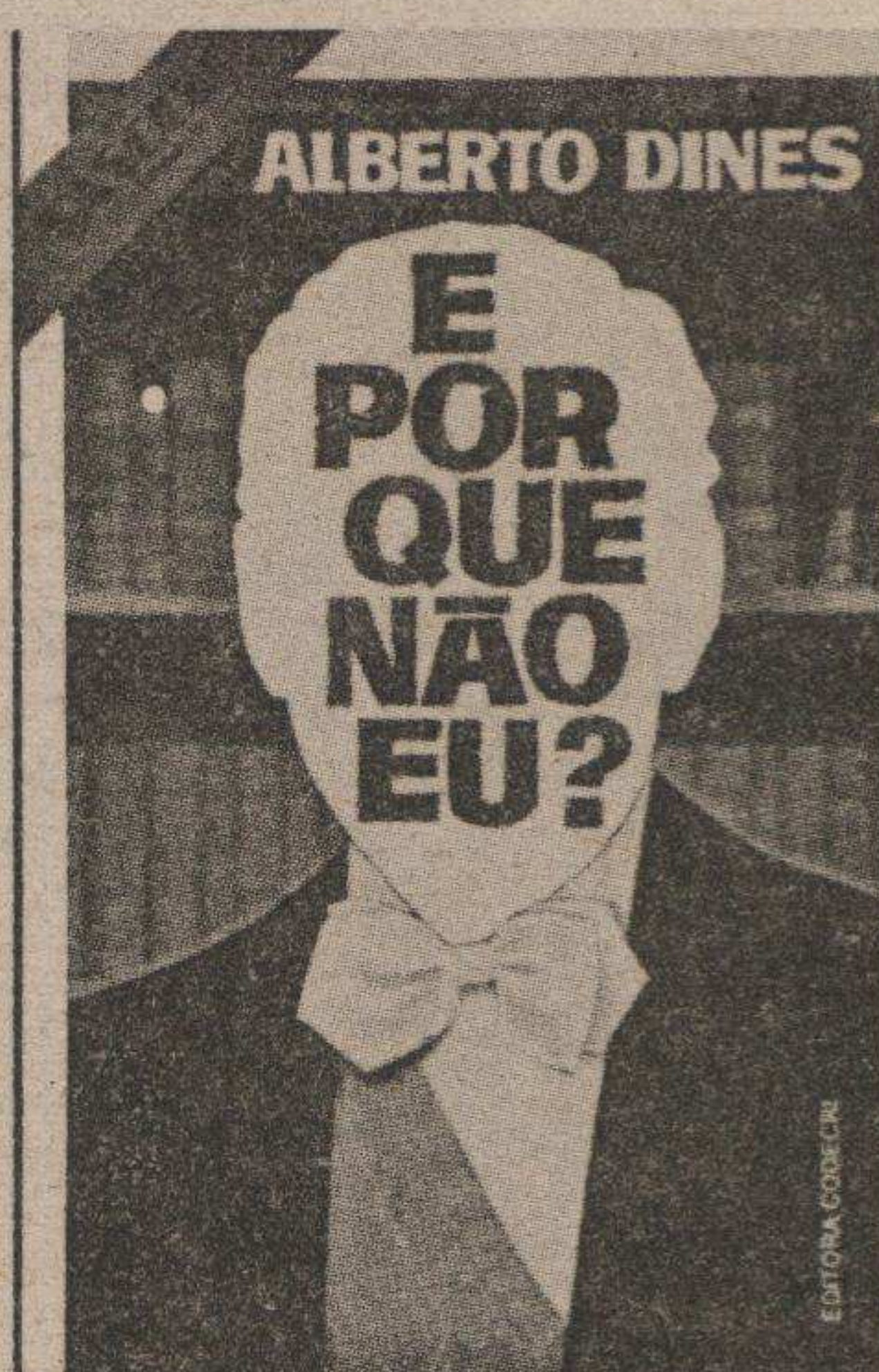
Ref. 45 - A lei e a ordem Armindo Blanco 157p. Cr\$ 140,00



Ref. 47 - Tem piranha no pirarucu & As folhas do látex Márcio Souza 110p. Cr\$ 100,00



Ref. 48 - Carta sobre a anistia Fernando Gabeira 80p. Cr\$ 65,00

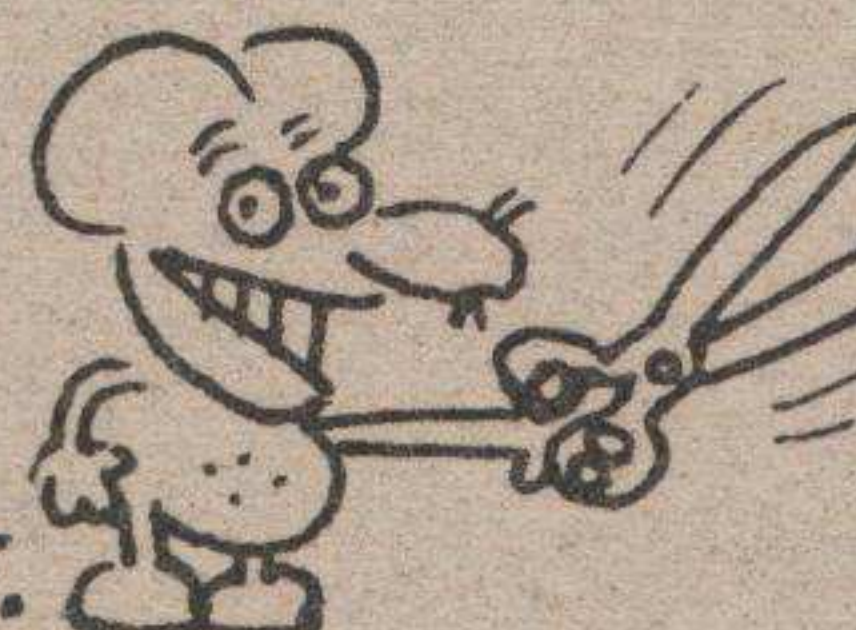


Ref. 50 - E por que não eu? Alberto Dines 73p. Cr\$ 85,00

Compre hoje mesmo, nas livrarias ou pelo Reembolso Postal.

MOLEZA!
NÃO PRECISA ENVIAR O DINHEIRO AGORA. É SÓ RECORTAR E MANDAR PELO CORREIO.

CODECRI
A EDITORA DO RATO QUE RUGE.



EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ
Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados:

Nome:
Endereço:
Profissão: Idade:
CEP: Cidade: Estado:

Assinatura:

Referência: (assinale aqui os livros que você quer ler):

43 45 47 48 50

DIAS DE GREVE

Por Tania Angarani

O confronto governo X operários visto de dentro do sindicato de São Bernardo

— Pelo amor de Deus, me deixem dormir senão eu vou explodir!

Calça verde, camisa branca, jaqueta clara-escuro, *double face*, de pé em sua sala de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Lula está com os olhos vermelhos. Há dois dias não dorme, acende um cigarro atrás do outro, ainda aceso, toma goles de café sem parar e agora, finalmente, parece se render à estafa. Senta no sofá, desamarrar os sapatos e se estica.

Luis Inácio da Silva, 33 anos, pernambucano de Recife, ex-torneiro mecânico das indústrias Villares, há quatro anos líder sindical número um do Brasil, dorme de barriga pra cima e luz acesa depois de mais um dia de cão — o 11º da greve de todos os metalúrgicos do ABC.

David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, sai da sala pedindo aos repórteres que deixem Lula descansar. No auditório do sindicato, no quarto andar, mais de 500 trabalhadores se misturam em mais uma noite de vigília — uns dormem pelos cantos, outros acabam de assistir um curta-metragem sobre acidentes do trabalho e, ao fundo, um metalúrgico dedilha um violão.

Lula irá dormir por menos de duas

horas. Lá embaixo, fora do prédio, na rua João Basso, três viaturas da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar — peruas C-14, cinza, com cinco policiais cada, considerados tropa de elite. NR), começam a rondar a sede do sindicato — este prédio de quatro andares que pega todo o pequeno quarteirão. Vestidos de preto, japona e boina, com metralhadoras nas mãos, os policiais paravam as viaturas rapidamente, na frente do prédio, colocavam a cabeça para fora, olhavam e arrancavam em seguida.

As quatro da manhã já serão sete as viaturas da ROTA, mais dois caminhões “espinha de peixe” cheios de soldados da PM, vários carros do DOPS, alguns de “chapa fria” — todos se concentrando ao fim da rua, a cem metros do sindicato. O espanto e o medo começam a acordar os metalúrgicos. Os trabalhadores chegam até a janela e um velho de 50 anos põe as mãos na cabeça, soltando o seu sotaque de nordestino:

— Meu Deus! A gente não fez nada demais!

Quando as máquinas param

Nem 80 horas de negociações foram suficientes, antes de 12 de março, para que os metalúrgicos do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema) chegassem a um acordo com os patrões. Os operários pediam 78% de aumento, estabilidade no período de experiência e aumento do número de delegados sindicais, na proporção de um para cada 500 trabalhadores por fábrica. (A Volkswagen tem 35 mil operários e dois delegados sindicais. NR). Os patrões nem chegaram a levar a sério essa proposta e não arredaram pé de sua contraproposta: 63% para quem ganhasse de um a três salários mínimos; 57% para os que recebessem de três a dez salários mínimos; 44% (índice oficial do Governo) para quem ganhasse de dez salários mínimos em diante; e piso salarial de Cr\$ 3.228,00. Assim, criou-se o impasse.

A proposta patronal foi aceita pela Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, representando 29 sindicatos do interior do Estado. Era um bom acordo para os operários do interior, que trabalham em pequenas indústrias. Mais de 60% deles recebiam menos de três salários mínimos e, além de tudo, como não haviam feito greves no ano passado e

não receberam qualquer aumento, receberiam os 63% de forma integral, sem desconto dos adiantamentos.

Para o ABCD, um acordo inviável. Menos de 30% dos 250 mil metalúrgicos da região seriam beneficiados com os 63% de aumento. E o que é pior: os patrões descontariam os 11% de aumento concedidos em greves do ano passado e os 13,5% de antecipação. Assim, na verdade, a categoria chegaria a receber ao invés de 63% e 57%, uma percentagem menor do que os 44% do índice governamental — 38,5% e 32,5%. Nesse dia 12 de março, Luis Inácio da Silva, a caminho da assembléia que decretaria a greve geral, desabafou:

— Fizemos parte de uma farsa. Já estava tudo definido.

Vista das assembléias que decretaram a greve geral no ABCD, essa proposta patronal era mais do que inviável — era ridícula. E começariam aqui os 15 dias de paralisação do trabalho nesta região onde, por exemplo, 108 mil metalúrgicos trabalham em apenas 26 fábricas (de mais de mil operários cada), sendo que destas, 15 são estrangeiras e abrangem mais de 85 mil trabalhadores.

E seriam estabelecidos pelo menos dois recordes: 1) A primeira vez que as máquinas parariam em todo o ABCD nos últimos 15 anos; 2) A primeira vez que as máquinas da Volkswagen do Brasil S/A parariam em seus 26 anos de história brasileira.

O primeiro sindicato a decretar a greve geral nessa noite foi o de Lula — São Bernardo e Diadema — o maior de todos, com 120 mil metalúrgicos. Em seguida, chegou a notícia: mais de 80 mil metalúrgicos de Santo André, presididos por Benedito Marcílio (deputado federal recém-eleito pelo MDB), também parariam. E por fim, o sindicato de São Caetano, com 50 mil operários comandados por João Lins, estava pronto para a paralisação.

Antes das 22 horas, dos três sindicatos saíram os piquetes já organizados — à zero hora as máquinas iriam começar a parar. No meio do auditório de São Bernardo, Lula chegava a essa conclusão:

— Vamos partir para a realidade. O primeiro tiro já foi dado!

Samba, Greve e Cachaça

Os piquetes começaram às cinco da manhã. Em São Bernardo, no sindicato, mais de cinco mil miniassembléias pela noite adentro. A comissão de salários (mais de 30 representantes das maiores indústrias) ajudou na organização de tudo. Na porta do sindicato, um rapaz vem até Lula para saber “o que é um piquete”.

— Se você soubesse o aperto que dá no coração quando esse pessoal começa a aplaudir e abraçar a gente...! Eu só quero ver essa greve. Amanhã vai ter rapazes fazendo piquetes que em 1964 não tinham nem dez anos ainda. Mas

uma coisa eu digo: se a Volks não parar amanhã cedo, eu mesmo vou encabeçar o piquete da tarde!

Lula nem precisou cumprir sua promessa. Os 200 operários que saíram às quatro da manhã do sindicato para as portas da Volks, a um quilômetro de distância, deram conta do recado. Distribuídos nos três portões de entrada (um na via Anchieta e dois na avenida Maria Servidei Demarchi), quando chegavam os primeiros ônibus dos horistas (os trabalhadores que ganham por hora e trabalham diretamente na linha de montagem), os piqueteiros davam os braços e impediam a entrada. Não havia resistência, ao contrário, cada ônibus que chegava reforçava os piquetes. As seis da manhã, mais de quatro mil operários se aglomeravam à frente do portão número um.

— O holocausto está fechado e só vai abrir quando a gente quiser! Não adianta os chefes entrarem — eles não sabem ligar as máquinas.

Na portaria, o clima era de alegria e nervosismo. Muitos operários choravam ao saber que a greve era geral. Pela manhã toda não havia policiamento além dos guardas de segurança da própria Volks, que forçavam uma aparência de calma. Os *fura greves* só começariam a chegar entre sete e oito horas — os chefes de seção, o pessoal de escritório, todos mensialistas.

Mas os incidentes eram poucos: um chefe de seção tentou furar o piquete com sua Brasília azul, no portão número dois e teve seu carro parado e levantado do chão por 50 operários — desistiu! E às oito horas, o estoque de bebidas dos três bares ao lado da Volks tinha esgotado. Num deles, o do japonês, mais de cem operários cantavam e dançavam, numa miniescola de samba com garrafas de cerveja, copos e garfos.

Enquanto isso, no portão número dois, um velho operário que há dez anos trabalha na Volks, olhando os guardas de segurança, desabafava:

— A gente tem que ter direito à vida. Tá chegando a nossa vez. Eles tratam a gente como animal, na entrada e na saída nossos pacotes são massacrados por esses puxa-sacos. Eles acham que a gente vai roubar os alemães!

Lá dentro, só chefes olhando as máquinas. Foi assim o dia inteiro e à tarde, com a chegada da polícia, os piquetes se retiraram. No ABCD todas as grandes fábricas pararam: Volks, Mercedes, Ford, Chrysler, Scania, Villares, Brastemp, General Electric, Motores Perkins, Philips, Cofap. E o dia só foi terminar quando no estádio Costa e Silva, na Vila Euclides, em São Bernardo, mais de 40 mil trabalhadores ouviram Lula dar um balanço da greve:

— Foi dada uma demonstração de que os trabalhadores, quando querem alguma coisa, são imbatíveis. O que faltava era um pouco de vontade de briga — e a miséria da política econômica fez com que o dia 13 de março fosse considerado o dia dos metalúrgicos do ABCD. Nossa vitória não está longe.



Perante a assembléia de operários, Lula apresenta a proposta dos patrões

O revólver e o medo de Lula

Agora, na madrugada do 11º dia de greve, depois de duas horas de sono mal dormido, Lula acaba de acordar — nervoso, os olhos tão vermelhos quanto antes. Recomeça a rotina dos cigarros *Hollywood* e vai até a janela para ver o cerco policial, que proíbe nesta altura a circulação por toda a rua e em toda a volta do sindicato.

— A única coisa que posso dizer é que são ordens superiores.

O comandante de mais de 70 homens postados em frente ao prédio não quis se identificar, nem que os jornalistas anotassem essa sua frase: os PMs seguravam nos braços dos repórteres e os obrigavam a riscar seus papéis. Cercados, os jornalistas eram obrigados a ficar na calçada do sindicato.

Depois de alguns minutos na janela, Lula inicia uma série de telefonemas. Para o delegado Romeu Tuma, titular do DOPS de São Paulo, que não encontra; para o prefeito Tito Costa (do MDB), de São Bernardo do Campo, avisando do cerco; para os dois advogados do sindicato, o deputado Almir Pazzianoto (MDB) e Maurício Soares, pedindo que Almir viesse imediatamente. Todos os telefonemas rápidos, de menos de dois minutos cada.

O último deles foi para sua mulher, dona Marisa (ambos viúvos, casados em segundas núpcias há cinco anos; ela tinha um filho, Marcos, do primeiro casamento e agora o casal tem mais dois meninos), que ouviu em silêncio o que Lula tinha a lhe dizer:

— O Sindicato está cercado. Não se assuste e nem fale nada: o telefone está censurado. Fica tranqüila que não vai acontecer nada.

A grande preocupação de Lula era que ninguém soubesse onde estava sua família. No dia anterior, Lula a havia levado para a casa de uma pessoa amiga em Rudge Ramos, sem que ninguém soubesse. Pressentia que algo poderia acontecer.

E não era para menos. O impasse da greve, em seu nono dia, chegava ao máximo. A cada encontro entre os líderes sindicais e os empresários da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo) aumentava o abismo entre as pretensões dos trabalhadores e os patrões. E uma ameaça começava a rondar a cabeça de Lula, Marcílio e João Lins, os presidentes dos sindicatos do ABCD: a intervenção.

De Brasília, havia chegado a notícia: o novo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, viria negociar com a intervenção na pasta ou na bagagem. E foi assim que ele desembarcou em São Paulo para um encontro com empresários e grevistas, numa reunião que durou oito horas, em seu apartamento nos Jardins, na Rua Oscar Freire, zona Sul de São Paulo.

Sem a presença da imprensa (confinada na garagem do prédio), a reunião foi tensa e surrealista. No começo, cordialidade total das duas partes. O Ministro ofereceu uísque escocês (aceito por todos, inclusive Lula). Os empresários pareciam se divertir com a situação, pois o Ministro era claro:

— Voltem ao trabalho. Os dias parados serão descontados em cinco parcelas a partir de maio. O índice é o mesmo do interior. Se vocês aceitarem, poderemos estudar nos próximos 45 dias a questão dos 11% conseguidos na greve do ano passado. Caso contrário...

E o Ministro batia na pasta, onde, num envelope pardo, estava a minuta do decreto de intervenção nos três sindicatos. Mas os líderes do ABCD tinham uma questão maior:

— Como apresentar uma proposta dessas a uma assembléia de milhares de trabalhadores parados há 10 dias?

O scotch correndo ao longo das horas, as reuniões se sucedendo nas várias dependências do apartamento, ora empresários com empresários, ora trabalhadores com trabalhadores. Assim, Benedito Marcílio acabou por sucumbir ao álcool — tornou-se radical, começou a brigar com os companheiros, empresários e até mesmo com o Ministro. Não houve acordo.

Na manhã do décimo dia de greve, novo encontro dos mesmos personagens

no mesmo local, das nove às 13 horas. Um verdadeiro vídeo-teipe da noite e madrugada anterior: ninguém afastou-se um milímetro de suas posições. Na saída, o sintoma de que as coisas iriam piorar. No mesmo elevador, descem Lula, Lins, o advogado do Sindicato de São Bernardo, Maurício Soares e o ministro Murilo Macedo. O elevador vai parar no fosso, abaixo da garagem. Depois de algum esforço, seus ocupantes conseguem abrir a porta. Saem e a imprensa cerca Lula: "Não posso dizer, só que vou falar na assembléia". Murilo Macedo, menos assediado pelos repórteres, acaba por dar o sinal de que as coisas iam de mal a pior: "Fizemos tudo o que foi possível, agora a decisão é deles".

Às três horas da tarde, 90 mil trabalhadores de São Bernardo no estádio Costa e Silva, na Vila Euclides, ouvem Lula, de camisa branca aberta, deixar que a classe julgue a proposta do Ministro, não sem antes advertir:

— A intervenção está preparada de há muito. A nossa greve é agora um desafio ao Governo. Nós podemos aceitar ou rejeitar essa proposta. No caso de cassações, a Comissão de Salários assume o comando da greve...

"O ABCD unido, jamais será vencido" foi a resposta unânime da assembléia, que decidiu pela continuação da greve. Lula desceu do palanque cercado pelos trabalhadores e carregado, mas visivelmente tenso. Fez muita força para não chorar. Pouco antes, ainda no palanque, parecia prever o pior. Puxando pelo braço o Alemão (Emilson Simões, membro da Comissão de Salários), ele havia legado o comando: "Se alguma coisa acontecer com a diretoria do sindicato, esse cara poderá nos representar..."

Lula leva mais de meia hora para sair do estádio. Até entrar no carro que o levaria ao sindicato, é abraçado, amassado. O carro ainda leva outro tanto de tempo para começar a se movimentar num congestionamento. É quando um metalúrgico o alcança correndo. Tira do bolso um chaveiro em forma de um revólver em miniatura e, pela janela, oferece a Lula:

— Isso é pra você se defender...

A comida, na casa de Deus

São cinco horas da manhã e o sindicato agora está completamente cercado. A polícia só deixa que entrem os deputados do MDB, que começam a chegar. Os primeiros são os estaduais Vanderlei Macris e Geraldo Siqueira Filho, o *Geraldinho*. Uma perua da Rede Globo aponta no fim da rua, começa a filmar o cerco e é capturada pelos policiais. O deputado federal Sérgio dos Santos chega em seguida e engrossa o número de gente no prédio cercado.

Lula, em sua sala, está cercado pelos integrantes da Comissão de Salários e preocupado com os *piqueteiros*, que saíram pouco antes do cerco. Há dias que os piquetes não eram mais necessários — a greve corria unânime, sem que houvesse necessidade de barrar companheiros nas portas das fábricas. Mas Lula temia pela violência da polícia nessa madrugada, manhã.

No começo da noite anterior, depois da assembléia, ele havia decidido tirar todos os mantimentos do Fundo de Greve do sindicato e colocá-los na igreja matriz de São Bernardo, a poucas quadras do sindicato. Agora, respirava aliviado por essa decisão.

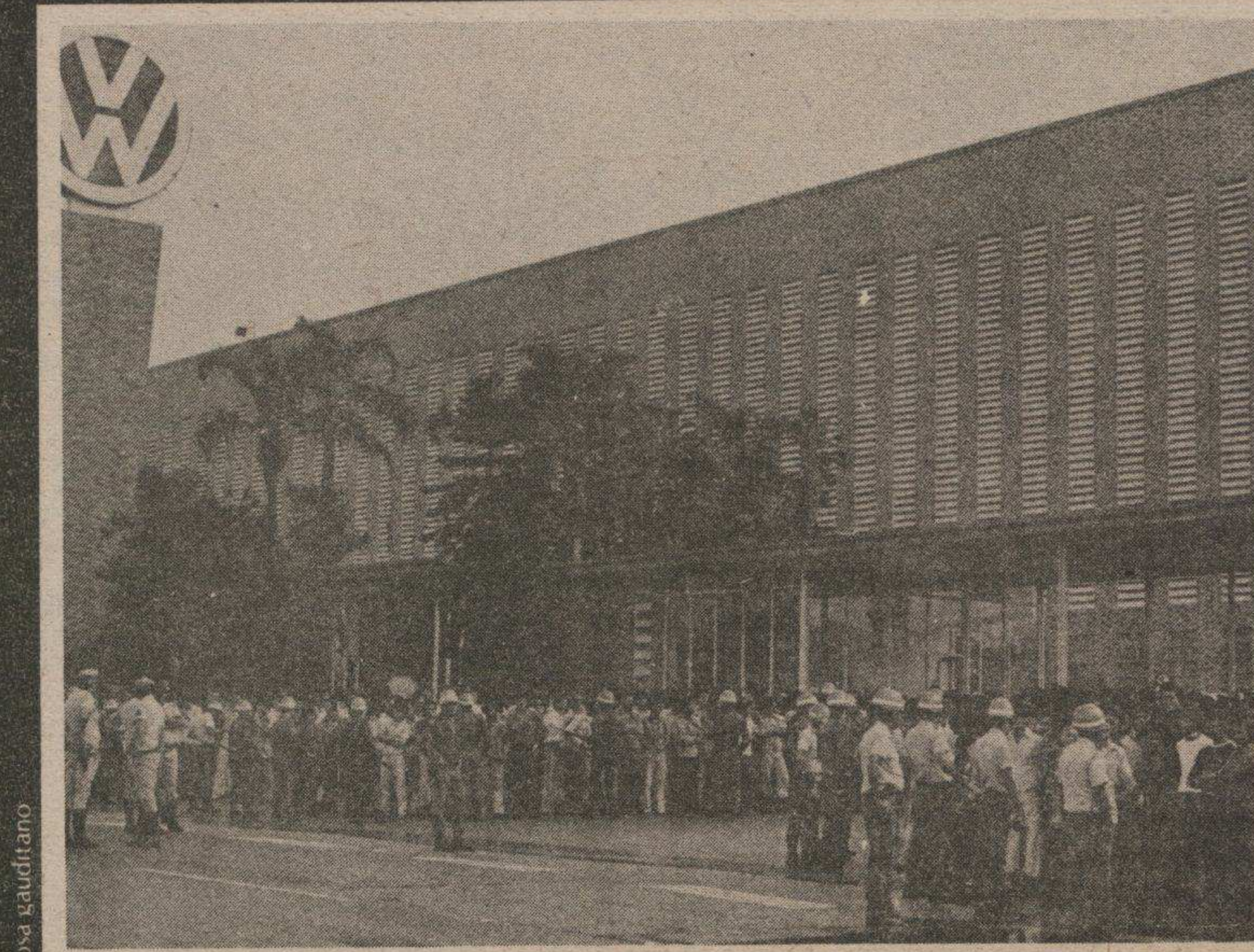
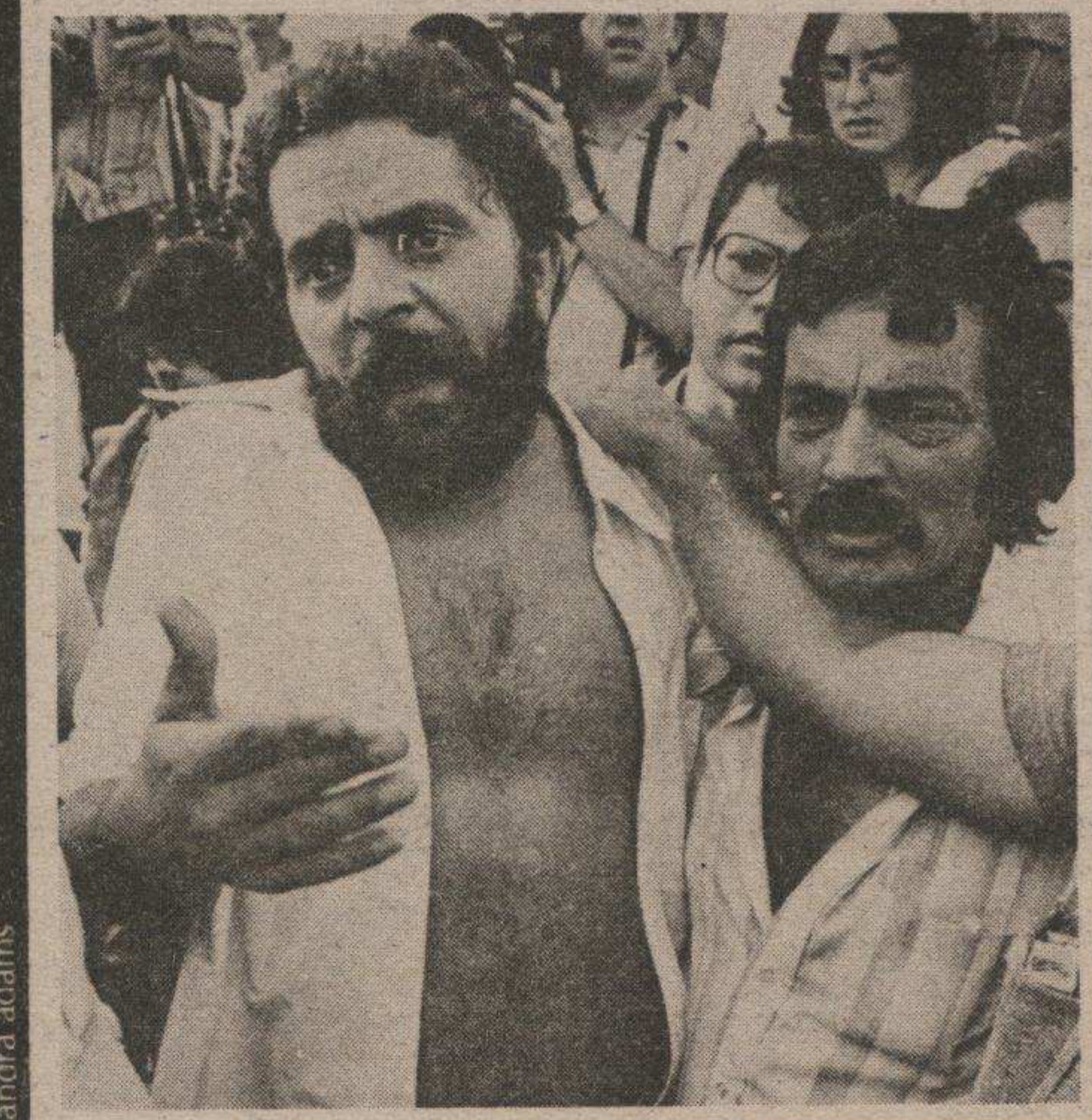
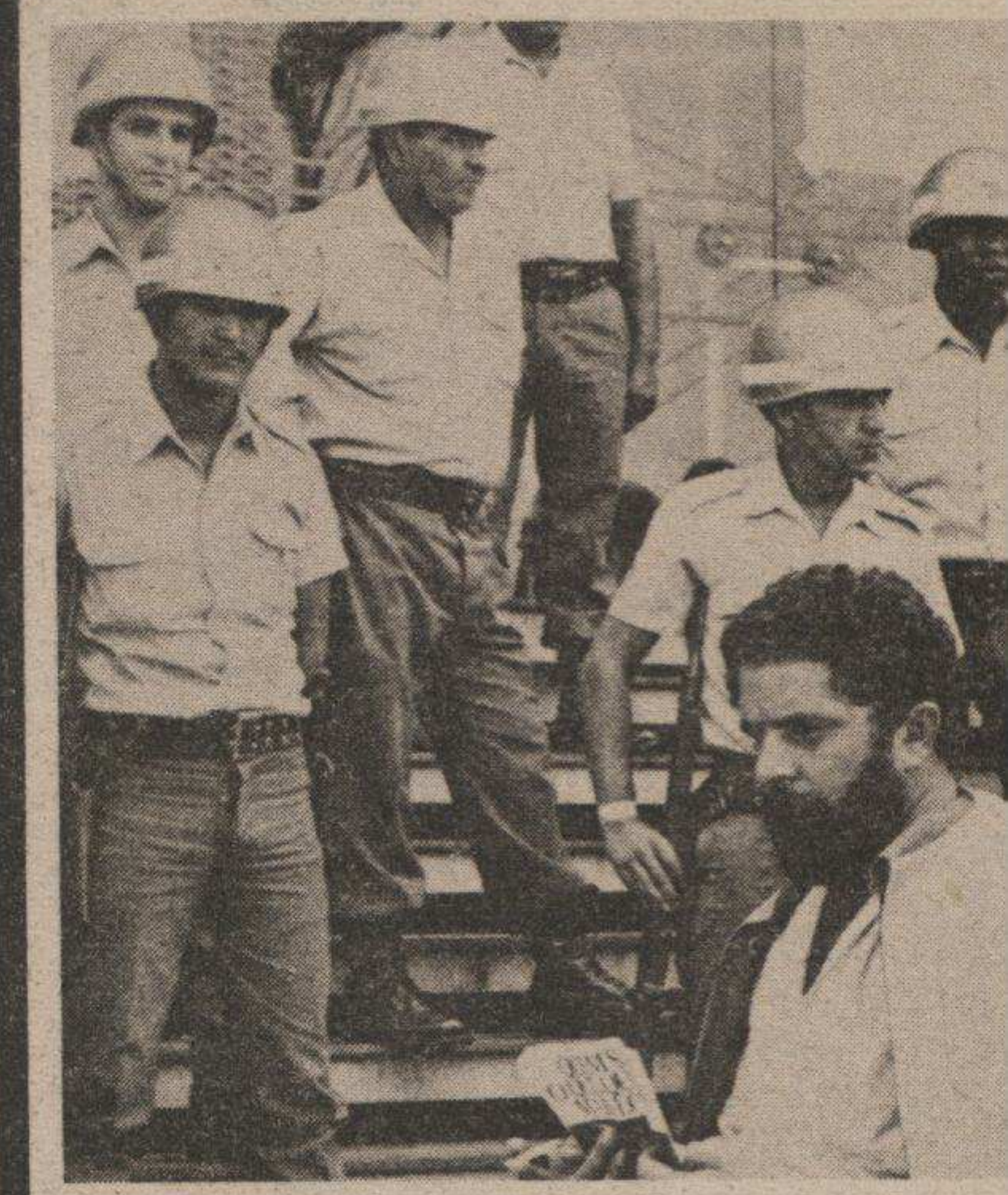
O telefone de sua sala não pára de tocar, como também ali não cabe mais ninguém. Lula pede aos mais esclarecidos que se dirijam ao auditório, no quarto andar, para acalmarem os trabalhadores que estão tensos, com medo e começam a sentir fome. É quando vai ocorrer a primeira prisão: O Alemão — que fora apresentado por Lula como seu *herdeiro* — tenta descer à rua com megafone nas mãos.

Não consegue começar a pedir aos trabalhadores que estão na calçada para que entrem no prédio. É agarrado na porta por três policiais do DOPS e arrastado até uma C-14. O deputado Geraldo Siqueira corre para impedir a prisão. Os três policiais se voltam, mandando que se afaste:

— Parem... eu sou deputado...

— Deputado é o ca...!

DIAS D



Pela primeira vez em anos em que está no Brasil, a fábrica Volkswagen parou. Formaram-se piquetes em frente de suas portas, para impedir o esvaziamento do movimento. Até a polícia chegou para dispersar os trabalhadores e dar garantias de que eles poderiam voltar ao trabalho. Mesmo assim, a greve continuou.

DE GREVE



As fotos de Lula marcam a evolução dos acontecimentos: 1 — Nos primeiros dias, seguro, semblante tranqüilo, pedindo calma aos companheiros (à esq.). 2 — No 12º, ele deixa o sindicato nervoso, uma expressão carregada no rosto: está consumada a intervenção e ele foi destituído. 3 — Camisa desabotoada, aspecto cansado, ele retorna no 13º dia. Fala com determinação aos operários (à dir.), reassume a liderança e é carregado pela massa



A polícia começou a chegar na madrugada. Pela manhã o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo já estava cercado e os piquetes dispersados. Mas os operários no estádio Costa e Silva registram em faixas a sua decisão: não voltar ao trabalho. À esquerda (abaixo), num raro momento de pausa, Lula consegue conversar com sua mulher, Marisa



E *Geraldinho*, antigo líder estudantil da USP, é a primeira vítima: toma uma cacetada no meio do rosto e fica desacordado no chão, na calçada do sindicato. Socorrido por outros deputados e jornalistas, é levado para dentro da sede.

— Quem está fora não entra, quem está dentro não sai...

É a ordem da polícia, às oito horas da manhã. Nem o presidente do sindicato dos Jornalistas deixam passar. Lula está passando mal, já foi ao banheiro mais de seis vezes, acometido de súbita dor de barriga. Numa das vezes que volta do banheiro, comenta:

— Da janela do banheiro a gente vê chegar mais policiamento pela via Anchieta...

O café frio, mais de um maço de cigarros, o clima de tensão e Lula vê chegar o deputado federal Alberto Goldman, para quem se dirige, dizendo: "Eu sabia, era só o Ministro entrar nas negociações que isso iria acontecer..."

Lula já havia tentado vários telefonemas para o delegado Romeu Tuma do DOPS, mas ele não era localizado. Nem ele, nem ninguém que pudesse ajudar, até que o prefeito de São Bernardo, Tito Costa, chama Lula ao telefone:

— Tito, entre em contato com alguém, as coisas estão muito violentas, não sei o que vai ser...

O prefeito diz que vai procurar Maluf, o governador, e depois de mais duas ligações, informa que "se tomara alguma providência". Mais um pouco e Tito Costa vem pessoalmente ao sindicato se reunir com Lula, a portas fechadas. Na saída, duas resoluções: buscar lanche para os metalúrgicos presos no sindicato e reforçar a Maluf a necessidade de deixar os trabalhadores irem para casa em paz.

Tito Costa vai conversar com o comandante do cerco.

Com Deus, pela liberdade

— Será que a gente vai sair daqui algemado?...

— Será que vão prender o Lula?...

— E a comida?... O pessoal está morrendo de fome.

Se dentro do sindicato, entre os metalúrgicos, o clima era esse, às dez horas da manhã, na rua, o comandante do policiamento parecia entrar num acordo com o prefeito Tito Costa. Em sua sala, Lula relimpava as gavetas, rasgava os últimos papéis — a intervenção já era um fato mais do que consumado. Entre os papéis que rasgava estava o acordo proposto pelo ministro Murilo Macedo.

— Pelo amor de Deus! Alguém atenda os telefones, eu já não aguento mais...

Lula se desesperava. É quando o prefeito Tito Costa volta ao sindicato com um capitão da PM, Tarso, e sete agentes do DOPS. Enquanto os três conversavam, os agentes circulavam pelo auditório encarando os metalúrgicos, provocativamente. Depois de alguns minutos de conversa, o capitão, ladeado por Lula, vai até o auditório e se dirige a todos:

— Quem quiser ir para casa pode ir. O Prefeito está aqui, como também o delegado do DOPS, que vai providenciar a saída de vocês. Tudo será feito com ordem e sem violências. Os que quiserem sair é só dar o nome e o RG (Registro Geral da Carteira de Identidade).

Depois do capitão, é Lula quem fala: — Pessoal, ninguém está obrigando ninguém. Quem quiser entra na fila, dá o nome e pode ir tranqüilamente, que não vai ser barrado aí na frente não. Quem quiser ir para igreja ajudar a distribuir alimentos, também pode ir...

No ar, um clima de indecisão, quando um operário falou:

— Então nós vamos até a matriz rezar um Pai Nosso...

No que o delegado do DOPS, dr. Nivaldo, arrematou:

— Por que não rezam aqui? Se for na matriz eu não acho tão louvável. Nós estamos numa situação difícil. Vamos rezar aqui mesmo um Pai Nosso para Santa Filomena ou São Bernardo, que é a mesma coisa... (virando-se para Lula) Puxa um Pai Nosso aí, puxa Lula!

Lula ainda tenta dizer que "não sei rezar", mas o delegado do DOPS começa ele mesmo a puxar o "Pai nosso que estás no céu..." e todos os metalúrgicos de mãos para o alto, entrelaçadas, começam

a repetir, mecanicamente, sem entusiasmo.

— Bom, acabou a igreja. Quem quer ir embora?...

Mal acaba a pergunta, o delegado vê os metalúrgicos levantarem os braços afirmativamente e começam a formar a fila de saída. São 11 horas da manhã. Enquanto, vão saindo, empurrados, chega o representante da Delegacia Regional do Trabalho, trazendo num envelope, o decreto de intervenção para que Lula assinasse e, avisando que igual procedimento ocorria agora em Santo André e São Caetano.

O homem da DRT estende o papel para Lula assinar, falando:

— Você pode ir descansar, você deve estar exausto. O Guaracy é um ótimo homem, um homem de confiança...

Lula assina o papel na frente do prefeito Tito Costa e se retira da sala, para sumir em seguida, antes da chegada do interventor Guaracy Horta, que entra no sindicato cinco minutos depois.

Antes de ir para casa, Lula vai até a matriz. Reza, procura alguém para falar, não dá declarações à imprensa e sai para rua. Nesta altura a praça da matriz está tomada por uns três mil metalúrgicos, que gritam sem parar: "Lula! Lula! Lula!..."

No carro do deputado federal Antônio Resk, ele sai da cena.

Lula chora antes do fim

Sem Lula no sindicato, nem no comando da greve, os metalúrgicos passaram a sexta e o sábado (11º e 12º dias de paralisação) à mercê das pancadarias da polícia. Não tinham onde se reunir, não podiam ir nem ao estádio Costa e Silva, nem ao sindicato (que permaneceu policiado), foram obrigados a se reunir nas ruas de São Bernardo, no Paço Municipal. Foram dois dias de batalhas campais e desiguais.

Chorando, no sábado, Luis Inácio da Silva reassumiu o comando da greve, numa reunião entre deputados e trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo:

— Às vezes tenho vontade de chorar na frente dos trabalhadores. Mas não posso, tenho que bancar o forte.

Lula reassumia o movimento num momento crucial. Os trabalhadores apanhando nas ruas e a greve sem comando, como explicava:

— Estou reassumindo o comando da greve porque pessoas que nada têm a ver com a classe trabalhadora estão tentando comandar o movimento. O pai da criança tem que ser a classe trabalhadora!

E na missa do domingo, às dez horas da manhã do 13º dia de greve, na matriz de São Bernardo, Lula comunica sua decisão aos trabalhadores, que gritam: "Ele voltou! Ele voltou!"

— Agora eu sou o presidente do sindicato de fato e não mais de direito. Vou repetir pra vocês: esse é um movimento dos trabalhadores e ele continua...

No 14º dia da greve, Lula e o prefeito Tito Costa se encontram para analisar a nova proposta, agora dentro da nova realidade da intervenção. Continuavam os mesmos índices, mas os empresários admitiam negociar novos índices em 45 dias, a volta da diretoria do sindicato e o pagamento dos dias de greve.

E no 15º dia a greve acabou. Novamente aclamado por 90 mil pessoas estádio Costa e Silva, Lula pediu um voto de confiança aos trabalhadores:

— Primeiro, eu tenho certeza absoluta que o nosso sindicato vai voltar à normalidade dentro de um determinado prazo e acho que não serão precisos os 45 dias; em segundo lugar, tenho certeza absoluta de que as nossas horas serão pagas; prometo para vocês que nós faremos um acordo muito melhor do que este que está feito; e que a gente vai recuperar os nossos 11%. A única coisa que eu peço para vocês, e venho assumir o compromisso em nome da diretoria, é que se não vier isso que a gente está discutindo aqui, nós paramos outra vez!...

De calça mescla, camisa rosa, Luis Inácio da Silva pôde ver, do palanque, o sim de 90 mil trabalhadores — o maior voto de confiança jamais dado a uma liderança sindical no Brasil dos últimos anos.

E sai carregado nos ombros do povo.

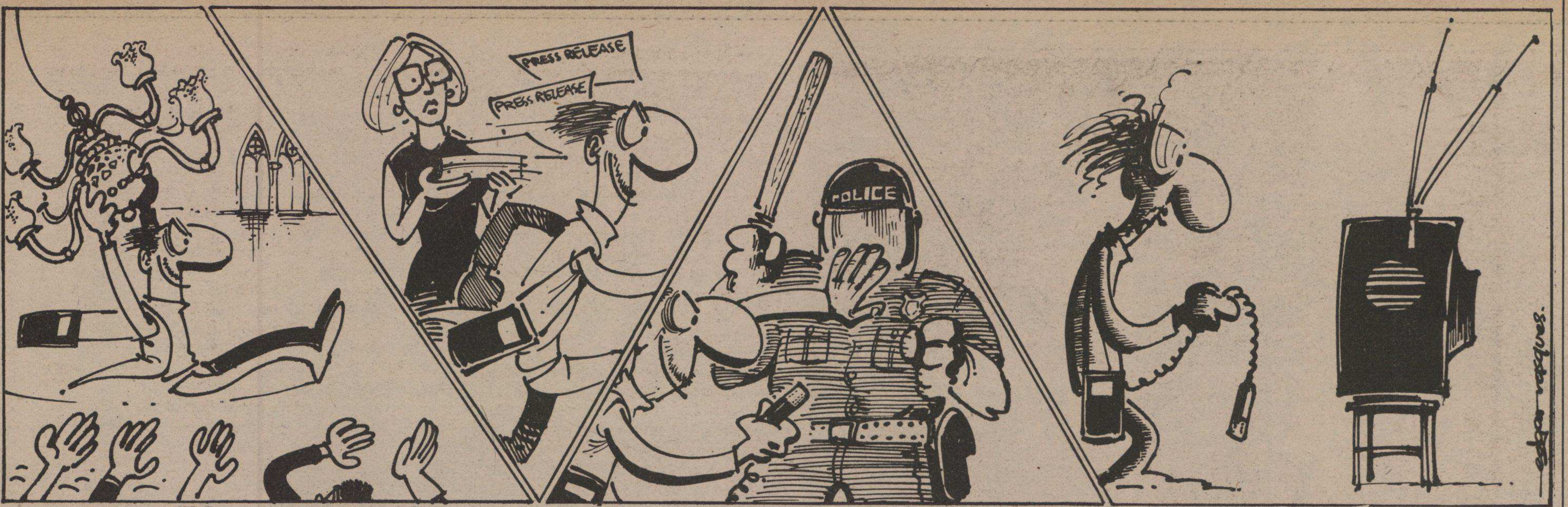
sandra adams

sandra adams

juca marins - agência 17/4

rosa galudiano

nair benedito - agência 17/4



A IMPRENSA E O CASO ROCKY

Por Caco Barcelos, de Nova Iorque

Um em cada três jornalistas que entrevistei na missa em homenagem a Nelson Rockefeller, estão certos de que ele estava na cama com sua secretária naquela noite de sexta-feira, 26 de janeiro, quando morreu em consequência de um ataque cardíaco.

Mas nenhum deles escreveu sobre o romance Rocky e Megan Marshack, talvez uma história de amor que teria começado quando Rockefeller era vice-presidente dos Estados Unidos e Megan, então repórter de rádio da Agência Associated Press, passou a fazer parte do seu staff, como pesquisadora da sua coleção de pinturas e obras de arte contemporânea, avaliada em 37,4 milhões de dólares.

Que Megan era uma funcionária especial de Rockefeller, com salário anual de 60 mil dólares, mais do que especial, considerando que nos EUA as secretárias ganham em média 10 mil dólares anuais, isso todos jornais de New York disseram. E disseram muito mais. Os jornais chegaram a publicar três edições diárias sobre Rocky e Megan, na medida em que os repórteres foram descobrindo detalhes reveladores do íntimo relacionamento do político milionário (quatro vezes governador de New York, vice-presidente no Governo Lindon Johnson, fortuna pessoal de 250 milhões de dólares, e cuja família é considerada a mais influente da América), com a secretária, solteira, que mora num apartamento de um quarto, decorado com peças da coleção de artes do patrão.

Com manchetes tipo "Família quer saber a verdade"; "Megan comprava roupas para Rocky"; "Rocky trabalhava freqüentemente no apartamento dela", os jornais foram contando tudo sobre o caso, ou melhor, sobre a fofoca que se transformou em escândalo em New York.

Apesar de darem todos os fatos e até pistas, estimulando a imaginação dos leitores, nenhum jornal afirmou que havia romance entre Rocky e Megan. Nem mesmo os poderosos *The New York Times*, *Daily News* e *The New York Post*, circulação média diária de 2 milhões de exemplares, publicaram uma linha sequer sobre essa hipótese.

O *Times*, na edição de sábado, dia 28 de janeiro, começou toda a história ao publicar a declaração dos vizinhos de apartamento-escritório de Rockefeller. Eles viram uma mulher saindo do prédio 13, da Rua 54, a casa-escritório de Rocky no centro da Ilha de Manhattan, no momento em que os enfermeiros o carregavam para a ambulância às 20h45min, uma hora antes de ser declarado morto no Hospital Lenox. E 48 horas depois a cidade, sabia quem era essa mulher, não identificada pelo *Times*.

Sorridente, cabelos pouco acima dos ombros, de óculos, assim Megan Marshack, 31 anos, foi apresentada aos americanos pelo *New York Post* numa foto de capa e com a seguinte manchete: "A mulher que batalhou para salvar Rocky — Ela ficou cinco minutos massageando seu coração". diz a legenda da foto. E apesar do *Post* contar que na noite que ele teve o ataque cardíaco os dois estavam pesquisando livros, a matéria desencadeou a fofoca.

Eles eram ou não eram amantes?
Os repórteres estão agora empenhados

em reconstituir os instantes finais da vida de Rocky e a participação de Megan nesse fato. Alguns jornais levantaram inclusive a suspeita de crime, porque só uma hora depois dele ter tido o ataque cardíaco é que Megan teria providenciado socorro.

Quiseram também responsabilizar Megan por ter primeiro avisado a amiga Ponchita Pierce, uma repórter *free-lancer* de televisão, em vez de discar imediatamente o nº 911, do Serviço de Emergência da cidade de New York.

A repórter Ponchita Pierce mora no mesmo edifício de Megan, no prédio 56 da Rua 54, a menos de 200 metros do escritório de Rockefeller. Ela demorou mais de dez minutos para chegar e encontrou ele agonizando, deitado no chão e a amiga Megan junto dele, desesperada. Só então resolveram discar o 911. Quem telefonou foi Megan e, ainda não se sabe por que, ela omitiu a identidade de Rockefeller. Vejamos como foi o diálogo:

— Pode me mandar uma ambulância para a Rua 54, prédio 13? — Perguntou Megan ao telefonista.

— Qual o endereço? Perguntou o telefonista.

— É um caso grave, imediatamente por favor, disse Megan.

— Qual é o endereço? — Perguntou o telefonista.

— Rua 54, prédio 13, respondeu Megan, enquanto o telefonista conectava uma estação de serviço de ambulância.

— Qual o endereço? — Perguntou o policial da estação de ambulância.

— Rua 54, 13, por favor, imediatamente, disse Megan.

— Calma aí, disse o policial. "Que escritório é esse?"

— Eu não sei — respondeu Megan. Rua 54, 13, por favor.

— Calma aí, só assim poderemos ter seu endereço certo, disse o policial.

— Não é escritório, disse Megan.

— É uma casa privada? — Perguntou o policial.

— Sim, primeiro andar.

— Que problema é? Nós precisamos saber para providenciarmos socorro adequado, disse o policial.

— É grave, respondeu Megan.

— Ele está inconsciente?

— Sim — disse Megan — ele está agonizando.

ÀS 23h18min o policial despacharia a ambulância que chegaria no escritório de Rockefeller nove minutos depois. Os enfermeiros encontrariam Megan ajoelhada fazendo massagens no coração de Rockefeller que agonizava. Imediatamente os enfermeiros chamaram uma equipe médica com a seguinte ressalva:

— É um caso urgentíssimo, é o governador Nelson Rockefeller que está morrendo.

Cinco minutos depois do alarme do enfermeiro, a polícia interditou dois quarteirões da Rua 54 e também todos os cruzamentos no caminho do escritório ao hospital Lenox, para onde ele foi levado e declarado morto às 23h40min.

Ainda nesta noite, a Agência de Notícias AP localizaria Megan, mas ela não quis dar entrevista aos seus antigos colegas. "Não sei. Estou desesperada, não sei o que dizer", justificaria. Depois ela só seria vista pelos repórteres uma única vez,



A edição de 29/1 do New York Post, apresentando a secretária de Rocky

na entrada de uma estação de metrô. Nevava, ela usava um longo casaco escuro e quando viu os repórteres desceu correndo as escadas e desapareceu.

E os amigos íntimos, o que pensam a respeito da fofoca? E Kissinger, por autoafirmação o melhor amigo de Rockefeller, que inclusive ao saber da morte diria: "Não posso acreditar, estive com ele algumas horas antes e até combinamos um encontro. iríamos conversar sobre política e os novos rumos da humanidade". Mas ele conhecia as intimidades do amigo com a secretária Megan Marshack? E Gerald Ford ou mesmo Jimmy Carter sabiam desse romance misterioso?

Numa mesma manhã eu tive a oportunidade de entrevistar o presidente Jimmy Carter, Gerald Ford, Henry Kissinger, 70 embaixadores e mais de mil capitalistas amigos de Nelson Rockefeller, mas, perdoo leitores, fui enganado e não consegui falar com nenhum deles.

Meu consolo é que toda a imprensa americana também não conseguiu e eles ainda pareciam satisfeitos com o trabalho que fizeram.

Essa é uma história de múltiplos fracassos, bem sei. E me aconteceu numa manhã fria e ventosa de sexta-feira, no mês de janeiro, numa cerimônia pública que havia sido exaustivamente anunciada pelos jornais, rádios e televisões como o último adeus da cidade de New York a Nelson Rockefeller.

A imprensa divulgou que além do povo estariam ali o presidente Carter e multimilionários do mundo inteiro. Julguei então que seria uma ótima oportunidade de fazer uma pesquisa de opinião pública sobre a vida de Rockefeller, naturalmente incluindo o tão comentado romance com Megan.

Como a cerimônia começaria às 11h na Riverside Church, uma igreja construída com a ajuda financeira de Rocky, na altura da Rua 122 do bairro negro e portorriquenho do Harlem, ao norte da ilha de Manhattan, cheguei duas horas antes para escolher um lugar estratégico. Às 9h, portanto, eu já estava na trênte da igreja, eu e dezenas de agentes da equipe de segurança pessoal de Carter.

Na primeira hora de trabalho, enquanto

esperava pelo povo, vi dezenas de helicópteros sobrevoando a igreja. Eram cinegrafistas e fotógrafos com lente de longo alcance, policiais com binóculos e aparelhos *walk-talk* e traziam também os convidados especiais ou importantes como Ford e Carter, que chegaram exatamente às 10h.

Do heliporto, que fica a 200 metros da igreja, Carter entrou direto numa limousine preta que o levou até a porta dos convidados, a 50 metros de onde eu estava, ainda sozinho. Cinco minutos depois chegaria Kissinger. Em seguida houve uma confusão numa das ruas laterais da igreja. As businas, as sirenes e a correria dos policiais me despertaram a curiosidade e eu corri até pensando que finalmente o povo havia chegado. Me enganei. Era um congestionamento de limousines, todas com vidros raiban, blindados.

Às 10h45min, convicto de que o povo não viria mesmo dar o adeus a Rocky, resolvi então entrar na igreja. Nessa hora a polícia havia colocado barreiras em todo o quarteirão da Riverside Church. Só os carros da segurança e as limousines conseguiam acesso. E aos pedestres foi interditada a calçada adjunta à igreja com uma linha de cavaletes.

As pessoas que quisessem participar da missa, como o meu caso, teriam que se identificar ao grupo de policiais que estavam em cada uma das quatro esquinas do quarteirão.

Na primeira tentativa de entrar na igreja, passei pelos guardas como se eles não estivessem ali proibindo a passagem dos carros e das pessoas. Mas 10 ou 15 passos adiante, fui impedido e obrigado a voltar. Fui então tentar a outra esquina, desta vez com a carteira do Sindicato dos Jornalistas na mão, mas os policiais não quiseram nem olhá-la.

Continuei contornando o quarteirão. Um terceiro grupo de policiais exigiu de mim a credencial vermelha fornecida pelo serviço secreto da segurança do presidente Carter, mas eu continuava insistindo com a minha credencial brasileira. E mostrei-lhes inclusive o cartão da Federação Paulista de Futebol, que dá direito a acesso aos estádios e que guardo de recordação do jogo em que o Corinthians foi campeão em 77, mas também não resolveu.

Só me restava agora a última esquina e ali o meu plano deu certo. Cheguei com o gravador ligado e fui direto entrevistando um tira que vestia chapéu preto, um casaco cinza longo, uma figura meio estereotipada. Quase encostei o microfone na boca dele, e perguntei:

— Você conhece a secretária Megan Marshack?

— Quem não a conhece, certo?

— É o que você acha que ela estava fazendo àquela hora da noite, no apartamento de Rockefeller?

A resposta do tira foi um sorriso meio maroto, seguido de uma ameaça ou talvez uma brincadeira, não sei.

— Nunca investiguei a vida particular desse homem. Eu até gostaria de saber o resultado dessa sua pesquisa, mas... você não deve fazer essa pergunta por aqui, sabes?

Enquanto me aconselhava a desistir da pesquisa de opinião ele foi caminhando



Rocky com a mulher e os filhos

comigo exatamente na direção que eu havia lhe pedido, no caminho da entrada principal da Riverside Church. Quando chegamos em frente à igreja ele mandou eu subir a escadaria.

— Vai lá, a festa já deve ter começado.

Antes da entrada da igreja dois agentes me desviaram para uma porta lateral, onde havia uma placa: "Área de serviço: Imprensa". Confesso que entrei ali emocionado pela possibilidade que surgia agora para entrevistar os amigos íntimos de Rockefeller. Logo adiante, porém, surgiu outro policial na minha frente, já dentro da igreja:

— As suas ordens, em que eu posso ajudá-lo?

Passei os olhos rapidamente pela sala e vi que ali não tinha altar, não tinha padre, nem banco de missa, embora estivesse lotada de gente.

— Por favor, sou repórter brasileiro e quero entrevistar o presidente Carter. Já, de preferência.

— Brasileiro! Então seja bem-vindo, sinta-se à vontade, peça-nos o que você quiser.

— O presidente Jimmy Carter, por favor, onde está ele...

— Sim, sim. Ele está ali, olhe, cercado pelos seus colegas.

Certo de que Carter estivesse dando entrevista eu me livreí rápido do policial-relações públicas e, com microfone na mão, fui entrando no empurra-empurra dos jornalistas que o cercavam. Eu queria chegar bem perto do Presidente, mas quando passei a frente de três correspondentes japoneses eles me pediram calma, pois o Carter não iria fugir dali onde ele estava. E aí eu me dei conta do absurdo, do ridículo de tudo aquilo.

Quando percebi que Carter estava ali, mas na tela de um aparelho monitor de um circuito interno de televisão, saí irritado do empurra-empurra e fui me queixar ao relações públicas.

— Ei amigo, eu lhe pedi pra entrevistar o Carter, mas eu quero ele pessoalmente.

— Mas ele está ali ao vivo, é transmissão direta, você não acredita?

— Mas é que eu não gosto de assistir televisão, prefiro um contato pessoal, breve que seja.

— Por quê? O que você quer saber dele?

— Perguntar qualquer coisa, sobre a morte de Rockefeller, por exemplo.

— Ah, sim. Fácil. Porque você não me avisou antes? Eu já teria resolvido esse seu problema.

Imediatamente fui apresentado a três mulheres americanas e uma delas, uma loira elegante como as outras, bonita, vestida de preto, ficou encarregada de resolver o meu problema.

— Ele é brasileiro e precisa de informações — disse o relações públicas.

— Com todo prazer — respondeu a loira, e me apontou para uma mesa onde havia oito pilhas de *press-releases*.

— Todas as reportagens que você precisa mandar ao seu país, estão aqui prontas. Temos o perfil de Nelson Rockefeller em 10 laudas, um depoimento original de Kissinger, um histórico e dados completos desta igreja, uma matéria sobre a ascensão...

— Ótimo, obrigado. Mas eu também gostaria de falar com as pessoas que estão na missa. Você me levaria até lá dentro?

Deve ter alguma conexão daqui para o salão da igreja, não é?

— Bem, se você não está se sentindo bem aqui, você tem outra opção. Temos uma sala anexa. Para seu maior conforto dispõe de 4 monitores de imagens coloridas, máquinas de escrever, mesas espaçosas, cabines telefônicas, laudas e serviços de café e de bar à sua disposição.

Como não adiantaria continuar insistindo a entrar na missa, concordei em visitar a tal sala confortável. Quando entre ali era meio-dia e pelo menos dezenas de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas tomavam café com leite, sucos de frutas e sopas de legumes enquanto assistiam o discurso de David Rockefeller no monitor, o mesmo discurso que todos receberam em *press-releases*.

Uma cobertura de imprensa original para os meus olhos. A princípio pensei que meus colegas (eram mais de 300 jornalistas americanos e estrangeiros) estivessem tirando um *break* para o almoço. Mas não era nada disso, era trabalho mesmo, embora a única tarefa dos caras era de levantar e baixar a cabeça, olhar o prato, a televisão, e vice-versa.

O que me pareceu mais absurdo é que todos aqueles profissionais vestiam terno e gravata, pareciam compenetrados na cobertura e estavam levando a sério o trabalho. Inclusive havia os mais esforçados, ou talvez mais criativos, como o repórter da *Voz da América*, que transmitia um *boletim* para a sua emissora. De pé em frente ao monitor, com um enorme gravador a tira-colo, ele fazia comentários sobre as imagens do circuito de televisão.

— Uma calorosa despedida ao nosso ex-governador e ex-vice-presidente. A dor está estampada nos olhos dos familiares, dos amigos e do povo de um modo geral...

É o repórter da *Voz da América* não gostou quando viu que eu estava gravando o que ele transmitia. Acabado o boletim deu a maior bronca:

— Você é da C.I.A.? Vou te denunciar aos colegas...

Talvez ele não tenha me denunciado realmente porque em seguida houve confusão geral no salão. Havia chegado a hora da coletiva com o Kissinger. Mas desta vez eu não me precipitei. Pedi um copo de sopa ao garçom e fiquei observando.

Estranho, os jornalistas deixaram Kissinger falando sozinho no monitor e estão todos aglomerados em volta de uma mesa, longe da tevê.

— O que está havendo ali, garçom?

— É a briga pelo buraco.

— Que buraco?

— O buraco do plug. Você não tem plug? Então mete ele lá no amplificador e aí grava a entrevista direta do monitor, sem interferência nenhuma.

— Mas parece que não tem buraco pra todo mundo?

— De fato, esse é o maior problemas dessas coletivas.

Uns dez jornalistas ficaram sem buraco, mas o problema foi resolvido pelo repórter da rádio *WNBC*. Ele sugeriu que eles botassem seus plugs no áudio dos gravadores ligados ao amplificador e assim o problema foi solucionado. Aproveitei para entrevistá-lo:

— Uma idéia brilhante, amigo.

— É, nessa profissão a gente tem que usar a cabeça, embora nem todos pensem assim. Tem pessoas que não merecem trabalhar nessa profissão.

— Quem, por exemplo?

— Aquele repórter ali, por exemplo, é um parasita, está vendo? Não contribui, ele está dormindo naquela cadeira há mais de meia-hora.

O jornalista que está dormindo, tem o emblema da rede ABC de televisão no braço esquerdo do casaco. Está sentado, com um canudo de plástico na mão direita, as duas pernas apoiadas, com os dois pés cruzados, sobre a cadeira. Usa óculos, a barba está um pouco suja de sopa de cenoura e ele parece dormir profundo, e de boca aberta.

Pouco antes das 13h, Henry Kissinger acabaria o discurso e todos jornalistas bateram palmas. A cerimônia estava chegando ao fim. Os fotógrafos quando viram, através do monitor, que as pessoas começavam a sair da missa, saíram correndo para fotografá-los lá fora. Os repórteres também desligaram seus gravadores e em menos de cinco minutos a sala da imprensa ficaria vazia.

Agora estamos assistindo à saída da missa. Uma decepção, estamos há mais de dez minutos esperando na frente da igreja e ninguém de interessante sai lá de dentro. Mas alguém teve a idéia de pressionar os policiais.

— Liberem a entrada! Queremos trabalhar!

Alguns minutos depois, a polícia cedeu à pressão e permitiu que entrássemos na igreja. Era tarde. A igreja estava vazia, eles tinham aplicado o velho plano de usar uma porta secundária como saída.

Apesar de enganados, nenhum jornalista reclamou. Ao contrário, pareciam entusiasmados. Fotografavam e filmavam coisas como as flores que o ditador So-moza enviou, o livro de assinaturas dos convidados, as velas, Cristo crucificado.

Não consegui entender por que os meus colegas ficaram quase uma hora trabalhando dentro da igreja vazia. Nenhum deles parecia ser inexperiente. Afinal, até o famoso Jim Jensem, repórter da rede CBS de televisão, uma espécie de Hélio Costa da tevê americana, estava ali ensaiando sobre o altar a abertura da sua matéria para o noticiário das 23h.

Como achei um absurdo Jim Jensem contar ao telespectador a história do adeus que ele assistiu também como telespectador, fui entrevistá-lo.

— Jim Jensem, gostaria de falar com você.

— Pois não, só um minuto. Estou ocupado, percebe?

Esperei alguns minutos e fiz nova tentativa.

— Jim, é uma entrevista para um jornal brasileiro.

— Brasil? Que maravilha, pergunte... Espere, espere um segundo. Percebe?

Esperei quase meia-hora e acabei desistindo porque as mulheres não o deixavam em paz. A cada instante chegava uma garota, agarrava-se na cintura dele e ele me dizia, percebe? E como havia muitas mulheres esperando para serem fotografadas ao lado dele, inclusive fotógrafas, não esperei, fui embora.

Os dez dias que abalaram o mundo, a origem do capital, a nova mulher e outros assuntos reunidos numa coleção revolucionária.

COLEÇÃO BASES, da GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA. Textos relevantes, acessíveis ao grande público, nos mais diversos domínios, necessários à sua formação cultural básica.

- | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| <p>A1 JOHN REED
"DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO"
2ª ed.
O mais vivo relato jamais publicado dos dramáticos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia em 1917. Cr\$ 90,00.</p> | <p>A2 MAIAKÓVSKI
"POÉTICA — COMO FAZER VERSOS"
Trata-se da mais importante obra teórica de Maïakóvski.</p> | <p>A3 KARL MARX
"A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO "PRIMITIVA"
Mostra objetivamente de que modo teve início o processo de acumulação do capital. Cr\$ 50,00.</p> | <p>A4 MARTA HARNECKER
"O CAPITAL — CONCEITOS FUNDAMENTAIS"
A autora assinala com grande precisão a validade teórica atual de "O Capital" e propõe um rigoroso plano de leitura destinado àqueles que se iniciam no seu estudo. Cr\$ 80,00.</p> | <p>A5 TURGOT
"REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS."
KARL MARX
"TEORIA DA MAIS VALIA: OS FISIÓCRATAS". Cr\$ 70,00.</p> | <p>A6 ALEXANDRA KOLLONTAI
"A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL"
Alexandra, porta-voz de uma visão ideológica de classe. Cr\$ 60,00.</p> | <p>A7 LEON TROTSKI
"COMO FIZEMOS A REVOLUÇÃO"
Os métodos, a organização e a estratégia utilizados na Revolução de Outubro. Cr\$ 50,00.</p> | <p>A8 WILHELM REICH
"PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL". Cr\$ 140,00.</p> | <p>A9 LENIN
"AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO". Cr\$ 50,00.</p> | <p>A10 STALIN
"MATERIALISMO DIALETICO E MATERIALISMO HISTÓRICO". Cr\$ 40,00.</p> | <p>A 11 — V. I. LENIN
"COMO ILUDIR O POVO"
Um vigoroso discurso, no qual o autor procura desmistificar os <i>slogans</i> de liberdade e igualdade.</p> | <p>A 13 — F. ENGELS
"DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO"
Uma linha definida desde o socialismo como teoria até sua aplicação prática na sociedade.</p> |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Faça já seu pedido. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

A1... A2... A3... A4... A5... A6... A7... A8... A9... A10... A11... A13

NOME: BAIRRO:

RUA: CEP: ESTADO:

CIDADE:

Global Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
90.000 — Porto Alegre — RS

ASSINATURA

* Não cobramos despesas de remessa.

ASSIS BRASIL

Por João Carlos Ferreira

O chefe militar de Jango fala da queda e do mito da disciplina nas Forças Armadas

O general Argemiro Assis Brasil ficou conhecido como "o homem encarregado de montar o dispositivo militar para sustentar Jango no poder". Participou de todos os lances da queda do Governo e acabou sendo o companheiro de Jango na viagem para o exílio, feita num pequeno avião que pousou em várias estâncias da fronteira, antes que o Presidente deposto se convencesse de que precisava sair do País para não ser preso.

Ele diz que não havia dispositivo e ainda hoje não encontrou uma explicação para a sua nomeação como chefe da Casa Militar de Goulart, pois não tinha intimidade com o Presidente e não tinha atuação política.

Gaúcho de São Gabriel, hoje com 70 anos, Assis Brasil foi contemporâneo no Colégio Militar de Porto Alegre do ex-presidente Ernesto Geisel e aluno na Escola de Comando do Estado Maior de Castelo Branco que, mais tarde, como primeiro Presidente da República no chamado ciclo revolucionário, iria demitilo do Exército. Ao contrário da grande parte dos integrantes do Governo deposto em 64, ele não quis ficar no exílio. No mesmo dia em que chegou a Montevideu, levando Jango, telegrafou ao general Costa e Silva, avisando data e hora do seu retorno.

Ao desembarcar no Rio, foi preso e ficou três meses na cadeia, período em que o Governo o reformou no posto de general. Depois de solto, a reforma foi transformada em demissão, "apesar de nunca ter respondido a um processo", como costuma salientar. Voltou ao Rio Grande e se instalou no bairro Niterói, em Canoas, onde mora até hoje. Desde 64, Assis Brasil deu raras entrevistas e algumas nem chegaram a ser publicadas, possivelmente devido à censura. Não gostosa de fazer acusações pessoais e garante que não guarda rancores dos acontecimentos de 64: "Uns 30 dias depois que saí da cadeia, dei anistia a todos os que fizeram aquilo comigo".

— Na sua opinião, quais as origens do movimento de 1964?

Assis Brasil — Acho que esses fatos têm raízes que vão até o começo do século e que ainda influenciaram o movimento. Nós vimos, por exemplo, que o Rio Grande do Sul, depois da proclamação da República, adotou um estatuto constitucional completamente oposto aos princípios de estatuto federal. Tivemos aqui um regime até certo ponto discricionário e ditatorial, tanto que Borges de Medeiros conseguiu ficar no Governo 25 anos e só saiu mediante uma revolução. O Rio Grande foi um cadinho de autoritarismo, caudilhos políticos e militares caudilhos, porque eles tinham o exemplo histórico. E aí é que eu queria chegar: o Colégio Militar de Porto Alegre, onde estudei, era altamente politizado, os alunos tomavam parte até nas revoluções. Quando havia revoluções, muitos alunos saíam do Colégio nas férias e iam combater. A política ia para dentro do próprio Colégio, e ia dos dois lados, tanto a dos mais liberais como a política discricionária da facção do Partido Republicano. Não é por acaso que vemos que esse cadinho produziu presidentes da República como Castello, Costa Silva, Médici, Geisel e Figueiredo, que passou por ali ligeiramente. E também o general Golbery, que acho que é uma espécie de eminência parda do regime, foi aluno do Colégio Militar. E havia, ainda, uma mentalidade que não era do comando do



Antônio Vargas

"Condenam Jango pela indisciplina nas Forças Armadas, mas isso sempre houve"

Colégio, era do próprio ambiente, em que nós considerávamos os militares superiores aos civis para dirigirem as coisas públicas.

— Havia um preconceito contra os civis?

Assis Brasil — Nós saímos dali com essa mentalidade, havia um certo preconceito. Chamávamos o civil até por um termo considerado um pouco depreciativo, *paisano*. E na verdade isso havia também no centro do país, a República foi eivada de grande autoritarismo através da doutrina positivista. Além desses aspectos, tivemos diversos movimentos, em 22, 24, 25, 26, movimentos feitos por militares e, de modo geral, militares jovens, tenentes. Quer dizer: hoje se condena o Governo João Goulart porque havia indisciplina nas Forças Armadas. É um ponto de vista, porque esses movimentos da década de 20 foram feitos por tenentes, a tenentada se revoltava contra o Governo. Do ponto de vista do Governo daquela época, era indisciplina; nem por isso alguma força se levantou para derrubar aquele Governo porque havia indisciplina. Depois, veio a Revolução de 30, chefiada por um civil. Os quartéis que não aderiram foram tomados por civis armados e militares. Houve mortes, militares foram mortos. Assim como houve militares mortos na Intentona Comunista de 35, houve também em 30, mas em 35 houve menos do que em 30. O historiador precisa prestar atenção nessas coisas. Não adianta só botar a culpa no João Goulart porque havia indisciplina no período dele. Sempre houve indisciplina. O pai do general Figueiredo foi convidado a chefiar a Revolução de 30, era coronel e servia em Alegrete. Negou-se, foi desfeito pelos revolucionários. Aliás, essa mágoa ficou no filho dele. Por que ele nunca tolerou o getulismo? Por isso. Era menino nessa época, ficou com aquela mágoa.

— Em 32, o Senhor ficou contra o Governo. Foi a única vez?

Assis Brasil — Bem, 32 foi a única revolução em que tomei parte. Porque me ensinaram nas escolas militares que o militar deveria obedecer a ordem constituída. Ensinaram para todos, nem todos aprenderam. Penso que 32 foi uma consequência de 30. Em 30 não tomei parte; era oficial na Vila Militar, fiquei três meses preso numa fortaleza. Eu e alguns oficiais da Vila não aderimos, não fizemos como outros que saíram em missão do Governo e, ao invés de cumprirmos a missão, aderiram ao Movimento Revolu-

cionário. De modo que 32, para o nosso ponto de vista naquela época — hoje a perspectiva histórica dá outras origens — era uma reação contra a Revolução de 30. Os oficiais que não tinham tomado parte em 30 ficaram do lado de São Paulo, como o coronel Euclides Figueiredo, pai do atual presidente, que foi um dos chefes. Eu era subordinado a ele e com ele fui exilado, mas 15 meses depois Getúlio deu anistia para todos.

— O Senhor teve contato próximo com o coronel Euclides. Ele era realmente um liberal?

Assis Brasil — Era, era um homem de princípios liberais, um grande militar, muito correto. E sempre naquele princípio de defender os Governos constituídos, não era desses mazorqueiros... como eu também não.

— E em 61, no episódio da Legalidade, qual a sua participação?

Assis Brasil — Evidentemente, a bola de neve do autoritarismo veio crescendo, e tomou forma ainda maior com a renúncia de Jânio Quadros. Ele entrou com o símbolo da vassoura de limpeza e isso colocou ao lado dele uma barbaridade de gente. Mas, logo que assumiu, ele mudou de vento, se entregou a uma política exterior que não era do agrado dos Estados Unidos, das multinacionais, etc., e não era do agrado de muita gente no Brasil, inclusive militares. E ainda condecorou Che Guevara. Parecia mesmo que queria cutucar com vara curta... A saída foi a renúncia, e aí a bola de neve cresceu mesmo, porque o vice era o Jango. Eu era coronel, chefe do Estado-Maior da Terceira Região Militar, e nesse tempo não tinha ainda nenhuma relação com Leonel Brizola, conhecia-o de vista e de retrato, só, porque nunca fui político. E como chefe do Estado-maior o que estava afeto a mim era o apoio logístico, eu não tinha comando de tropa.

— Mas dizem que foi o Senhor quem influenciou o general Machado Lopes a fazer do lado da Legalidade.

Assis Brasil — Eu não era subordinado direto de Machado Lopes e não o influenciei. Limitei-me, antes de ele se definir, a me apresentar e comunicar que se houvesse luta ficaria do lado dos que defendiam a posse de Jango. Ele deu a entender que também já estava na mesma posição, mas não o influenciei. Apresentei-me a ele por um dever de lealdade, porque acho que a pior coisa para um militar ou qualquer pessoa é fazer uma traição, estar servindo a um

comando ou a um Governo e se revoltar sem avisar. Admito que se revolte, mas deve avisar. Não vou acusar ninguém, mas João Goulart caiu mais por causa disso. Havia gente em cargos de absoluta confiança, de nomeação dele, que não o alertava. O único que sei que o alertou foi o general Peri Bevilacqua, e parece que o general Kruel. Os outros, não. O próprio general Mourão, basta ler o diário dele para ver: sempre em cargos de confiança e sempre conspirando. É ele mesmo quem conta. Acho que isso não fica bonito para um soldado.

— Com a posse de Jango, o Senhor foi para Buenos Aires?

Assis Brasil — Antes fui para a chefia do serviço de informações do III Exército, a segunda seção. Em 63, o Presidente me chamou à Brasília e disse: "Coronel, tenho um problema muito sério no meu Governo. Buenos Aires é um grande centro de conspirações contra os interesses brasileiros. Necessito de uma pessoa de minha confiança para fazer observações lá, por isso resolvi nomeá-lo Adido Militar na Argentina". Ele não acusou o Governo argentino.

— Aí o Senhor viajou em seguida?

Assis Brasil — Não. O Mourão diz no livro dele que o Governo argentino me negou o *agreement*. Não é verdade, Brasil e Argentina têm um tratado dispensando o *agreement* para os adidos militares. Quando eu estava pronto para embarcar, recebi um chamado do chefe do Estado-maior do Exército, general Maurell, que me avisou: "Coronel, temos que suspender sua ida. Veio aqui o Adido Militar argentino e informou que o Exército argentino se opõe à sua presença. Então, apresente-se ao Ministro da Guerra". Eu respondi: "Não pedi para ir, o Presidente me nomeou. O que acho inusitado é um coronel argentino vir ao Estado-maior dizer um disparate desses. Isso é um problema diplomático, quem tem que resolver é o Presidente com o Itamarati. Só vou me apresentar ao Ministro da Guerra para ele me mandar de volta para o Rio Grande". Uma semana depois, o Presidente me convocou a Brasília, afirmou que estava tudo resolvido, que tinha uma carta do Presidente argentino fazendo questão que eu fosse. Fui, correu tudo bem lá. Mas tudo isso foi uma coisa muito estranha, pois o Exército argentino não teria porque vetar meu nome. Mais tarde, descobri: gente do Brasil, mancomunada com estrangeiros, dera uma ficha minha completamente mentirosa aos argentinos, garantindo que eu era comunista, coisa que nunca fui. Até vou dizer: acho que não tenho capacidade para ser comunista, tem que ter cabeça e peito (ri).

— Então ficou demonstrado que existiam as tais conspirações?

Assis Brasil — Claro, ficou comprovado. Mas eu não pude levantar tudo completamente porque fiquei lá só setembro e outubro. Fui promovido a General, e como General não podia ficar lá. Também não pedi para ser promovido, porque não nasci marcado de General.

— O Senhor não estranhou o convite para ser chefe da Casa Militar, pela falta de maior convivência anterior com Jango?

Assis Brasil — É, achei que aquilo fosse uma recompensa moral por ter que sair de Buenos Aires. E eu sabia bem qual era a função de um chefe de Gabinete Militar. No Brasil, talvez só tenha havido um chefe de Gabinete Militar que agiu dentro do regulamento, e fui eu. Porque os chefes de Gabinete Militar sempre tiveram a tendência de influir ou no Presidente ou nos ministros militares. Afinal, o chefe do Gabinete era o militar junto ao Presidente e naquele tempo acumulava a chefia do serviço de informações, que não era ainda o SNI. Quando assumi, não levei equipe, levei só dois oficiais, e lá tinha mais de 50, colocados pelo general Albino Silva e pelo general Kruel. Levei só dois e dizem que eu era o homem que tinha dispositivo militar... Mas ao assumir fiz um pequeno discurso e avisei: nossa missão é cumprir a lei,

(Continua na página 24)



Focontexto. Uma chupada nos melhores estúdios que o Assis viu pelo mundo.

Focontexto.
A revelação do ano.

O Assis Hofman parou de invejar os fotógrafos mais chatos e exigentes da Europa, Estados Unidos e Japão.

Agora ele já pode fotografar nos novos estúdios da Focontexto, em condições de igualdade com os nomes mais badalados da fotografia.

A Focontexto mudou seu endereço e seu modelo fotográfico.

Agora a Focontexto, Agência Photographica.

Uma agência fotográfica ao tripé da letra.

Agora você faz e acontece.
Na Focontexto.

A Focontexto agora são duas: uma na Gal. Caldwell e uma em Ipanema.

Na Gal. Caldwell tem um fundo infinito com 30 metros quadrados,

onde você fotografa debaixo da luz que Deus nos deu ou à luz artificial.

Em Ipanema tem outro bem maior com 60 metros quadrados, para fotografar situações ou objetos que antes ninguém conseguia fotografar.

Mas ainda não terminou. Em pouco tempo a Focontexto vai ter o maior fundo destas bandas: um fundo infinito com 144 metros quadrados de área e 6 metros de pé direito, que estreará brevemente.

Em outras palavras: a Focontexto já pode fotografar idéias de qualquer tamanho.

Idéias para fotos publicitárias, industriais, ou audio-visuais. Com um arquivo de cromos que é um verdadeiro supermercado de idéias coloridas, onde você escolhe e leva. Com um arquivo de modelos à disposição de todo mundo, inclusive de outros fotógrafos.

E com um serviço que ninguém tem: produção fotográfica. Você imagina e esquece. A Focontexto faz tudo num clic.

Assis & Companhia.

O Assis está mais bem acompanhado do que nunca.

Tem 11 pessoas trabalhando com ele.

Tem mais e novos equipamentos de fotografia, iluminação e laboratório.

Tem dois novos fotógrafos maniacos por fotografias: Norton Vanzo Flores e Pedro Flores.

Mesmo assim, o Assis continua metendo a mão em tudo.

Focontexto.
Cada foto é um parto (sem dor).

Na Focontexto a foto fica tão bonita no papel quanto era na sua cabeça.

Para a Focontexto, cada foto é um filho: fotografar é dar a luz a uma idéia.

Ninguém melhor do que um diretor de arte para entender isso ao pé da letra.

Venha sentir na Focontexto esse incomparável clima maternal de atendimento. Você não vai encontrar uma única cópia da Focontexto num raio de 1.200 quilômetros.



FOCONTEXTTO

Rua Gen. Caldwell, 901 - Porto Alegre

Uma foto bem iluminada para
sua idéia luminosa.

ASSIS BRASIL

não devemos interferir em coisas não afetas a nós. Por exemplo: política trabalhista é com o Ministério do Trabalho; política é com o Ministro da Justiça; política militar é com os Ministros Militares. E mais importante ainda: os caminhos dos negócios não passarão pela Casa Militar.

— Essa declaração teve repercussão, acharam que o Senhor se referia à corrupção no passado.

Assis Brasil — Exploraram, afirmaram que eu queria dizer que o Krueger e o Albino eram desonestos, mas não era isso, não tinha nada com os meus antecessores. Eu apenas dei a entender que não admitiria corrupção. E mesmo falando isso, uma vez fui abordado indiretamente por uma negociata de exportação de café. Nem chegaram a falar comigo, porque eu disse que nunca iria levar ao Presidente um assunto que considerava corrupção.

— Seu período na Casa Militar coincidiu com os meses mais difíceis do Governo Goulart.

Assis Brasil — É, ali começou a se intensificar a desestabilização do Governo brasileiro. O Hélio Fernandes todos os dias, numa coluna no *Diário de Notícias* do Rio, o jornal mais lido no Exército, me botava a marca de comunista, dizendo que eu era o chefe comunista do Exército. Isso foi ordem que ele recebeu, de quem não sei, mas recebeu. Na primeira vez mandei-lhe uma carta, não adiantou, nunca mais protestei. Aquilo fazia parte da campanha de desestabilização do Governo por elementos internos e externos, as tais de forças ocultas.

— Depois se soube quais eram essas forças?

Assis Brasil — Bom, hoje está provado que o dedo da CIA entrou aqui. Mas veja: os Governos do Rio Grande, São Paulo, Minas e Guanabara, juntos, ficando contra um Governo Federal, já o desestabilizam. De modo que foi muito fácil para aqueles que queriam derrubar o Governo, apoiados nesses quatro pilares fantásticos. Não havia o que resistisse; eles tinham um serviço de informações e o nosso era miserável por falta de recursos. E o Presidente, altamente democrático como era, sabia quais eram os conspiradores, sabia dos generais, sabia que o Mourão era conspirador, mas não os punia. Essa conspiração dos Governos, dos militares com e sem comando, Jango sabia, foi informado de tudo. Quando a coisa estava preta eu disse a ele: "O senhor não pode mais deixar, tem que falar com o Ministro da Guerra sobre o general Mourão, ele é o chefe". Nada, não tiraram o Mourão. O general Jair (Jair Dantas Ribeiro, então Ministro da Guerra) disse: "Não, Presidente, o Mourão não é de nada".

— Mourão já estava em Minas nessa época?

Assis Brasil — Já, isso foi em 64. Depois, houve casos de indisciplina também. Indisciplina daqueles sargentos em Brasília. E a dos marinheiros, chefiada pelo cabo Anselmo, que foi um sermão encomendado, porque hoje está quase provado que o cabo Anselmo era um agente da desestabilização. E a indisciplina afinal não foi tão grande. Tivemos na nossa história uma muito maior, quando João Cândido revoltou a esquadra, e nem por isso o Governo caiu. Que culpa tem o Governo? Talvez os chefes diretos tivessem culpa. Eu disse ao Ministro da Marinha naquela ocasião que ele não podia deixar se realizar aquela coisa dos marinheiros. Por outro lado, o Presidente também fez aquele discurso no Automóvel Clube, foi muito explorado. Mas aquilo não foi causa, foi estopim. A causa vem de longe, desde Júlio de Castilhos, passando por Getúlio, etc.

— E a história do 'dispositivo militar' que o Senhor teria montado?

Assis Brasil — O general Mourão disse uma coisa muito certa: dispositivo militar não mantém nenhum Governo, os atos do Governo são o que o mantém. E eu não tinha nenhum dispositivo militar. Pois se não mudei nem os oficiais que serviam sob as minhas ordens... Eu não era um executivo, era um secretário.

— No entanto, no livro 1964: Golpe ou contragolpe?, Hélio Silva lhe atribui



"Vernon Walters, o ex-adido militar americano me visitou em Porto Alegre, depois, e disse que havia um plano de fuzilamento"

uma afirmação de que 'cortaria a cabeça' de quem se ativesse a desafiar o dispositivo militar.

Assis Brasil — Não é verdade. Também li isso, e se um dia falasse com o Hélio Silva, que respeito, iria dizer que não é verdade. Eu não ia dizer uma bobagem dessas, quem me conhece sabe. Corto cabeça de galinha, de ovelha, de gente não, não sou bandido. Agora, se tivéssemos perdido, talvez alguns de nós tivessem a cabeça cortada. Porque o general Walters (Vernon Walters, ex-Adido Militar norte-americano) me visitou em Porto Alegre, depois de eu estar degradado, e comentou: "O senhor é um homem de coragem". Eu quis saber o motivo, ele explicou: "Porque havia uma idéia de fuzilamento".

— Acusavam o Governo Goulart de subversão e corrupção. O que o Senhor pode dizer sobre isso?

Assis Brasil — Subversão é um ponto de vista. Quem está no Governo acha que os outros são subversivos; quem está fora, acha que o Governo é subversivo. Logo, é um ponto de vista, e creio que os pontos de vista devem ser respeitados. E corrupção não devia ser tanta assim, porque não sei de muitos casos. Eu tinha nível de ministro e saí de lá mais pelado que galinha depenada. Não houve processos, também. Outra coisa: nunca vi o Presidente fraquejar em casos que cheirassem a facilidades em assuntos de dinheiro. Pelo contrário, ele mandava para o gabinete estudar e já dizia de saída: "Se cheirar mal, dá o contra".

— Dizia-se também que Jango pretendia uma República Sindicalista.

Assis Brasil — Nunca ouvi o Presidente falar em ser ditador. O embaixador Lincoln Gordon disse na TV que o Presidente queria se transformar num ditador populista e fazer uma República Sindi-

calista. Começa que isso é uma bestialidade, isso de República Sindicalista. Nunca existiu em lugar nenhum do mundo. Onde é que tem isso? Jango era um democrata, um homem que zelava pela soberania nacional. Não era bem visto pelo Departamento de Estado. Bob Kennedy esteve aqui e deu a entender a ele que tinha que mudar a orientação do Governo brasileiro, em benefício dele, Jango, do Brasil e das relações com os EUA. Jango me contou isso e me perguntou: "Mas mudar o quê?" Jango não concordava com as coisas do Brizola, disse sou testemunha. Durante o tempo em que estive lá eles nunca se acertaram, Brizola queria uma coisa, Jango queria outra. Mas nisso tudo houve muita exploração, muita mentira.

— Quando Mourão já estava revoltado, havia como reagir?

Assis Brasil — Eu chamo aquilo de *putsch*, palavra alemã que significa golpe. O Mourão era muito prático nisso, um luminar em *putsch*, tanto que deu um, deixou todo o mundo mal só com dois batalhões de infantaria. Mas quando ele desceu os desfildadeiros, audaciosamente, porque não tinha apoio nem de Magalhães Pinto, nem do general Guedes, no dia 31, o Presidente reuniu o Ministério Militar e expôs a situação. Eu era o único presente além dos ministros militares e do Presidente, assisti a tudo. Jango falou com o Ministro da Marinha, quis saber a sua posição: "Presidente, conte com a esquadra, já está de fogos acesos", garantiu o Ministro. O Ministro da Guerra interino, general Ancora: "Presidente, as tropas já estão de prontidão, às suas ordens!". O Ministro da Aeronáutica: "O Grupo de Caça e Bombardeio de Santa Cruz está na pista para iniciar o bombardeio das tropas insurretas de Minas Gerais". Ai o Jango, com aquela



O General Assis Brasil sendo condecorado em 1963

bondade dele, aquele coração de ouro: "Não, mas eu não quero luta, vamos fazer uns boletins, uns manifestos citando essa gente a voltar aos quartéis". Pôs água fria na fervura e no outro dia cedo se mandou para Brasília.

— Ele não perguntou sua opinião?

Assis Brasil — Perguntou, insistiu e eu disse: "Essa gente está em guerra, e guerra não se faz com boletim, guerra se faz com chumbo". No outro dia, ele me disse para ficar no Rio, no Palácio das Laranjeiras, pois ele iria para Brasília fazer uns contatos políticos no Congresso. Ai, já que ele tinha pedido que eu opinasse, arrisquei: "Mas Presidente, a hora não é de contatos políticos, têm que ser contatos militares". Ele foi assim mesmo, veio a insurreição geral, tudo minado, ele não tinha outra saída se não deixar Brasília. Mandou me chamar, fui a Brasília, embarquei com ele para o Rio Grande, era o único lugar onde poderíamos chegar com segurança.

— O Senhor acha que Jango errou por não ter resistido?

Assis Brasil — Do ponto de vista militar, ele tinha condições de tentar reagir. Mas, se alguém pode dizer que ele errou, pode-se argumentar também que ele ganhou porque perdeu. Pois, se houvesse luta, já havia uma esquadra americana pronta para dar apoio logístico aos beligerantes. Não sabíamos disso, que hoje está provado, mas Jango teve a intuição, percebeu que o conflito ia ser uma carnificina da qual o País levaria muito tempo para se recuperar.

— O Senhor acompanhou Jango até o Uruguai. Como foi a viagem, depois que deixaram Porto Alegre?

Assis Brasil — Bem, é preciso esclarecer que quando chegamos ao Rio Grande, ai já não havia mesmo mais condições de resistir. Saímos de avião para a estância Riacho Grande, em São Borja, o Presidente, eu e alguns oficiais. Lá eu mandei que eles se apresentassem em Brasília e continuamos de estância em estância, num Cessna do Jango, só nós dois e o piloto. Eu fazendo um esforço tremendo para convencê-lo a sair do Brasil e ele resistindo. Acho que o salvei da prisão, embora ele pensasse que não ia lhe acontecer nada se ficasse. Em Durazno, no Uruguai, ainda queria voltar, foi difícil convencê-lo de que não dava.

— O Senhor retornou em seguida ao Brasil?

Assis Brasil — Claro, cheguei a Montevideu com o Presidente, dei minha missão por cumprida e telegrafei ao general Costa e Silva avisando que voltaria no dia seguinte. Estava só com minha farda de General, não tinha nem escova de dentes, e fui preso ao desembarcar no Rio. Deixaram-me 48 horas numa enxovia do Forte Copacabana, fardado ainda, praticamente comendo, dormindo e fazendo necessidades no mesmo lugar, depois me levaram para o Forte Rio Branco, onde passei três meses incomunicável.

— O Senhor foi contemporâneo do ex-presidente Geisel e do general Golbery no Colégio Militar, aluno de Castello Branco no curso de Estado Maior. O que acha deles?

Assis Brasil — Na comparação com os outros três, acho que Geisel foi o Presidente desse período que ainda fez coisas positivas. Ele tirou das Forças Armadas a questão sucessória, em que ela se transformava em milícia política, e isso foi uma grande coisa. Escolheu sozinho, é certo, mas foi melhor do que se deixasse o problema com as Forças Armadas, que não têm que se meter em política. Castello era o mais liberal e um bom profissional. Golbery é um spengleriano. Hitler baseou as idéias nazistas em Oswald Spengler e em Haushofer, nas idéias ditatoriais dos dois. Golbery não é nazista, mas se baseia nos dois quanto aos processos. Ele sempre dá prioridade ao fato consumado, tem a idéia de força tirada dos dois. O Pacote de Abril tem muito do Golbery.

— Como o Senhor vê a questão da anistia?

Assis Brasil — Acho que a primeira medida deve ser uma anistia, antes da constituinte. Uma anistia restrita, não atingindo os que cometeram crimes comuns, os assassinos, os torturadores e os ladrões.

PERNAMBUCO, 1963/64

Os 404 dias em que Pernambuco foi, para uns, o modelo para a Revolução Brasileira e, para outros, a própria imagem da subversão

O Governo de Miguel Arraes de Alencar começou em janeiro de 1963 e acabou, com a sua prisão, no dia primeiro de abril de 1964, logo depois da hora do almoço. Nesse curto período de tempo, Pernambuco sofreu uma transformação básica, que nem mesmo o esforço da repressão ao longo desses 15 anos conseguiu destruir: o povo aprendeu a se organizar para conquistar melhores condições de vida.

A mobilização do povo para conseguir dias melhores tinha sido o programa de Arraes como Prefeito do Recife — e o principal tema da sua campanha ao Governo, uma campanha de *frente única*, que unia todos os setores progressistas do estado — desde os camponeses até os empresários em conflito com o imperialismo, como José Ermírio de Moraes — candidato a senador na chapa de Arraes, juntamente com o jornalista e ex-governador Barbosa Lima Sobrinho.

Quando Arraes chegou ao Palácio, ao contrário do que esperava a oligarquia e seus aliados externos, ele não esqueceu as promessas da campanha e disse no discurso de posse:

— É tempo de fazer do homem brasileiro — o que morre de fome nas secas do Nordeste e o que vive subnutrido e doente nas grandes concentrações urbanas — o centro de todas as preocupações, a fim de ajudá-lo a sobreviver e ascender à condição de consumidor e criador de riquezas. Para cumprir essa tarefa, Arraes pedia, no mesmo discurso, a unidade e a mobilização do povo e citava Carlos Drummond de Andrade: "Tenho as duas mãos e o sentimento do Mundo".

Mesmo antes da campanha, já havia um enorme esforço de mobilização popular no estado, principalmente no campo, através das Ligas Camponesas de Francisco Julião, dos sindicatos rurais, dos comunistas, da Igreja, dos porraloucas de todas as tendências (de espirotas a trotskistas), e até mesmo do Ibad — o instituto financiado pelos americanos que, segundo o embaixador Lincoln Gordon confessou anos depois à revista *Veja*, investiu mais de cinco milhões de dólares só em 62, para eleger uma bancada entreguista no Congresso e nas assembleias estaduais. Assim, quando Arraes chegou ao Governo, teve uma primeira preocupação: retirar a polícia das relações entre patrão e empregado, para que as reivindicações dos trabalhadores pudessem ser concretizadas.

POLÍCIA PARTICULAR

Era velha essa preocupação com a polícia: em 62, quando Bob, o irmão do presidente Kennedy esteve em Pernambuco em visita ao Engenho Galiléia, o pioneiro das Ligas Camponesas, perguntou a Zezé de Galiléia, o velho líder, o que os Estados Unidos poderiam oferecer como prova de amizade. Zezé nem ao menos refletiu: "Tirar a polícia aqui do Engenho..."

Robert Kennedy espantou-se quando o intérprete lhe passou a frase. Deveria estar pensando que o presente ideal fosse algo como um trator. Retornou ao hotel, silencioso, sem prometer mais nada.



Arraes (terno branco) com os camponeses: violência não resolve



Recebendo Lincoln Gordon, que se preocupava com Pernambuco

Toda e qualquer divergência entre patrão e empregado, desde a colônia, tinha, na zona rural de Pernambuco, a polícia ao lado do patrão para desempatar o conflito. E alguns proprietários, mais pragmáticos, como o então deputado federal do PTB e usineiro José Lopes Siqueira Santos, possuíam (posuem de novo, a parte de 64) a sua própria polícia.

Os capangas do *trabalhista* Zé Lopes fuzilaram cinco camponeses que iam à frente de uma comissão reivindicar pacificamente o pagamento do 13º salário, no dia 7 de janeiro de 1963. Os corpos ficaram lá estendidos na bagaceira da usina Estreliana e a "polícia oficial não lavrou sequer um boletim de ocorrência. Zé Lopes era colega do governador Cid Sampaio. Portanto, retirar a polícia — substituindo-a por um diálogo tendo como fiador o Governo — representou uma revolução nas relações de trabalho em Pernambuco.

Ao longo de toda a campanha eleitoral, outra grande reivindicação tinha sido a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. "Uma lei com muitos defeitos", segundo o economista Caio Prado Júnior, mas "um passo decisivo para uma vida melhor dos camponeses". Garantia o salário mínimo, o 13º salário, estabelecia vínculos empregatícios, proibia a dispensa ilegal, criava a jornada de trabalho de oito horas e legalizava os sindicatos rurais — em franca expansão em Pernambuco.

No dia 2 de março de 63, com Arraes há poucos dias no Governo e sob pressão popular, o presidente Goulart promulgava o estatuto, criando a base legal para o atendimento das reivindicações da massa camponesa. Dois meses depois, graças, mais uma vez, ao ministro Almino Affonso, haveria uma nova conquista: também

sob pressão popular o presidente Goulart assinaria no dia primeiro de maio o Decreto-Lei 464 que levava pela primeira vez a previdência social ao campo — especificamente para os trabalhadores das usinas de açúcar.

"CORDÃO DE MISÉRIA"

As greves se multiplicaram. Os delegados de Polícia do interior, boquiabertos, recebiam ordem de não intervirem — só garantirem a ordem. A classe média de Recife entendeu que os tempos tinham mudado, quando levas de camponeses começaram a passar pelo Centro Comercial, carregando enxadas e foices para reuniões diante do Palácio do Campo das Princesas.

Numa dessas manifestações (19/2/63), Arraes saudou os camponeses grevistas com essas palavras: É com grande alegria que recebo os camponeses diante do Palácio do Governo. Alegria por ver unida a classe camponesa na defesa dos direitos que a lei confere. Alegria por ver camponeses empunhando os instrumentos de trabalho com que produzem alimentos para suas famílias e para os outros. Saibam que os camponeses devem manter a ordem e a cabeça erguida. Precisamos estar unidos. Pernambuco vai mostrar que não somos um povo de desordeiros, mas que estamos dispostos a romper o cordão de miséria".

O Governo colocou-se como fiador do cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural — e isso mudou rapidamente a situação de 200 mil trabalhadores da Zona da Mata — a zona do açúcar. O Palácio do Governo passou a ser palco diário de reuniões entre sindicatos de usineiros e de cortadores de cana para fixação de muitos acordos: decidia-se em negociações lentas e difíceis de quantos

metros deveria ser a tarefa de cada plantador ou limpador de cana; o total de feixes de cana que o homem deveria cortar, amarrar e transportar até o ponto de embarque do trem ou do caminhão. Trabalho minucioso, ao fim do qual se discutia o principal: o valor do trabalho de cada homem. Graças a esses *rounds* intermináveis de negociações, em poucos meses o Estatuto estava cumprido em todo o interior de Pernambuco — enquanto permanecia letra morta na maioria dos estados.

Um ano depois, Arraes fazia um balanço:

— "Os primeiros resultados aí estão para julgamento de quem tenha honestidade e isenção para julgar. O *Acordo do Campo* é um desses resultados, e dele nosso Governo guarda justificado orgulho. As mudanças que ele provocou emudecem aqueles que em desespero de causa diziam que nossas tentativas de acordo entre camponeses e usineiros visavam à subversão e à intranquilidade. Na verdade, foi subvertida a ordem semifeudal que há 300 anos reinava na Zona da Mata".

MUITA COMIDA

Com efeito, em princípio de 63 o trabalhador na lavoura da Cana-de-açúcar em Pernambuco recebia em média 5 mil cruzeiros (dinheiro da época) por mês. Um ano depois, o salário médio atingia 30 mil cruzeiros. 800 mil homens, mulheres e crianças ingressavam, assim, na economia de mercado, comprando cadeiras, camas, xícaras, pratos, rádios, bicicletas e, principalmente, comida. Muita comida.

Passou a ser um programa de intelectuais visitar as miseráveis cidades de Cabo, Barreiros, Ipojuca, Escada e outras da Zona Sul de Pernambuco nos dias de feira — geralmente aos domingos — para presenciar os camponeses carregando cinco quilos de carne num barbante preso ao dedo, um saco de mantimentos na cabeça, uma garrafa de rum na mão e, não se sabe como, um rádio sempre colado ao ouvido.

Tais mudanças não poderia ocorrer sem profundas repercussões. E Pernambuco passou a ser alvo de um fogo cruzado: de um lado, a Direita, em todo o País, acusando o Governador e todo o povo de subvertedores; do outro, a Esquerda apresentando as realizações do Governo como um modelo para a Revolução Brasileira — que então se buscava.

O próprio Arraes cunhava algumas frases de efeito, para explicar o que estava acontecendo no seu estado: "A prosperidade tem que ser feita através do trabalho e da união dos homens, e não da exploração e da miséria; não vi uma só greve em Pernambuco que não decorresse de conflitos entre trabalhadores e patrões e ninguém aponta concretamente um só ato de subversão no estado; Reforma Agrária interessa a todos os que comem neste País — e não somente aos que têm terra".

Os 14 vice-cônsules americanos que viviam nessa época no Consulado Geral de Recife (em São Paulo havia apenas dois) passavam a maior parte do tempo acompanhando as manifestações políticas que aconteciam no estado, como se fossem agentes da CIA — e não diplomatas. Talvez em decorrência disso, Recife se enchia também de jornalistas americanos.

A um deles, Milan Kubic, da Revista *Newsweek*, que pedira uma mensagem aos americanos, Arraes disse em fevereiro de 63:

— Na verdade não me considero nenhum perigo, nem meu estado, nem o Nordeste, nem o Brasil. Desejo que o povo americano saiba nos compreender, em nossa própria e tenaz luta pelo desenvolvimento e pela independência econômica. Os grupos interessados na perpetuação de um *status quo* superado e arcaico querem nos fazer passar como agentes da discórdia, do ressentimento e da agitação. Mas o que realmente existe entre nós é pobreza e abandono, é exploração crônica e centenária. O nosso programa é o da construção social da paz e do bem-estar coletivo.

REVOLUÇÃO E GOLPE

No Brasil daqueles dias, entretanto, a radicalização de posições já fazia antever um impasse. O líder dos senhores-de-engenho de Pernambuco, Francisco Falcão, falava pela televisão em comprar armas para combater o Governo. E ele não estava sozinho: na Guanabara, um inquérito descobria a existência de armas nas mãos de grupos de Extrema Direita, o que estimulava o Governo Goulart a pensar na intervenção contra o governador Lacerda. No dia primeiro de dezembro de 63, Arraes dizia pelo *Jornal do Commercio* de Recife que era contra a intervenção na Guanabara — “contra qualquer intervenção” — mas observava:

“O inquérito que acaba de ser concluído, relacionado com a apreensão de armas na Guanabara, leva certamente a preocupação a muitos brasileiros e fortalece a suspeita de tentativa de eliminação do próprio Presidente da República, sobretudo em face do que se viu nos Estados Unidos — o assassinato do presidente Kennedy.”

Desde agosto, Arraes advertia seguidas vezes à necessidade de manutenção da legalidade. Em entrevista extensa ao *Jornal do Brasil* (13/8/63), afirmara que “a Democracia brasileira tem-se mostrado incapaz de proporcionar justiça social, mas de qualquer forma é um regime melhor do que um sistema discricionário”.

E explicava: “Revolução não é *putsch*, não é golpe. É mudança de estruturas. Através de reformas de verdade — e não de reformas de engodo.”

Em janeiro de 1964, quando a conspiração já estava trabalhando mais ou menos às claras, o presidente Goulart convocou Arraes à Brasília para informá-lo sobre as gestões do deputado San Thiago Dantas no sentido de criar uma frente capaz de oferecer suporte político ao Presidente, para levar adiante as reformas de base. Arraes desembarcou de volta ao Recife no dia 21 de janeiro, com uma nota oficial longa, detalhada, em que explicita seus pontos de vista:

— Desde o início de nossas conversações, deixei bem claro dois pontos, entre outros: a) minha posição de apoio e cooperação ao Presidente da República para a execução de um programa político-administrativo de reformas de base era publicamente conhecida; b) embora vários setores das forças populares houvessem sido consultados, minha posição, face aos problemas que me eram colocados, resultariam de entendimentos que eu próprio ia manter com todos os



Arraes com Jango no Recife: “A democracia no Brasil tem-se revelado incapaz de proporcionar justiça social. Mas, ainda é melhor do que um sistema discricionário”

setores das forças populares sem exceção de um só, por continuar cada vez mais convencido de que nossa unidade deve ser preservada e fortalecida, como garantia de nossa luta pela emancipação nacional e em defesa das liberdades democráticas. (...) Entendo que, nas circunstâncias atuais, a oposição — Poder Executivo — Congresso Nacional é um equacionamento inadequado do problema da reforma de base e pode distorcer o processo político brasileiro, obrigando-nos a um processo de todo indesejável. O presidente João Goulart e eu somos dos que mais contribuíram para denunciar e coibir a ação corruptora do poder econômico — resultante da aliança do imperialismo com o latifúndio — no processo eleitoral brasileiro. Por isso sabemos que nas circunstâncias atuais, pela pressão externa que vem sofrendo, o Congresso Nacional dificilmente poderá aprovar as reformas estruturais de que tanto necessita o povo brasileiro para avançar e progredir social, política e economicamente. É que dentro dele, pela corrupção promovida pelo poder econômico, o povo brasileiro não está corretamente representado e a força dos capitais imperialistas é maior do que a força dos democratas e nacionalistas — aquela, essencialmente contrária às reformas; esta, essencialmente favorável às reformas.

HOMENS ARMADOS

Fixada a sua posição no plano nacional, Arraes enfrentaria em fevereiro duas das mais graves crises do seu Governo: a invasão do Engenho Serra, numa rebelião típica de *bandoleiros politizados* de que fala o historiador Eric Hobsbawn — e um *lock out* das classes produtoras, — precursor do que haveria no Chile no episódio da queda de Salvador Allende, em 73. Nos dois casos, foi a unidade de todas as forças populares — a política de frente — que tornou possível a vitória do Governo.

No Engenho Serra, um latifúndio mal-administrado no município de Vitória de Santo Antão, a 50 quilômetros do Recife, em protesto contra o despejo de um colega, os camponeses invadiram as terras e a casa grande, carnearam alguns bois em animados churrascos, ergueram uma bandeira vermelha numa vara, instalaram barricadas na entrada e patrulhavam as *fronteiras* com homens armados.

Eram rudimentares espingardas de cabo de guarda-chuvas, mas a grande imprensa falava em armas thecas. O juiz de Vitória pediu tropas policiais para desalojar os invasores — e criou-se o impasse: o líder dos camponeses invasores, Luiz Serafim — semi-analfabeto, porém jeitoso, um misto de trotskista e ban-

doleiro que não tinha casa fixa e exercia certa influência sobre alguns sindicatos de trabalhadores rurais — dera a ordem: “Morrer até o último homem, enfrentando a polícia burguesa e preservando o território livre dos camponeses”.

Do outro lado, a Direita dizia que o comunista Arraes estimulava o saque à propriedade privada, e jamais cumpriria a ordem de despejo do Juiz. Arraes resolveu o problema da maneira mais difícil — e democrática. Foi ao Engenho, ultrapassou a pé as barricadas, mandou juntar os moradores e invasores e disputou liderança com Luiz Serafim, discursando na varanda da casa grande.

Disse que o despejo do camponês, o fato gerador da invasão em solidariedade, era injusto, mas o Governo iria à Justiça para defender o homem; enquanto isso, o Governo oferecia terra e casa para o despejado. Criticou o recurso à violência — espingardas não venceriam jamais a Polícia e o Exército. Criticou os que pretendiam a desunião dos camponeses, porque só na unidade e na legalidade poderia haver vitória. Insistiu na legalidade — contra os argumentos de luta armada de Luiz Serafim. Os camponeses, com mulheres e filhos, aplaudiram o Governador e Luiz Serafim retirou-se indignado. Todos os outros sindicatos apoiaram a solução. O

(continua na página 28)

Unimed. Uma cooperativa de saúde.

O único plano de saúde reconhecido oficialmente pela Associação Médica do Rio Grande do Sul.

A Unimed tem a melhor assistência médico-hospitalar para sua empresa, cooperativa ou sua família.

Por um preço justo e sem intermediário.

Unimed.
Porto Alegre
Fone: 31.12.15

permanência no DOPS e encobrir os maus tratos. É importante ressaltar que existem inúmeras contradições nos depoimentos daqueles que sustentaram a versão oficial. Apontaremos somente as principais.

1ª) A mãe de Beto, teria pedido ao delegado Seelig para deixá-lo por alguns dias no DOPS, para dar-lhe um susto. Só que no dia seguinte, dona Lígia mandou sua filha Luiza à casa de Dudi pra lhe pedir um favor. Queria que a sogra de Beto acompanhasse Luiza ao DOPS para interceder junto a Seelig, pois este estava muito brabo.

2ª) Os policiais disseram que Beto chegou vomitando porque comera carne de porco. Entretanto, o almoço na casa de Dudi tinha sido arroz, feijão, guisadinho com batata e salada de alface.

3ª) Seelig disse que o doutor Inglete mandou aplicar o soro em Beto no terceiro ou quarto dia, quando foi constatada a desidratação. Mas, o próprio médico diz que viu ministrarem soro no primeiro dia e nunca soube quem receitou. Segundo ele, a aplicação durou quatro dias. Já o enfermeiro Paganotto, ex-colega de Seelig na Guarda Civil, disse ter aplicado só duas vezes.

4ª) O doutor Inglete disse que atendeu Beto numa cela. Seelig contestou, falou que era um equívoco, pois todas as janelas do DOPS têm grades. Chegou a afirmar que o menino ficava junto aos funcionários assistindo televisão. Mas, em seu primeiro encontro com seu Milton, após a morte, informou-lhe que havia deixado Beto encapuçado por algum tempo, "pois não era castigo deixá-lo vendo televisão".

5ª) "Nesse dia fiquei otimista quanto a sua recuperação, pois vira o garoto rindo para os funcionários e até comendo comidinhas leves como leite, chá e bolacha". Foi exatamente nesse dia que Beto apanhou.

— Queria avisar aos acompanhantes do delegado Pedro Carlos Seelig que ou deixem as armas na Segurança ou se retirem da sala!"

O CLIMA DE TERROR

Essa frase do deputado Rospide Neto, ao abrir os trabalhos da CPI, no dia 29 de maio de 1973, revela bem o clima que se formou em torno da morte de Arébaldo. Seelig comparecera na Assembléia para solicitar a transferência da data de seu depoimento, acompanhado de cinco policiais. Na verdade, as pressões começaram logo após a morte do menino.

No dia da morte, os policiais responsáveis pela baixa do menor ficaram insistindo durante quatro horas para o Hospital Sanatório Partenon liberar o atestado de óbito. O hospital negou. Ao saber disto, Seelig entrou em contato com o doutor Inglete. O médico argumentou que não poderia assinar sem consultar seu colega Vilella. Então, buscaram-no em São Jerônimo de avião. Acabaram não assinando.

— **Que injustiça fizeram contigo! Que injustiça!**

O lamento do sogro de Beto foi interrompido pela ação de dois dos nove policiais presentes de forma ostensiva no velório, impedindo qualquer conversa ou manifestação dos familiares e amigos da vítima. Desde que chegou a Porto Alegre, o pai de Beto foi seguido por um Karmanghia vermelho. O fato tornou a se repetir em Alegrete por mais três vezes.

Três dias após o auto de necrópsia ter sido divulgado, o diretor do Instituto Médico Legal, Francisco Assis, foi demitido pelo superintendente dos Serviços Policiais, Leônidas da Silva Reis, no dia 12 de maio. O doutor Assis não cedeu às pressões e mostrou-se contrariado com os vários reexames feitos com o material de amostra, inclusive em laboratório fora do IML. Posteriormente, seu consultório foi arrombado.

O promotor Eduardo Pinto, que ofereceu denúncia contra Seelig, por homicídio qualificado, foi ameaçado várias vezes. A mesma coisa aconteceu com o juiz Antônio Augusto Fernandez — recebeu telefonemas minutos antes da audiência com o delegado — e com o presidente da CPI. Diante dessa situação, Rospide Neto pediu garantias de vida ao governador Euclides Triches.

— **O mais grave defeito do processo foi o da polícia investigar a própria polícia!**

O menino Arébaldo morto em consequência de uma pneumonia, segundo a polícia e seu pai que ainda mora em Alegrete. Ele conta uma outra versão da morte

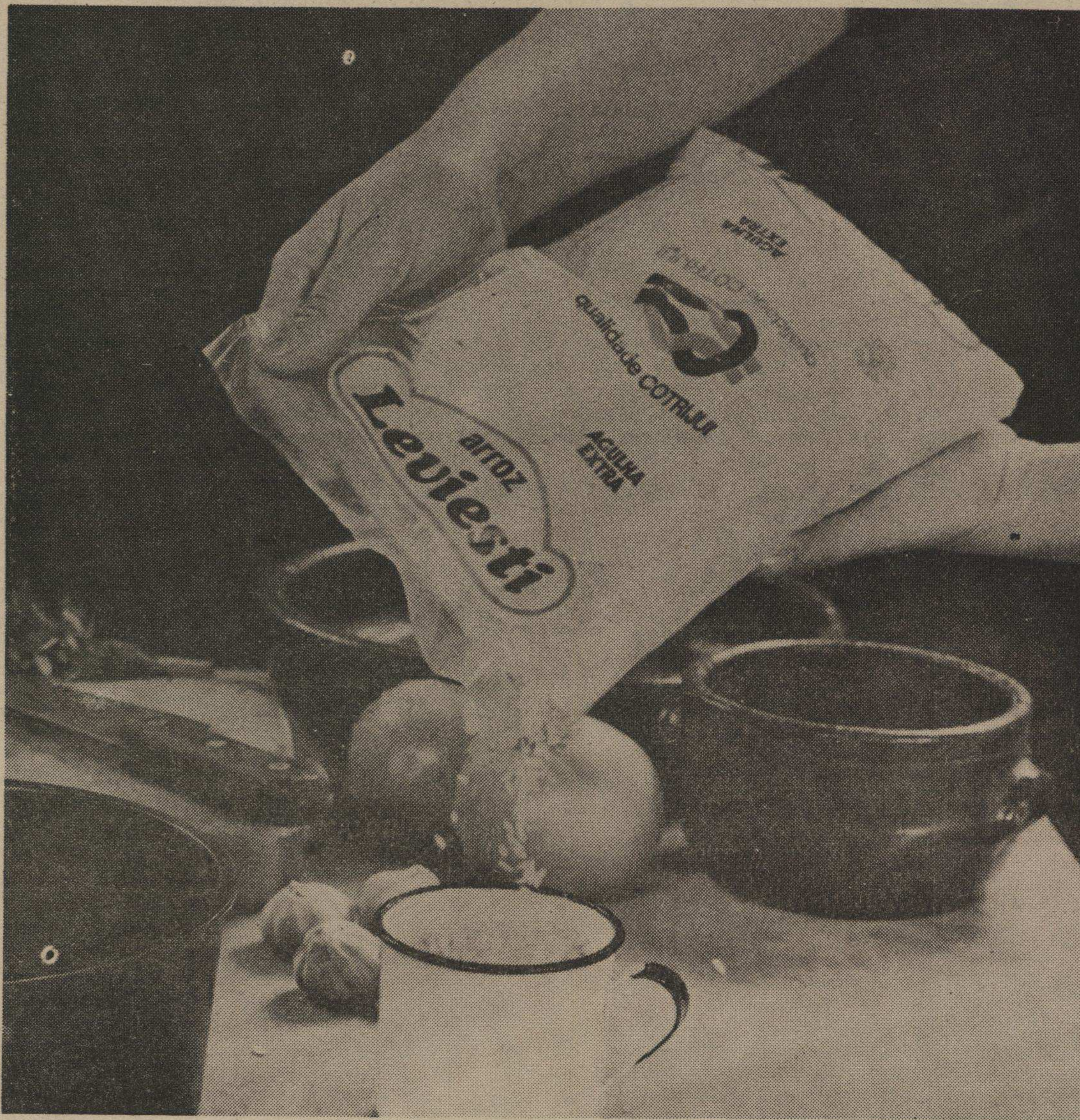


sergio amoud

Em nada adiantou o lamento do promotor Lauro Araújo Batista da Silva diante da impronúncia de Seelig. O juiz Castelo Branco se apegou "à falta de prova contra a materialidade", e diz que agiu "de acordo com a aplicação da lei e com os ditames da consciência". Por isso Seelig não foi a júri popular.

Mas a impronúncia não significa absolvição. Diante de novos dados o promotor pode reabrir o caso. E ainda faltam 14 anos para prescrever o crime (homicídio qualificado prescreve em 20 anos). Hoje os personagens dessa absurda história de um susto mal dado encontrariam outro clima para falarem sobre o seu envolvimento. E eles estão todos aí. A mãe de Beto, com 48 anos, ainda trabalha na casa do delegado. O pai está em Alegrete, trabalhando como electricista e com o nome marcado pela tragédia. A namorada Dudi, com 22 anos, depois de quase ter enlouquecido, segundo sua mãe — que mudou-se para a Vila Restinga — está casada e tem um garoto. Doutor Inglete retirou-se para São Jerônimo. Os inspetores Itacy e Pires ainda trabalham no DOPS, cujo diretor é novamente Firmino Peres. Nilo Havelha trabalha no Departamento de Diversões Públicas. E Seelig está mais uma vez nas manchetes dos jornais, enfrentando sua segunda CPI, com a mesma tranquilidade que sempre aparentou.

Arroz Leviesti, o melhor desempenho em qualquer panela.



COTRIJUI

cooperativa regional tritícola serrana ltda.

A POESIA, EXPOSTA COMO UM NERVO

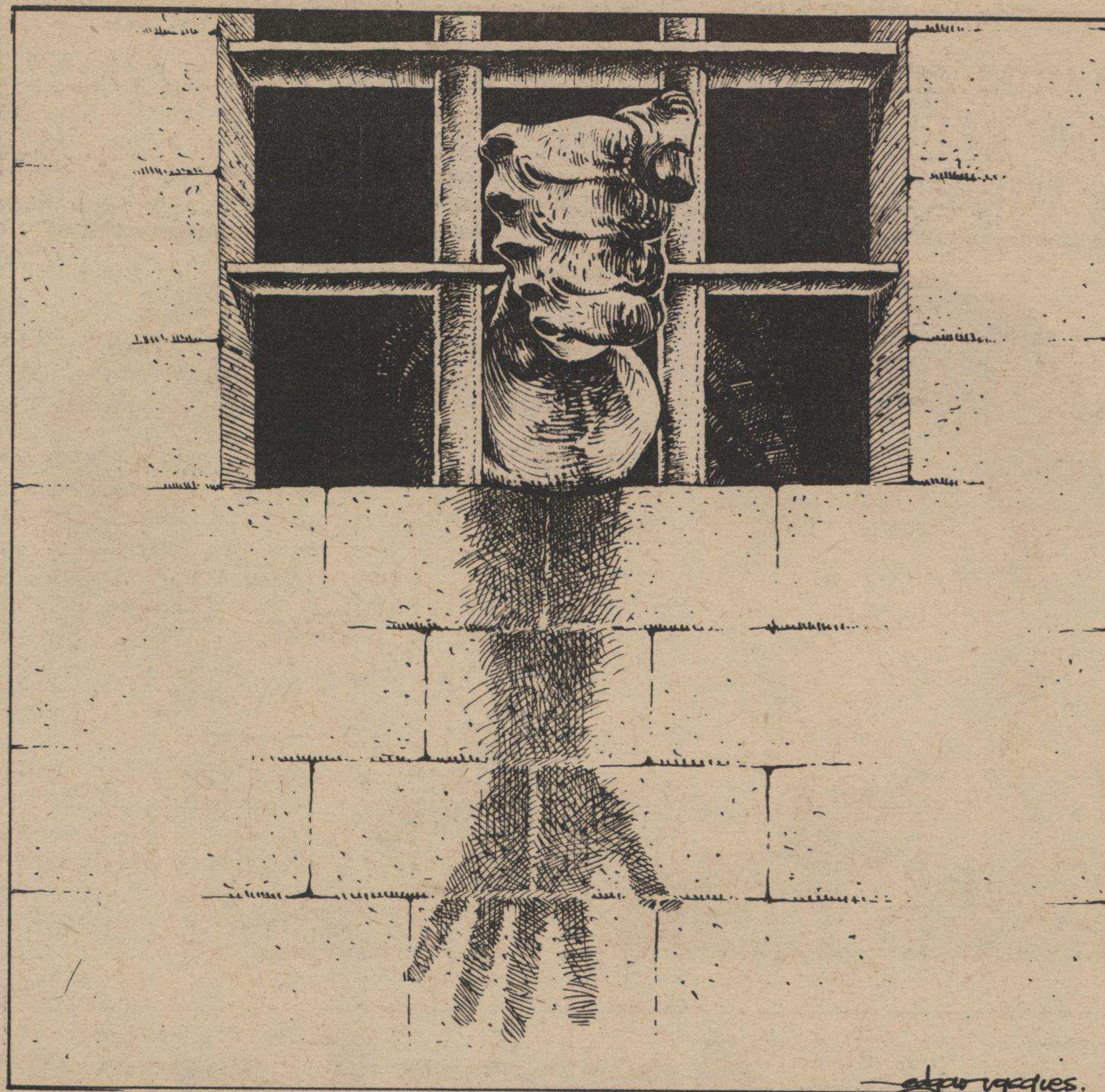
INVENTÁRIO DE CICATRIZES, de Alex Polari de Alverga, edição do Comitê Brasileiro pela Anistia, 58.

Se você se dispõe a ler *Inventário de Cicatrizes* com a boa vontade que deve merecer um autor, cujo endereço atual é o Presídio Milton Dias Moreira, no Rio, e que, já tendo cumprido sete anos de condenação, ainda tem mais 67 pela frente, você pode ficar certo de que está cometendo uma injustiça.

A poesia do preso político Alex Polari de Alverga dispensa qualquer paternalismo e não precisa do mais leve toque de condescendência. Ela se impõe e se expõe. Como um nervo. Que sente, transmite e recria. Não é favor nenhum reconhecer em Alex uma das vozes mais originais e autênticas de nossa poesia pós-Ferreira Gullar, ao lado de Cacaso e Chico Alvim. Basta ler seus versos.

Inventário de Cicatrizes nos traz um poeta consciente. De imediato, consciente politicamente, consciente de seu corpo, consciente de seu tempo. Mas só a consciência não transforma ninguém em poeta. Alex vai mais além e é consciente de sua própria poesia, reconhecida como algo pessoal, de um indivíduo que tem um corpo e sentimentos que escapam "à lógica dos manuais de dialética" e que só pode refletir a vida vivida e sofrida até a última gota, enquanto os hinos panfletários soam falsos se não corresponderem a uma práxis.

É uma poesia fluente, mas rigurosa. De um humor feroz, sem piadismo, nem gracinhas. Trágica, sem autocomiseração. Feita em forma direta e despojada — simples não por ser espontânea, mas por ser conscientemente desbastada do supérfluo, reduzida ao tutano. Da simplicidade de que são feitas as coisas belas. No entanto, esse despojamento não impede, nem invalida os grandes voos dos sopros épicos, aventureiros, ecoando o melhor do romantismo temperado pela ironia modernista e pela irreverência pessoal do poeta. Prova disso



são o *Projeto Bucaneiro para o Dia da Anistia* ou o *Poema com Tema Cigano*.

Tematicamente, o livro é um depoimento fundamental sobre uma geração e um tempo em que a presença da tortura e a ameaça da morte não apagam o amor nem a lucidez de quem lançou a própria vida na generosidade de se dar a uma causa. Suas idílicas estudiantis passam a limpo as ternuras infantis de Manuel Bandeira ou o *Meus Oito Anos* de Casimiro de Abreu no clima que Caetano Veloso immortalizou com o aviso: "Atenção! Tudo é perigoso. Tudo é divino-maravilhoso".

Os versos eróticos revelam o aliciante sensualismo de um poeta que deseja que "todos descobrissem que o medo e a aversão ao prazer/ a que foram submetidos foi e será sempre/ apenas a estratégia dos tiranos". As evocações do tempo vivido lá fora dos muros da prisão retraçam os caminhos de quem aos vinte

anos se viu levado a escolher entre se omitir ou tentar se esgueirar pela única brecha que então lhe parecia possível: ("Quando me interessei pelo mundo/ e procurei o sentido da vida/ a ética dependia da pontaria/ a certeza era fácil/ estava mais nas entranhas/ e no coração/ do que nos livros.")

É a pintura do tempo sofrido na prisão, da tortura, dos companheiros mortos (*Cemitério de Desaparecidos*, *Trilogia Macabra*, o belíssimo poemático, a *Canção para Stuart Angel*, e tantos outros) é pura tragédia vestida de palavra. Palavra. Ai se instala já o mistério do ato criador. Como é possível que alguém que passou por esses horrores seja capaz de revidar com uma palavra poética dessa intensidade, dessa finura, dessa sutileza? Talvez a explicação esteja nos próprios versos de Alex: "Quando a baioneta cala/ o sentimento grita". Ou ainda — "Na relação com o mundo/ minhas rimas são interiores".

Os melhores sentimentos, a melhor posição política, o melhor caráter não são poesia. Os melhores leituras (sobretudo a de Drummond, com ecos de *Balada do Amor através da Idade*, *Poema da Necessidade*, *Congresso Internacional do Medo*) também não. Mas a encantatória arte da palavra, na vitória do humano sobre o bestial, fazem de Alex Polari um poeta digno do nome. Portanto se você (como eu, também) não consegue esquecer que Alex é um prisioneiro político, pode deixar isso de lado na hora de avaliar sua poesia. Ou use essa informação apenas para guardar *Inventário de Cicatrizes* em sua estante bem ao lado de *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Tendo do outro lado outro volume de poesia: o *Diário de Prisão* de Ho Chi Min.

ANA MARIA MACHADO

O TEATRO ESTÁ VIVO E ATUANTE

A HISTÓRIA É UMA HISTÓRIA, de Millor Fernandes. L&PM, Porto Alegre

UM RUBI NO UMBIGO, de Ferreira Gullar. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro

TEATRO DE GIANFRANCESCO GUARNIERI, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro

FEIRA BRASILEIRA DE OPINIÃO, vários autores. Global, São Paulo.

Apesar do processo inflacionário, da censura, da falta de público e tudo o mais, o teatro nacional vai bem. É um teatro que conseguiu sobreviver a quinze anos de obscurantismo e porrada, sem acovardar-se ou atrelar-se às rédeas do

poder (as exceções só confirmam a regra), e que embora combatido, continua vivo e atuante. Basta lembrar que esse teatro buscou alternativas e não se acomodou à ordem vigente.

Peças foram proibidas? Criaram-se os ciclos de leitura dramática (teatro Ruth Escobar, São Paulo, Associação dos Artistas e Teatro de Arena de Porto Alegre, para citar alguns) que funcionam como bancos da cultura teatral, não permitindo que textos da importância de um *Rasga Coração*, de Oduvaldo Vianna Filho, por exemplo, ficassem engavetados e esquecidos na memória nacional.

Espectáculos são retirados de cartaz? Busca-se a palavra impressa, o livro, para que o autor nacional seja levado ao público, embora saibamos que teatro é para ser visto e ouvido, não apenas lido. Aliás, a força do teatro reside exatamente na presença viva do ator, na palavra lançada naqueles poucos metros de palco, onde a vida, o homem e a sociedade são recriados e analisados. Daí o fato de ter sido o teatro o ramo da arte mais censurado nestes quinze anos, o que mais medo causa aos Poderosos. E daí, também, a aparente incoerência dos órgãos oficiais proibirem um espetáculo e permitirem a sua edição em forma de livro. Sabem eles que o teatro, enquanto palavra escrita, não encontra sua verdadeira e total expressão. O teatro só se dimensiona realmente sobre o palco, com o ator dando vida à palavra.

Mas, enquanto a censura oficial (e não raras vezes o autocensura individual) não nos permitir o contato direto com o espetáculo vivo, resta-nos o consolo de ler os nossos autores teatrais mais importantes, aqueles que se recusam ao silêncio resignado e se negam a cumprir o papel de bufões das classes dirigentes. E aqui, mais uma vez, constatamos que, apesar dos pesares, o teatro nacional vai bem.

Num país onde apenas uma parcela mínima da população lê, um significativo número de textos teatrais foi editado durante o ano de 1978, alguns censurados, outros não, mas todos voltados, de uma forma ou de outra, para os problemas do homem brasileiro e para a crítica das classes dominantes. Deles, destacamos alguns, cujas referências damos a seguir.

RUBI NO UMBIGO

Ferreira Gullar, o poeta de *Poema Sujo*, o dramaturgo de *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, o autor do ensaio *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, volta a público com sua última peça teatral *Um rubi no umbigo*, uma sátira à sociedade atual. Nela, Victor, a personagem principal, teve, ao nascer, seu umbigo supostamente malremendado. A avó (gênero aristocrata falido) doou-lhe um rubi — herança da família — para que fosse incrustado no umbigo, como tampão. Mas o rubi, que seria a salvação de Victor, serve-lhe também de perdição, pois somente retirando o rubi do umbigo do adolescente, através de uma operação cirúrgica, a família poderá sobreviver financeiramente.

A partir dessa situação irresistivelmente cômica, mas que traz em si o germe do drama, Ferreira Gullar constrói um texto teatral extremamente bem urdido, através do qual leva o leitor (ou espectador) a uma análise impiedosa da nossa sociedade dominada por um sistema promotor de falsos valores que a leva, inexoravelmente, à perda de sua própria identidade.

A SEMENTE

Lançado também em 1978, pela Civilização Brasileira, a coleção *Teatro de Gianfrancesco Guarnieri* foi prevista para um total de nove volumes. Daqueles já lançados, sem prejuízos para os demais, destaca-se o volume dois, com o texto *A Semente* (a encenação do texto foi proibida pela censura em 1961 e até hoje não foi liberada). Como cenário, fábricas e casebres dos operários, esse mundo sofrido e, na maioria das vezes, até resignado e alienado da sua realidade e da sua potencialidade, é mostrado por Guarnieri em toda sua dramaticidade, com seus desesperos, esperanças e contradições.

Segundo Flávio Rangel, "a massa é protagonista da peça e dela ressalta Agileu que, com uma envergadura de herói trágico, luta com todas as suas for-

OS LIVROS QUE VOCÊ PRECISA LER ESTÃO AQUI.

E1 — ESPIONAGEM CIENTÍFICA:

Jacques Bergier
Os cientistas, a política e a tecnologia da guerra.
A manipulação de cérebros, o uso da Ciência pelos governos, o tráfico de sabões. — Cr\$ 100,00

E2 — ANTOLOGIA POÉTICA:

Pablo Neruda
Edição bilingue: texto original em castelhano e a tradução portuguesa em prosa. O melhor de Neruda em um único livro. — Cr\$ 90,00

E3 — O MITO DA CULTURA DE MASSA:

Alan Swingewood
Uma análise dos princípios fundamentais da comunicação de massa, a partir da dominação de classe nas sociedades capitalistas modernas. Um estudo a partir das teorias de Adorno, Gramsci, Benjamin, Althusser, Marcuse e Lukács. — Cr\$ 120,00

E4 — ECOLOGIA E POLUIÇÃO:

Benjamin de Carvalho
O homem e seu ecossistema. Poluição do meio ambiente e explosão demográfica. A destruição do meio ambiente e o futuro. O progresso a qualquer preço e a natureza. — Cr\$ 110,00

E5 — SEXO E AMOR:

Eric Berne
Uma abordagem inteiramente original do sexo e do amor: sob o prisma da análise transacional. Linguagem coloquial, fundado em pesquisa e transbordante de verve e sabedoria. — Cr\$ 100,00

E6 — AGRESSIVIDADE CRIATIVA:

Bach & Goldberg
Um livro que derruba o mito do "cara legal". O perigo da repressão da raiva. Como tornar construtiva sua agressividade, livrando-se do artificialismo das relações humanas. — Cr\$ 160,00

E7 — NOSSA NOVA CASA:

Bruno Monteiro
Projetos completos, com fachadas e divisões internas, de casas térreas e sobrados de vários estilos. — 98 sugestões para construir sua casa. E mais: churrasqueiras, lareiras, piscinas, jardins. Projetos novos. Totalmente a cores. — Cr\$ 160,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Veritas Ltda. Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

E1... E2... E3... E4... E5... E6... E7...

Nome: _____

Rua: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

* Não cobramos despesas de remessa.

Assinatura _____

ponha logo no Correo



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

As Cobras, edição especial

O PRESIDENTE QUER FAZER DESTE PAÍS UMA DEMOCRACIA EM UM ANO E MEIO!

PUXA!

NÃO HÁ TEMPO A PERDER!

VAMOS LÁ!

ONDE É QUE NÓS VAMOS?

VOCÊS EU NÃO SEI MAS EU VOU PARA CASA ESPERAR PASSAR UM ANO E MEIO

NÃO ME LEMBRO MAIS COMO É DEMOCRACIA

BOBAGEM. É COMO ANDAR DE BICICLETA

A GENTE NUNCA ESQUECE?

NÃO. QUANDO ELA FÁRA A GENTE CAI PARA A DIREITA OU PARA A ESQUERDA

RIP, QUAIS SÃO AS CHANCES, NO BRASIL, DE UMA DEMOCRACIA CLÁSSICA?

POP NÃO TEM?

QUEROMEU! NA SUA OPINIÃO O SOCIALISMO PODE SER IMPLANTADO NO BRASIL?

PODE!

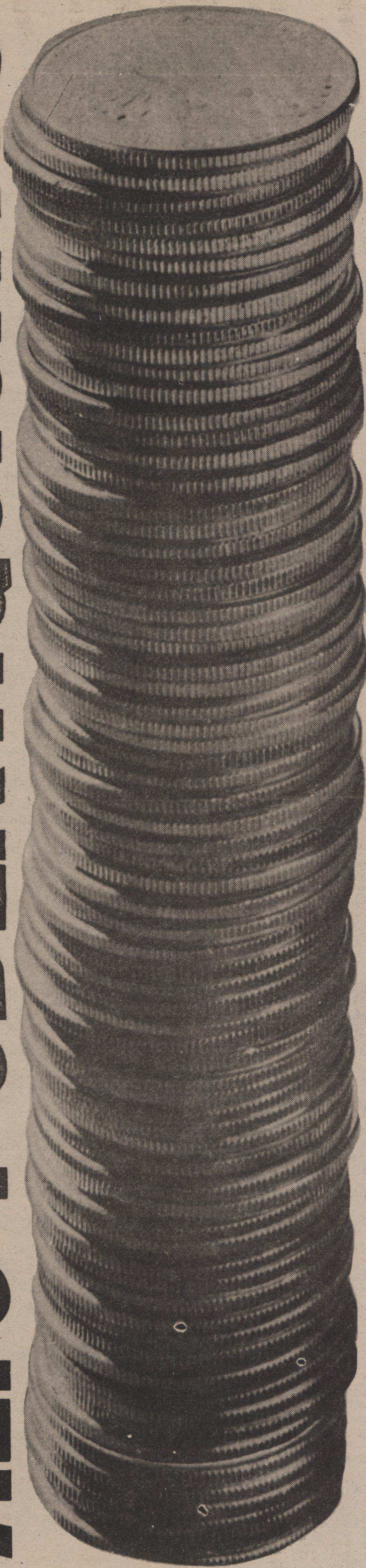
CONTANDO, É CLARO, QUE ENTREGUEM PARA UMA EMPRESA PRIVADA

TEMOS QUE AJUDAR O PRESIDENTE A FAZER DESTE PAÍS UMA DEMOCRACIA

PARA COMEÇAR, QUE TIPO DE DEMOCRACIA É O MAIS INDICADO PARA UM PAÍS COMO O BRASIL?

DAQUELAS GRANDES

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

mandado judicial foi cumprido pacificamente.

Arraes foi para a televisão no último dia de fevereiro fazer a defesa do diálogo e da legalidade:

— No momento em que uma medida judicial manda deslocar uma família ou várias famílias — reproduz o *Jornal do Comércio* do dia 1º/3/64 — o problema jurídico pode estar resolvido, mas um problema social surge para o Governo do Estado. Estive ontem, pessoalmente no Engenho. A força policial pedida para o cumprimento do mandado judicial será meramente simbólica, porque os trabalhadores estão na disposição de cumprir exatamente o mandado que foi expedido pelo Senhor Juiz, sem embargo da defesa também jurídica que possam fazer perante os tribunais da nossa terra. Vamos, portanto, continuar no debate democrático. Vamos continuar unidos, para podermos lutar pelo nosso estado, assegurar a tranqüilidade que sempre foi assegurada, dar liberdade a todos os cidadãos e conduzir o processo democrático, para que, através dele, possamos ter melhores dias e mais prosperidade para o nosso povo.

As classes conservadoras tinham assumido um papel político relevante em Pernambuco, desde o fim dos anos 50, quando o Governador era o general gaúcho Cordeiro de Farias, eleito pelo PSD. Rebelando-se contra um aumento de impostos, líderes do comércio e da indústria iniciaram um movimento, que apoiado até mesmo pelos comunistas, tinham levado ao Governo, em 1958, usineiro Cid Sampaio.

Agora, as classes produtoras estavam outra vez unidas — porém sem qualquer apoio popular. E decidiram fazer um *lock out* — paralisar todas as fábricas e usinas, fechar o comércio e os bancos para protestar contra as greves de trabalhadores. Uma preparação para o golpe? Bancários, trabalhadores nas usinas e outras categorias estavam em greve — no dia 3 de março de 64, quando chegou ao Palácio do Governo a notícia do *lock out* — uma novidade que repercutiu imediatamente em todo o país.

A atmosfera nacional era de golpe; o padre Payton, o agente da CIA que fazia a marcha com Deus pela Família já passara em diversas cidades, e a banda de música da UDN — Bilac Pinto, Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso — percorria os estados, mobilizando a opinião pública para a *ilegalidade* do Presidente da República. Nesse clima, a greve das classes produtoras de Pernambuco era um prato e tanto.

POR TRÊS SEMANAS

Arraes mandou dizer às lideranças operárias que queria o retorno imediato ao trabalho — e obteve êxito nas suas negociações secretas. Uma vitória da política de frente. Às oito da noite, ele chegou à TV para falar ao vivo — sem ninguém saber o que iria dizer. Nas redações dos jornais reacionários, o clima era de euforia. Esperava-se um Governador derrotado pelas greves de ambos os lados. Mas Arraes surpreendeu: falou calmo e tranqüilo; disse que não temia as ameaças de morte que lhe tinham sido feitas na assembléia dos empresários; não tinha medo do anúncio de compra de armas feito na TV pelos dirigentes dos empresários rurais, e advertiu: "Fiquem certos de que este não é o Governo do general Cordeiro de Farias. A ordem será mantida — não a ordem da minoria, mas a ordem que o povo estabeleceu neste estado — a ordem constitucional de respeito à legalidade".

Ao fim da sua apresentação, Arraes usou o seu grande trunfo: todos os trabalhadores voltariam ao trabalho no dia seguinte. Nas usinas, nos bancos e nas fábricas. Assim, a tentativa de *lock out* podia ser interpretada como uma perturbação da ordem. E concluiu:

— O Governo está capacitado a reprimir, com o apoio do povo, qualquer tentativa de perturbação da ordem que venha a ocorrer.

Muitos sindicatos se mobilizaram para invadir as empresas que decretassem a paralização. Mas não foi preciso: no dia seguinte, quando os trabalhadores chegaram aos locais de trabalho, os patrões estavam a postos.

A ordem seria mantida por mais três semanas. Até o dia 31 de março de 64.

Eurico Andrade

UM DELEGADO ACIMA DA LEI

Por Najjar Tubino e Caco Schimdt

Pedro Seelig, o homem que comandou a repressão no Sul, já respondeu três processos e não acredita em punição

— Por que vocês nunca chegam num general? Só ficam em cima do DOPS...

Pedro Carlos Seelig, 44 anos, desquitado, casado pela segunda vez, no Uruguai, pai de três filhos, 22 anos de polícia — 10 desses cumpridos no DOPS — pela primeira vez está recebendo dois repórteres em sua residência. Uma casa padrão classe média, bem decorada, vidros coloridos, revestida de lajotas, no Bairro Tristeza, a Zona Sul de Porto Alegre. Bermuda branca, camiseta azul, chinelos pretos, Pedro Seelig conversa com um copo de uísque na mão. Sorridente, folgado, cabelo bem aparado, tipo atlético — quase 1,90m de altura — não aparenta a idade que tem. Fala com sotaque meio carioca, de garfão. Logo de início se mostra íntimo, brincalhão, conversa como se fôssemos velhos conhecidos.

O seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz, ocorrido em novembro em Porto Alegre, levou Seelig à notoriedade nacional nos últimos meses. O Fleury dos Pampas, tentaram definir alguns jornais, referindo-se ao delegado que aparece com o número 42 na relação de torturadores feita por presos políticos (e publicada pelo semanário *Em Tempo*), principalmente por sua atuação no período 1969/73. Foi a fase mais aguda da repressão no Sul e o período em que Seelig passou da chefia do Serviço de Investigações da Divisão de Segurança Social à chefia da própria Divisão.

A simples pronúncia de seu nome causa medo às pessoas, pois ele está intimamente ligado a toda a história da repressão, das torturas, das violências ocorridas nas prisões políticas gaúchas nos últimos 10 anos. Elemento essencialmente de operação, Pedro Seelig deve ser entendido como o homem que executa, no DOPS, o planejamento feito pelos outros organismos, como o Departamento Central de Informações, que está diretamente ligado à 2ª Seção do III Exército e conseqüentemente ao ponto mais elevado daquilo que o jargão militar/policial convencionou chamar de "comunidade de informação".

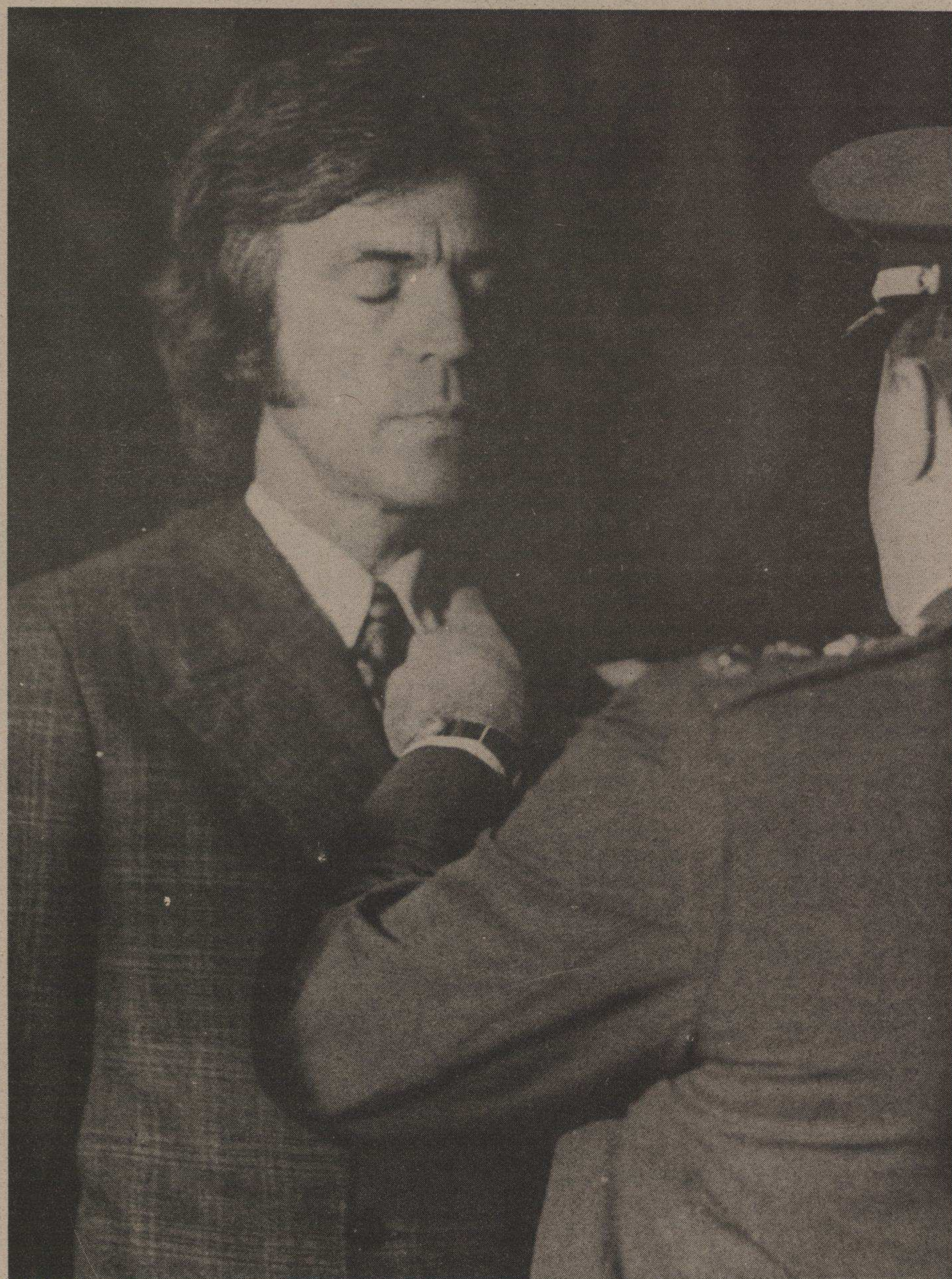
Apesar disso, essa imagem não o preocupa, nem o fato de estar enfrentando o quarto (1) processo judicial. Aparentemente, sua tranquilidade continua inabalável. Pedro Seelig dá a impressão de um policial comum, que já enfrentou o submundo e incorporou as suas gírias — mas que depois passou a atuar na área de informação, quando revelou astúcia e agilidade mental para lidar com presos de melhor nível intelectual. Quer dizer, adaptou a manha do malandro às características do seu novo trabalho.

É vaidoso. Faz questão de andar sempre alinhado, tem alfaiate próprio e preferência por roupas esportivas, os conjuntos do tipo safari, por exemplo. Na sala de torturas, sua presença era denunciada pelo perfume, quando os presos estavam encapuzados, e os demais interrogadores o chamavam de major. Para os ex-presos políticos, é um torturador racional, sem ser sádico, daqueles que batem até conseguir a informação. Também não é um analista, um profundo conhecedor da ideologia das organizações.

— Depois que ele obtinha as informações, fazia camaradagens para os presos: levava televisão, proporcionava jogos. Tornava-se amigo e até protetor de alguns presos, define o advogado de presos políticos e hoje deputado federal Eloar Guazzelli.

Comanda o interrogatório sentado numa mesa ao fundo da sala de tortura. Às vezes, levanta, agride o preso ou gira a maricota — a máquina de choques elétricos.

— Ele sabe lidar com informações imediatas, aquele negócio de tirar o máximo num mínimo de tempo, diz um ex-integrante da organização Partido



Medalha de Pacificador, um prêmio pelos serviços prestados à Revolução

Comunista Operário (POC), que esteve no DOPS em agosto de 1971.

A rigor, são aplicados na polícia política os métodos básicos ensinados a quem tira serviço de marginais, arrancando a informação de qualquer jeito. Em função disso, que a gíria policial define como "premência de tempo", Seelig também perde a racionalidade:

— Quando ele sai do sério ninguém agüenta. Eu tomei um pau de cinco horas e não abria. Até que o Pedro e o Nilo — Nilo Havelha, um dos inquisidores preferidos de Seelig — pisaram na minha perna e começaram a pisoteá-la. E até ameaçou me matar duas vezes, conta um ex-integrante da VAR-Palmares.

Na carreira do policial Pedro Carlos Seelig, o momento mais difícil foi em 1973, quando morreu o menor Luiz Alberto (página 32). Foi nessa época, entretanto, que ele ganhou a maior recompensa por sua atuação na polícia política, sendo agraciado com a Medalha de Pacificador — condecoração do Exército que necessita da indicação de um oficial general. Para sair do ostracismo, tirou proveito de duas oportunidades que surgiram, nas quais Seelig se esmerou para deixar transparecer uma imagem de alta eficiência.

A primeira foi em 1974, quando ele ainda estava sendo processado pela morte do menor Luiz Alberto, quando comandou, numa operação ruidosa, a elucidação do seqüestro do menino Alexandre Moeller, que acabou sendo descoberto pela Polícia Rodoviária Federal. A outra em 1977, quando comandou outra diligência das mesmas proporções para esclarecer o seqüestro de seis meninos, praticado pelo comerciante

Santino Ferreira, que foi descoberto por uma patrulha da Polícia Militar.

O começo de sua carreira situa-se em 1957. O motorista profissional Pedro Carlos Seelig, com 23 anos, deixa de percorrer a linha Floresta em Porto Alegre, e começa a decidir o seu futuro. O pai, Reinaldo Seelig — um trabalhador autônomo, vendedor de jornais — já tinha morrido, deixando 11 filhos — destes, morreram dois, a Ercília e o Jorge. Nesta época, pelo menos dois parentes bem próximos já trabalhavam na Polícia, ou melhor, na Guarda Civil, que 10 anos depois seria incorporada à Polícia: o primo-irmão Osmar Seelig, fiscal-chefe, hoje comissário aposentado, que há 21 anos preside a Cooperativa de Consumo dos Policiais; e o cunhado — também motorista — Jorge Salomão, pai do atual preparador físico do SC Internacional e delegado da Polinter, Reinaldo Jorge Salomão, certamente o maior companheiro de Pedro Seelig, com o qual divide um sítio nos arredores de Porto Alegre.

Pedro ingressa pelo Grupo de Socorro, a polícia de choque da antiga Guarda Civil, hoje conhecido como Grupo de Operações Especiais (GOE), cuja especialidade era a de dispersar tumultos. Na cidade não havia quem não conhecesse alguma das façanhas do Grupo, que nas origens fora formado por lutadores profissionais. Até 1963 ainda tirava serviço no antigo prédio da Avenida Mauá, à beira do Rio Guaíba, onde ficava a Guarda. Usava uma boina vermelha, calça cáqui com uma listra vermelha, jaqueta da mesma cor e um cassetete de borracha. Mais magro que agora, os traços do rosto bem marcados lhe acentuavam os olhos fundos, o que lhe valeu o apelido de Caveirinha — além

disso, ele vivia dizendo que ia fazer a caveira dos outros.

Gostava de futebol (2) e desempenhava bem na posição de zagueiro. Tanto que por volta de 67, ano da extinção da Guarda, quando ele já se encontrava na função de escrivão de 3ª classe, era o capitão de uma seleção organizada dentro da Secretaria de Segurança. No início dos anos 60, já havia jogado no Atlético Clube Farolito, um time de várzea do Bairro Partenon e mais tarde no Força e Luz, onde formava no trio de zagueiros que ficou conhecido como *Os Gladiadores* (usavam caneleiras, por isso o apelido).

No futebol, revelava uma característica identificada mais tarde na sua atuação como policial: dava pontapés nos adversários e ficava sorrindo para despistar o juiz. Omar Seelig, seu primo-irmão, relembra o estilo do Carcará:

— No Carcará, do umbigo pra baixo era considerado canela. Quando o cara não estava dando pau, a gente chamava ele e dizia: meu filho, qual é o teu negócio? Vai pra casa e bota uma saínda...

É o próprio Omar Seelig quem diz que "a família (Seelig) era muito violenta". (Atualmente, segundo seu cálculo, há entre 10 a 12 Seeligs na Polícia).

Renato Maciel de Sá Júnior, ex-secretário do DOPS, prefere falar da eficiência para qualificar Pedro Seelig: "Dentro da Polícia ele é considerado, porque começou a carreira de baixo, como se costuma dizer, e hoje é formado em Direito".

Efetivamente, visto pelo lado frio da "eficiência policial" Seelig tem pontos acumulados. Em seis anos de Guarda Civil, ele ganhou seis menções elogiosas e uma pena de advertência por ter pago um colega para substituí-lo num plantão. Em 1963 entrou para o Departamento de Polícia Civil, no cargo de escrivão. Foi servir no interior, mas na sua ficha funcional já está anotada uma breve passagem pelo DOPS de janeiro de 64 a julho de 65. Nos primeiros cinco anos como policial, ganhou três promoções. Fez o curso de delegado, formando-se, em janeiro de 1968, no sexto lugar da turma. Voltou ao interior e retornou em junho de 1969, já para servir no DOPS.

— Acompanhei a sua formação na Polícia. Fui professor de jiu-jitsu na Escola. Ele era um dos mais destacados alunos. Fui eu quem o trouxe para delegado de Niterói — subúrbio de Porto Alegre — no final do ano de 68, quando eu era chefe de polícia, recorda o deputado Pedro Américo Leal, da Arena, professor de Psicologia.

Junho de 1969: Seelig assume o Serviço de Investigações da Divisão de Segurança Social do DOPS.

— Naquela época nós tomávamos chimarrão todos os dias de manhã com os presos. Foram eles que organizaram uma biblioteca com os livros subversivos que nós apreendíamos. No final, até nós já líamos aqueles livros, lembra um policial que pertenceu ao DOPS de 60 a 68.

— Era uma época em que nós

(1) Pedro Seelig foi processado em 1957 por crime de lesões corporais, na 1ª Vara de Porto Alegre; em 58, outro processo por agressão, ainda na 1ª Vara; em 73, foi denunciado no Tribunal do Júri pela morte do menor Luiz Alberto Pinto Arébal; e agora, na 3ª Vara Criminal, por abuso de autoridade no seqüestro dos uruguaios. Enfrenta a segunda CPI em seis anos e pela terceira vez deixa o DOPS, passando desta vez à assessoria do Secretário de Segurança, num cargo recentemente criado

(2) O gosto pelo futebol vinha da família, que formou, em determinada época, o Carcará (lema: pega, mata e come), um time integrado somente pelos Seeligs



Martinha: "Ele ficou com meu Corcel"

trabalhávamos mais para enriquecer os arquivos, sem os envenenamentos, ou seja, mais informação e menos informes, diz o ex-secretário da Divisão de Informações e Registros do DOPS, Renato Maciel de Sá Júnior.

— Não havia a tortura que surgiu depois. O máximo de violência era botar o cara numa cela escura, ou ameaçar de levar para a Ilha do Presídio. Os interrogatórios eram feitos da seguinte maneira: botavam o cara sentado num banco e faziam as perguntas. De vez em quando o cara tomava umas porradas: soco, pontapé. Quando precisavam dar mesmo tinham que levar o preso para o xadrez da Divisão de Investigação (o xadrez fica no andar térreo da Secretaria, junto à Delegacia de Furtos e Roubos), conta um ex-militante da VAR-Palmares.

Nessa época o DOPS ainda não dispunha de uma sala de tortura. O aparato de segurança e suas sofisticadas demoram um pouco para chegar ao Sul. No centro do país as organizações de esquerda armada já estão atuando. E no dia 2 de julho é criada, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (OBAN), que definitivamente marca o período de maior repressão política no país.

— Nós não sabíamos nem o que era um aparelho, diz o próprio Seelig, quando fala sobre os idos tempos.

— A dança mudou meu velho, agora a barra tá pesada.

A frase é do major Malhães, o 145º da lista de torturadores, quando começa a interrogar um preso ligado à VAR-Palmares e que tinha passado pela fase anterior do DOPS.

Malhães, é uma figura pouco identificável, que alguns dizem ser agente do CODI-Rio, outros, oficial pára-quedistas ou major de cavalaria. Na lista do *Em Tempo*, consta como membro do Serviço de Informações do Exército. Malhães é um tipo moreno claro, forte, aparenta uns 35 anos, sotaque carioca. Os ex-presos políticos identificam nele um marco na mudança do esquema de repressão do estado. Inicia a nova fase. Época do AI-5, censura, período Médici. Seelig entra na dança. Se relaciona bem com Malhães — que ele hoje diz não conhecer e passa a trabalhar diretamente com os organismos de segurança mais envolvidos na repressão: DOPS, CISA, OBAN, Cenimar (3).

Conhece o delegado Sérgio Paranhos Fleury, e torna-se seu íntimo amigo, assim como o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe da OBAN de 71 a 74. Em 71 surgem os CODI — Centro de Operações de Defesa Interna — de maior atuação no Rio e em São Paulo. Aqui as coisas acontecem no DOPS. Mas não podemos esquecer que acima do DOPS, a partir de 69, está o Departamento Central de Informações, dirigido pelo major Átila Rohrzetter. Átila, ex-chefe da 2ª seção do Exército, no período de 67/69, também foi merecedor da Medalha de Pacificador, e agraciado em novembro de 71. E a própria 2ª seção.

— Aqui quem manda sou eu, ninguém tem que se meter, diz o major Malhães.

(3) DOPS: Departamento de Ordem Política e Social; Cisa: Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica; Oban: Operação Bandeirantes; Cenimar: Centro de Informações da Marinha



O Delegado reza na missa pela morte de Luiz Alberto Arévalo

— Mas eu preciso dar explicações aos jornalistas, argumenta o secretário Jaime Miranda Mariath.

Este diálogo, presenciado por um ex-militante da VAR, retrata a situação que passa a vigorar. Cresce o intercâmbio entre os organismos de segurança, em função do trabalho: um vai a São Paulo buscar preso, outro vem a Porto Alegre interrogar um dirigente nacional de alguma organização, coisas deste tipo. Os presos já notam algumas diferenças no delegado Seelig. Fala meio carioca, bom relacionamento com grandes figuras da repressão, como Fleury e Ustra. A partir do segundo semestre de 70 começa a vigorar o uso de capuz nos interrogatórios. E posteriormente o Instituto Médico legal recebeu determinação para não mais registrar o histórico do preso antes do exame, que eles chamam de *anamnésia*, oriundos do DOPS. Simplificando, quer dizer que a fase de interrogatório no DOPS deve ser esquecida pelos médicos.

Do final de 1969 — quando ocorre o racha entre a Vanguarda Popular

Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) — ao início de 1970, crescem as ações armadas no Rio Grande do Sul. Pelo menos seis assaltos a bancos são registrados até o mês de abril, quando acontece um fato de maior significação: a tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano Curtis Cutter, por um comando da VPR, que acaba com o cônsul ferido num hospital.

O secretário da Segurança, Jaime Mariath, dá entrevista coletiva no dia 17 de abril e aponta sete organizações armadas com atuação no estado: além das duas acima citadas, há o M3G (Marx, Mao, Marighela e Guevara), Partido Operário Comunista (POC), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento 26 de Março, Partido Comunista Brasileiro, Frente de Libertação Nacional (FLN).

Nesta fase, Pedro Seelig e sua equipe — composta pelos inspetores Itaci Vicente (o Mão-de-Ferro), Nilo Havelha (o mais sádico e que fazia o trabalho considerado mais sujo), Nelson Pires,

“É o maior camaleão que eu já conheci”

— Gosto dele e é o que importa. Como pai ele é um cara bacana. Todos têm liberdade para achar o que pensam. Adora festinha, é brincalhão, mas dificilmente fala da vida profissional dele com alguém. Nisso é um cara reservado. A pior época da vida dele foi a morte do Arévalo. Virou um trapo. (Vera Lúcia, 25 anos, filha).

— A imprensa não publica as coisas boas do Pedro. Foi ele quem resolveu todos os assaltos de bancos, acabou com os subversivos e por isso o pessoal da esquerda quer vê-lo na pior. É como se fosse um pai pra mim. (Reinaldo Salomão).

— É uma verdadeira raposa matreira, um gentleman. Ele faz lembrar aqueles caudilhos que tratavam com maciez e delicadeza as pessoas que pretendiam matar, ou que a morte já estava determinada pelos seus asseclas. A gente não imagina que atrás daquela fachada se esconde o maior torturador do estado. (Rospide Neto, deputado do MDB).

— É um pobre coitado, um cara sem ambições, tanto que está até hoje na polícia. Existem outros Pedros Seeligs na Secretaria de Segurança, muito piores que ele. (Ilus Moreira, coronel reformado do exército, ex-comandante do Regimento Mecanizado no período de 69/73).

— Olha eu sou suspeito para falar do Pedro, porque sou muito amigo dele. Conheci ele em 72, no tempo em que o Salomão estava nos juvenis. Sou amigo dele desde 74, quando, às vezes, eu ia lá na polícia. Até hoje a gente sai, vamos a

festas juntos. Ele é bem relacionado. No ano passado fez segurança de alguns jogos da gente no interior. (Falcão, centromédio do Sport Club Internacional).

— Ele sempre foi brincalhão. E deitado até demais. Quando pega o pé de alguém não larga. É só disso que eu posso te falar, não vou falar dos defeitos, porque sou parente dele. (Omar Seelig, comissário de polícia aposentado).

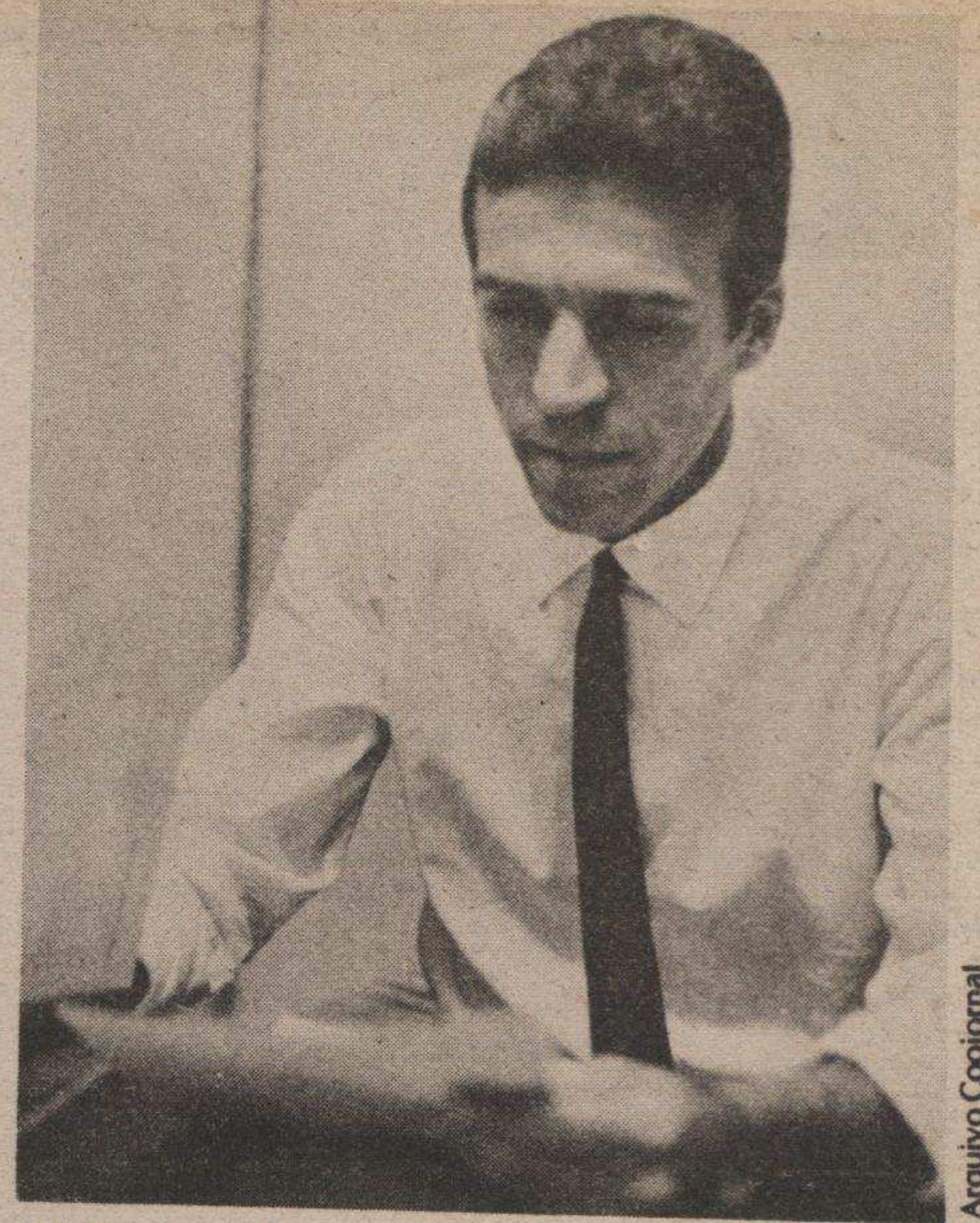
— É uma pessoa boa, não posso falar mal dele. Hoje posso dizer que sou mais amiga dele do que quando era sua mulher. Não quero deixá-lo mal, preciso falar com ele antes de dizer alguma coisa. (Gessi da Silva, sua primeira mulher. Ela terminou não falando).

— Policial valente, incapaz de uma ação de deslealdade ou de covardia. (Francisco de Paula Aragon, ex-diretor do Departamento de Polícia do Interior).

— Funcionário de altíssimo gabarito, homem de notável bom senso e equilíbrio emocional. Os serviços prestados por este funcionário à causa pública jamais poderão ser recompensados pelo estado. (Firmino Peres Rodrigues, diretor do DOPS).

— É o maior camaleão que já conheci. (Omar Ferri, advogado dos uruguaios seqüestrados).

— Tudo que a gente passou são coisas que se busca esquecer, afastar da lembrança, mas alguns caras como Pedro Seelig vão ficar sem ser presos. (Ex-presos político, ligado ao movimento estudantil).



Seelig: no início era o Caveirinha

Cardozinho, Salgadinho e Joaquim, entre outros, trabalhavam exaustivamente.

— Nós passamos até uma semana dentro do DOPS, às vezes, sem conseguir dar uma passada em casa. Nós apenas cochilávamos dentro do DOPS, lembra Itaci Vicente, de aparência tranqüila, moreno claro, porte físico de halterofilista.

Pedro Seelig e sua equipe deixaram alguns vestígios que comprometem a imagem que o delegado sempre tentou construir. A seguir, relatamos alguns casos de tortura ocorridos no DOPS. Entre eles, o depoimento de Maria Inês Serpa de Oliveira, a Martinha, ex-militante da VAR-Palmares hoje residindo no Rio, casada e mãe de três filhos, que contou ao repórter Marcelo Pontes com quem ficou o Corcel de sua propriedade que era usado pela organização.

1) — Eu caí e eles pisotearam em cima da minha perna. Fui conduzido ao hospital e fiquei cerca de um mês na cama. A perna, em consequência das torturas, sofreu uma espécie de estiramento, atrofiou e o pé virou para dentro. Do nosso pessoal que entrou naquela época, pelo menos mais dois ficaram com problemas físicos: um que perdeu o olho e está prestes a ficar cego do outro e um segundo companheiro, que ficou surdo, porque estouraram-lhe os tímpanos (de um ex-militante da VAR-Palmares, preso no início de 70).

2) — Eu estava na cela e um deles tinha me dado uma folha de papel para escrever como tinha sido tratado no DOPS. Ai eu contei tudo o que tinham me feito. Passou um tempo chegou o Pedro Seelig perguntando se a letra era minha. Respondi que sim. Ele falou: “Tem certeza que foi isso que aconteceu?” Tenho, falei. E ele retrucou calmamente: “Isto vai te prejudicar rapaz”. (Realmente, o ex-lavrador paulista Hilário Gonçalves Pinha, preso em abril de 75, como membro do proscrito Partido Comunista Brasileiro, foi prejudicado. Durante a noite, foi pisoteado e mais tarde teve que se submeter a nove cirurgias, perdendo quase 70% do seu intestino).

3) — No final de abril de 1970, à noite, me levaram do Presídio Feminino para uma salinha de interrogatório do DOPS, junto com o Francisco Martinez. Estava o Pedro Seelig sentado numa cadeira. Ai ele falou: “Olha, tem um negócio aqui que a gente quer que vocês assinem...” A gente não tava querendo assinar. Era um papel em branco. Pra que você quer este papel em branco, o que vai fazer com ele? A gente tinha medo, inclusive, que usassem o papel para forjar uma retratação, um troço muito em voga na época. Ele falou: “Não, isso aqui é um problema do carro. Quero ficar com ele, e quero que você passe para o meu nome”. Ai a gente disse: não dá pra assinar um troço em branco. Ficou aquele leva-e-trás. Para acabar com a resistência, eles nos deram choque. A gente ficou toda treme-treme. Se é por causa do carro, então leva. E ai assinamos o papel em branco.

— Posteriormente, quando sai da prisão, encontrava o Seelig com o carro. O pessoal ficava puto da cara: “Olha o Seelig, filho da mãe, com o carro da VAR”. Cheguei a ver o Seelig com o carro, claro. Ele ainda me gozou: “Olha aqui o que a VAR tá me financiando”. Até sair de Porto Alegre, em 73, ele ainda estava

com este Corcel. Ah, tem outro detalhe importantíssimo. É uma prova concreta de que ele estava com o carro. Enquanto eu estava presa, ele levou o carro para fazer uma revisão. Os caras da concessionária Ford, na Avenida Farrapos, onde comprei o carro em fevereiro de 70, mandaram lá pra casa uma nota promissória, que está assinada pelo Pedro Seelig. Minha mãe levou para o advogado que mandou tirar um xerox autenticado e devolver o documento original". (Ignês Maria Serpa de Oliveira, a *Martinha*).

Além deste Corcel — conhecido como Águia-1, cor branca, descarga aberta — pelo menos mais quatro carros da VAR-Palmares desapareceram e não constam nos processos da 2ª Auditoria Militar: Um Volks, um Aero, uma Kombi — estes três estavam à disposição do setor de imprensa da organização que ia funcionar na cidade de Tapes, a 120 quilômetros de Porto Alegre — e uma camioneta C14, que estava em nome de um japonês da cidade de Camaquã. Além de uma lancha azul e branca, motor Evinrude, com potência de 55 HP.

Para encerrar: quando estive em Tapes, Pedro e sua equipe apreenderam uma pasta preta, contendo nada menos do que 32 mil dólares, também da VAR — dinheiro que fazia parte dos 2 milhões e 400 mil dólares do cofre do ex-governador paulista Adhemar de Barros.

— Está aqui a pasta do dinheiro, disse Pedro a um dos militantes. Mas eu quero saber do relatório. Era um relatório sobre torturas elaborado pela organização, que estava sendo distribuído no Brasil e exterior.

O dinheiro também não consta no processo da VAR.

Nos últimos 10 anos, de julho de 72 a fevereiro ou março de 73, Pedro Seelig esteve afastado do DOPS por um breve período. Segundo a sua própria versão, houve uma discussão com um major do DCI, mas não teria sido este motivo de seu afastamento: "Eu estava de saco cheio, andava trabalhando muito e me desgostei". Segundo o depoimento dos presos da Ação Popular (uma organização de esquerda com influência cristã que não aderiu à luta armada), houve a interferência do coronel Leonel Edmundo Carvalho de Oliveira para faltar Seelig. Na época, o coronel era chefe de segurança do Hospital de Clínicas — hoje é vice-presidente administrativo — e não gostou não da invasão que Seelig fez às dependências do hospital para prender dois militantes da Ação Popular.

Do DOPS, foi para a Delegacia de Furtos e Roubos e deixou vestígios de sua breve passagem. Na CPI que no começo de 73 investigou seu envolvimento na morte do menor Luiz Alberto, quatro ex-prisioneiros da Delegacia de Furtos prestaram depoimento denunciando torturas que sofreram no xadrez da delegacia chefiada pelo delegado.

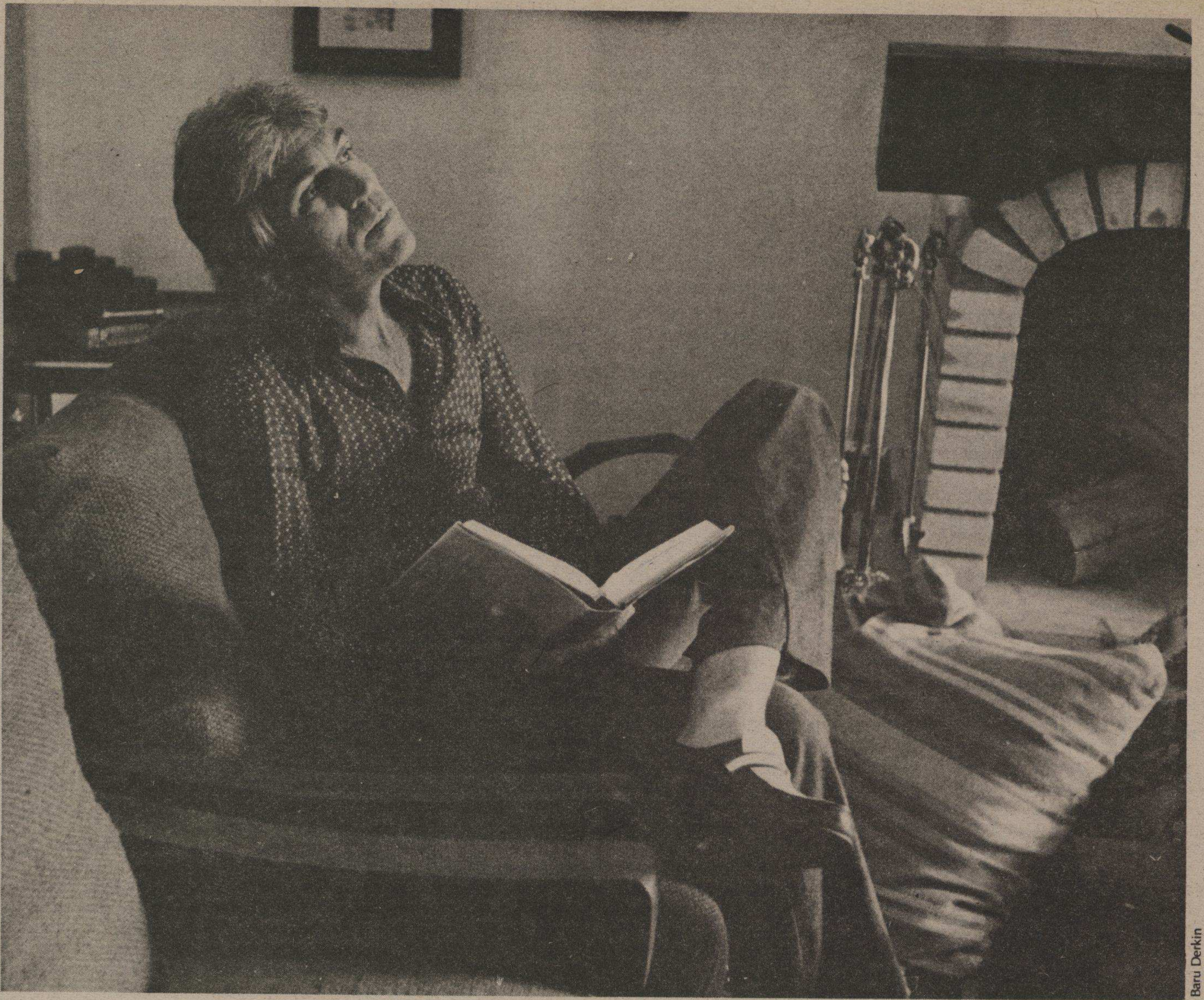
— Se der uma virada, eu posso até trabalhar pra vocês. Sou apenas um funcionário.

Os presos que ouviram esta frase de Seelig não a levaram a sério. Afinal, têm a convicção que trataram com um policial manhoso, experiente e que mente com a mesma convicção com que diz a verdade. Entre os colegas, a qualidade mais louvada é a sua competência. Em relação ao último obstáculo surgido em sua carreira — o seqüestro dos uruguaios — ele tem-se mostrado convicto da inocência ou da impunidade.

Na verdade não existem provas, a não ser apenas as circunstanciais sobre a sua participação ou envolvimento. As chamadas provas materiais, que qualquer policial sabe que pesam definitivamente num processo, até hoje não foram obtidas. E talvez seja este o maior indício da competência do delegado: a sabedoria com que tem conseguido esconder as provas dos delitos que lhe são atribuídos.

Além disso, ele parece ter noção exata de sua importância na engrenagem dos organismos de segurança e informação. Um homem com tão larga folha de serviços prestados não fica facilmente descoberto. Seu afastamento do DOPS, não deve ser entendido como uma punição, mas como a retirada de cenário de alguém que vai se tornando menos necessário e, em certos momentos, até incômodo.

Pedro Seelig é intocável? Ele responde com outra pergunta: "Por que vocês nunca chegam num general? Vocês não acreditam na abertura?"



Seelig na sala de sua casa, uma pose especial para fotografias

"O único problema é a família"

O delegado Pedro Seelig não dá entrevista. Mas quando soube que dois repórteres estavam procurando seus amigos, parentes e familiares resolveu recebê-los. Desde o início do mês de março Seelig já sabia das nossas intenções, pois o tenente coronel Carlos Alberto Ustra, atual comandante do 16º Regimento de Infantaria de São Leopoldo — ex-chefe da Oban — havia lhe comunicado. Ustra não quis falar, alegando que precisava de autorização do III Exército. Quinze dias depois o secretário de Segurança, coronel Osvaldo Leivas Job, num encontro informal com o repórter Najjar Tubino, também ficava sabendo da matéria. E recomendou:

— Não se esqueçam de falar com ele. É uma boa pessoa... Inclusive vou chamá-lo e autorizá-lo a falar com vocês, se ele quiser é claro...

O primeiro encontro com Seelig aconteceu em sua casa, num sábado, dia 31 de março, e durou uma hora e meia. Ele nos tratou afavelmente, usando a velha tática da intimidade. Na verdade ele queria saber até onde iam as nossas informações. Dessa conversa montamos estes diálogos:

— Vocês não são com gravador aí, né? Querem beber alguma coisa? Uisque? Ah, preferem caipirinha.

— Pois é, nós estamos trabalhando nisso há algum tempo. Vamos fazer o teu perfil.

— Tudo bem, é com vocês. Vão assinar, né? Depois eu vou ler. Só espero que não seja uma matéria parcial, com muito informe e pouca informação. Eu acho o seguinte: o cara que faz, assume. Eu sempre assumo meus pepinos.

— Como no caso Arébaló?

— É, tu podia até ter dado um jeito de não ter envolvido o DOPS na morte do Arébaló. Tinha como fazer isso, vocês sabem, mas não quis... Mas fico magoado com o tratamento que a Imprensa dá ao caso. Sempre citam o meu nome como o envolvido na morte de um menino nas dependências do DOPS. Ele morreu dentro do Sanatório Partenon. E eu fui pronunciado. Quer dizer, isto é maldade... A mãe do garoto até hoje continua comigo... Eu aprofundi os meus conhecimentos de Medicina Legal, es-

pecialmente no planctum mineral (substância encontrada nos pulmões de Arébaló e segundo os médicos é o sinal de afogamento).

— E a luta armada. Tu és conhecido em função dessa época, de assaltos a bancos, seqüestros, ...

— Realmente eu me orgulho de ter este mérito... Agora esse negócio de especialização não é verdade. Nunca conheci o Dan Mitriane. Nós aprendemos tudo por aqui. A gente pegava esse pessoal todo e eles abriam. Sabe como é, enquanto o cara não é preso, tudo é festa. Bota um 45 na cintura e tal... Mas depois, quando são presos, se desestruturam. E tem mais a manha, a gente vai aprendendo.

— Foi um tempo difícil, não?
— Pois é, guerra é guerra. Mas eu assumo o que fiz.

— E agora, esse negócio do seqüestro. Como é que fica?

— Tô tranquilo, vou tirar essa de letra. O único problema é essa gritaria. Toda vez que uma irmã minha lê um negócio no jornal, liga pra cá perguntando.

— Diz que na época da luta armada, tu costumava falar para os presos que se desse uma virada, tu podia até continuar na função?

— Ah, mas era gozação. Eu dizia que podia fazer parte do GTA — Grupo Tático de Ação — do PC. Se bem que o PC não tem isso. Mas dava para assumir a coordenação das agitações. Gosto de coordenar.

Neste encontro ele ainda concordava em conversar novamente. Desta vez seria na sede do **Coojornal**. Ficou acertado um telefonema para terça-feira, dia 3, confirmando.

— Como é que é, estamos te esperando?

— Ih, tu achas que eu sou louco de ir aí. Tive falando com o Lia Pires (advogado dele)... Tu sabe que eu tô no sufoco. A gente achou melhor que vocês fizessem as perguntas por escrito.

Nós fizemos. Mas ele não respondeu. Voltou a falar no "sufoco". Desta vez, porém, acabamos encontrando-o na frente do DOPS, no segundo andar do prédio da Secretaria de Segurança, quando en-

trevistávamos o seu antigo comandado, inspetor Itaci Vicente, o *Mão-de-Ferro*:

— Como é que vão estas feras do Jornalismo?

— Tudo bem, cadê as perguntas?

— Nada feito, fica para mais tarde, quando passar esse processo do seqüestro.

— Mas nós precisamos checar algumas informações, pelo menos.

— O quê, por exemplo?

— Já decidiram a tua nova função?

— Tô sentadinho lá no Gabinete do Superintendente, aguardando designação. Quero sombra e água fresca. Mas acho que fico na assessoria do Secretário.

— Mas tá demorando isto, tu vais ficar no Ministério do Ar?

— Não, eu nunca fico no Ministério do Ar.

— É verdade que o Fleury e o coronel Ustra, foram teus professores?

— Não, nada disso. Eles são meus amigos. Gosto muito deles. Não é verdade que os caras lá de cima desciam aqui para nos ensinar.

— Qual foi a tua ação mais difícil?

— Pra mim não existe a mais difícil. Encaro todas com a responsabilidade. A próxima sempre é a mais difícil.

— O que tu achas da anistia?

— Isso é uma das coisas que eu não posso responder. Tem que perguntar pro Pedro Simon, Jarbas Lima, pros políticos.

— Sabes que a tua cabeça é pedida pela esquerda?

— Também quero a cabeça deles...

— Não tem medo de morrer, se acontece uma virada como é que fica?

— Não tenho medo de nada. Nunca tive.

Finalmente no domingo, dia 8, o fotógrafo Baru Derkin esteve na casa de Seelig, para fazer umas fotos dele como cidadão. Seelig estava fazendo um churrasco. Em princípio não queria ser fotografado em casa. Mas depois topou. Trocou as bermudas pela gravata, foi à sala, pegou um livro e posou. Depois foi na frente do espelho. E ao terminar comentou:

— Eu não tô negociando com vocês. Tô fazendo isso porque é inevitável. De qualquer maneira vocês precisam fazer o jornal.

A MORTE DE LUIZ ARÉBALO

Ocorrida no DOPS em 73, levou Seelig à Justiça. Seis anos depois, contamos uma versão com novos elementos sobre o crime

10h30min. Nilo Havelha de um lado, Itacy, o Mão-de-Ferro, do outro. Pires mais atrás. Seguro pelos braços, dessa maneira Beto é conduzido à fossa, como é chamada a sala de torturas do DOPS. Gritos. Meia hora depois, os policiais o colocam numa cela onde havia três presos. Seu estado é ruim. A barriga está toda roxa. Ele diz:

— Me bateram! Esses caras me bateram. O Itacy, o Nilo e o Pires.

15h30min. Novamente Beto é levado à fossa, após uma discussão com o inspetor Pires. Lá permanece por 20 minutos. Volta à cela, queixando-se de dores, corpo molhado e diz aos presos:

— Amarraram minhas mãos pra trás e enfiaram uma mangueira na minha boca!

Nessas duas cenas acontecidas no dia 6 de fevereiro de 1973, se decidiu a vida do menor Luiz Alberto Pinto Aréballo, de 17 anos, filho da empregada do delegado Pedro Carlos Seelig, que morreu dois dias depois, no Hospital Sanatório Partenon. A partir de uma pequena nota publicada no jornal *Correio do Povo* informando sobre a abertura de uma sindicância para apurar o recolhimento de um menor ao DOPS, o caso repercutiu intensamente em todo estado e, ainda hoje, constitui o **Calcanhar de Aquiles** do delegado.

Na Assembléia Legislativa foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que passa a atuar simultaneamente ao inquérito policial, posteriormente remetido à Justiça. O inquérito presidido pelo delegado Wilde Pacheco indiciou Pedro Seelig por abuso de autoridade e reconheceu o crime de homicídio, sem porém apontar seus autores.

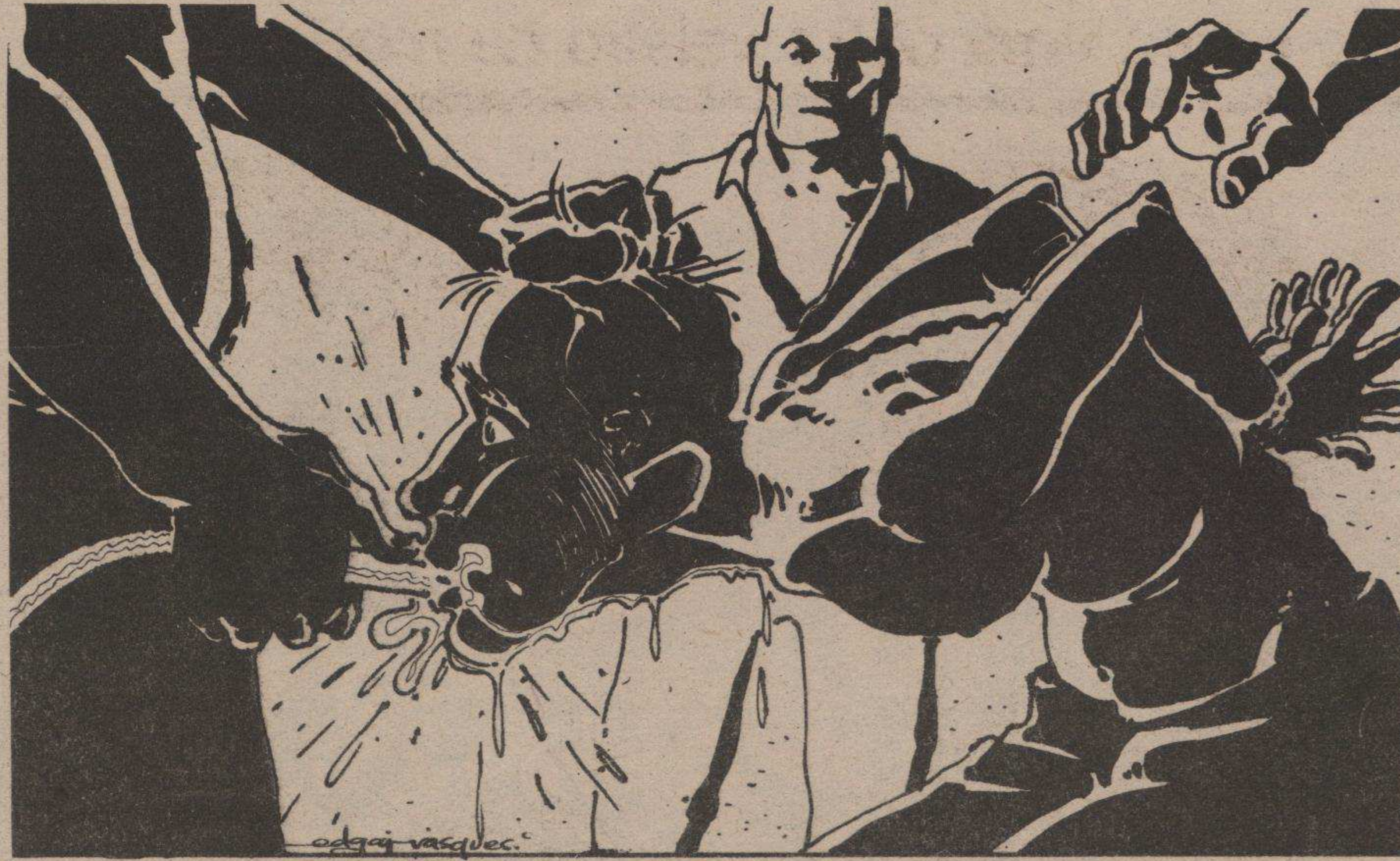
O relatório da CPI concluiu por abuso de poder, o que motivou um voto em separado do MDB, na época em minoria na Assembléia. Nesse documento, com quase 250 páginas, responsabilizou o delegado por homicídio qualificado, baseando-se, principalmente, no auto de necropsia que apontou dois detalhes importantes: o menor sofreu maus tratos e foi submetido a afogamento parcial que lhe causou uma insuficiência respiratória aguda.

Apesar disso, em outubro de 1975, o juiz Luiz Carlos Castello Branco, do Tribunal do Júri, por onde correu o processo, impronunciou Seelig, por considerar que a vítima morreu de broncopneumonia e não por afogamento. Venceu a tese da defesa, sustentada pelo advogado Oswaldo de Lia Pires, de que um ventilador provocara a pneumonia no menor.

UMA NOVA HISTÓRIA

Seis anos e dois meses depois da morte de Aréballo, voltamos a reconstituir os fatos ouvindo os envolvidos no caso. E, pela primeira vez, ex-presos que testemunharam os últimos três dias de Beto no DOPS dão uma nova versão que desmente a história contada pela polícia. Naqueles dias, a Divisão de Segurança Social, dirigida por Pedro Seelig, prendera 17 ativistas do movimento estudantil, sendo que pelo menos seis deles acompanharam a passagem de Aréballo pelo DOPS. Eis a história:

— Beto entrou pela primeira vez no complexo de celas, carceragem e cartório (especificado no desenho) somente na manhã do dia seis, quando tomou o primeiro pau. Seelig não estava no DOPS. Ele chegou pelas 15 horas. Beto escuta sua voz e lhe chama. Seelig vai até a cela, abre a porta e pergunta: "Que



fizeram contigo?". Fala mostrando surpresa: "Não era pra fazer isso com o guri", dirigindo-se aos seus subordinados, inspetores Itacy, Pires e Nilo Havelha. Retira Aréballo da cela e coloca-o num sofá próximo à mesa da carceragem.

Minutos depois diz que vai sair. Seelig sai. Voltam os inspetores e levam o menor para a fossa pela segunda vez. Depois do segundo pau, quando lhe enfiaram a mangueira na boca, Beto passa a noite agonizando. Treme, sente frio, respira com dificuldade e reclama das dores no tórax. Os presos fazem um chá de losna. Durante essas horas, Pires e Havelha vez por outra iam até a cela e lhe faziam ameaças: "Como é, vai contar onde está o dinheiro? Vai contar ou vamos te levar de novo!"

No dia seguinte, o inspetor Cardoso retira Aréballo da cela. Levam-no para uma cela menor e, mais tarde, colocam um grande ventilador. Beto tossia e estava enrolado num cobertor. Quando a gente ia no banheiro via o garoto suando. A gente escutava os policiais dizerem: "para de fingir!". Nessa situação, Seelig falou: "Se tu morrer aqui, vais me arrumar o maior rabo!"

Dois detalhes precisam ficar bem claros a partir desses novos dados. Está confirmado que Aréballo apanhou. E isso explica as lesões apontadas no auto da necropsia feito pelo médico legista Ernesto Freitas Xavier. Reforça também o que foi dito pelo doutor Luiz Inglete, médico da polícia, na CPI, onde ele conta que Aréballo se queixou de ter apanhado. E mais: confirma aquilo que Beto disse para irmã Celsa, chefe do serviço de triagem do Hospital Sanatório Partenon, quatro horas antes de morrer: "Aqueles caras, que me bateram... Aqueles caras, lá, né!". Por outro lado, levanta uma dúvida. A versão oficial é de que ele ficou no DOPS do dia 30 de janeiro a 8 de fevereiro. Segundo os presos, ele permaneceu menos de três dias no DOPS. Isso leva à conclusão de que ou Beto estava noutro lugar, ou no DOPS, mas não naquele setor.

— **Espera aí que eu já volto, foi a sua última frase!**

Em Alegrete reside o electricista Milton de Oliveira Aréballo, pai de Beto, casado pela segunda vez, três filhos.

— **Seu Milton, viemos conversar com o Senhor a respeito de Beto...**

— Será que vai começar tudo de

POR QUE FOI PRESO?

Beto morava em Alegrete. Sua mãe, Lígia Pinto Aréballo, foi criada pela família de Suely Pinto Mota, que se casou com o delegado Pedro Seelig e a levou junto para trabalhar de doméstica. Com ela foram as filhas Ana Paulete e Luiza e o menino Luiz Alberto. O delegado consegue colocação para as moças em casas de parentes e Beto segue morando com ele, trabalhando em alguns serviços da casa e fazendo algum biscate. A partir de 1971 Beto continua morando com o delegado enquanto sua família passa a residir noutra casa.

No começo de 72, Seelig assume a presidência da Sociedade dos Amigos do Bairro Cristal. Dá a função de cobrador das mensalidades dos associados ao menino. Ele então já namorava Maria de Lourdes Fonseca, a Dudi, a quem conheceu no Bairro Azenha, local que costumava freqüentar.

De acordo com o depoimento do delegado Pedro Seelig, no dia 29 de janeiro Beto o procurou no DOPS pra confessar que não prestava contas desde agosto, pois havia gasto o dinheiro por causa das más companhias que andava. Seelig disse ter ficado "sem ação". Considerou "uma ingratitude" e, alegando "falta de serenidade pra tomar alguma decisão", mandou Beto para casa.

Nessa noite, enquanto Soltero Alfonsin, membro do Conselho Fiscal, e Luiz Fernando Gomes, secretário da Associação, em casa de Seelig, examinaram os documentos de Beto, o garoto dormia na casa da namorada, nervoso porque tinha que acertar contas com o delegado. Em razão desse suposto desfalque Beto é preso.

— **Espera aí que eu já volto, foi a sua última frase!**

Em Alegrete reside o electricista Milton de Oliveira Aréballo, pai de Beto, casado pela segunda vez, três filhos.

— **Seu Milton, viemos conversar com o Senhor a respeito de Beto...**

— Será que vai começar tudo de

novo? Não gostaria de passar por tudo que já passei!

Apesar do medo e do receio de que se repitam as pressões sofridas na época, ele conta o último encontro que teve com o filho, na virada de 71 para 72.

"VAI COMEÇAR DE NOVO"

— Um dia nós conversávamos sobre a carestia, custo de vida que tava muito alto. Eu reclamava e o menino entrou no papo e disse que não era pra eu falar assim. "Não fale que o negócio tá ruim. Eu que tô lá por dentro vejo". Não entendi muito bem a história. Aí ele contou algo que o preocupava. Disse que tinha ido ao cinema, mas como não pôde entrar deu volta. No caminho de casa encontrou a Kombi de batida parada na frente de um bar. Perguntou pelo seu Pedro, disseram que ele já vinha. Perguntou se eles iam pra casa. O cara disse que iam dar uma batida, mas não sabiam onde. Então, ele entrou na parte de trás. Nisso chega o motorista e os outros, apressados, e se arrancam, sem ver que ele tava lá trás. Andaram 20 minutos e pararam numa vila. O do volante mandou alguém "ver se ele estava em casa". Ele voltou confirmando e disse que o cara tava ouvindo rádio mas que havia crianças na casa. Desceram, foram lá e deram uns tiros. Depois saíram chispando do local. Quando desceram é que os da frente viram ele. Aí seu Pedro perguntou aonde é que ele tinha entrado na Kombi. Depois começaram a discutir entre eles.

Seu Milton não sabe da ligação deste fato com a morte de Aréballo. Ele já havia contado essa história ao deputado Rospide Neto, presidente da CPI, em particular. O certo é que, por mais de uma vez, Seelig "mandou recados dizendo para o Beto voltar, se não ele mandava buscar o Beto".

Outro detalhe: Dudi lhe contara, após o enterro, como aconteceu o desvio.

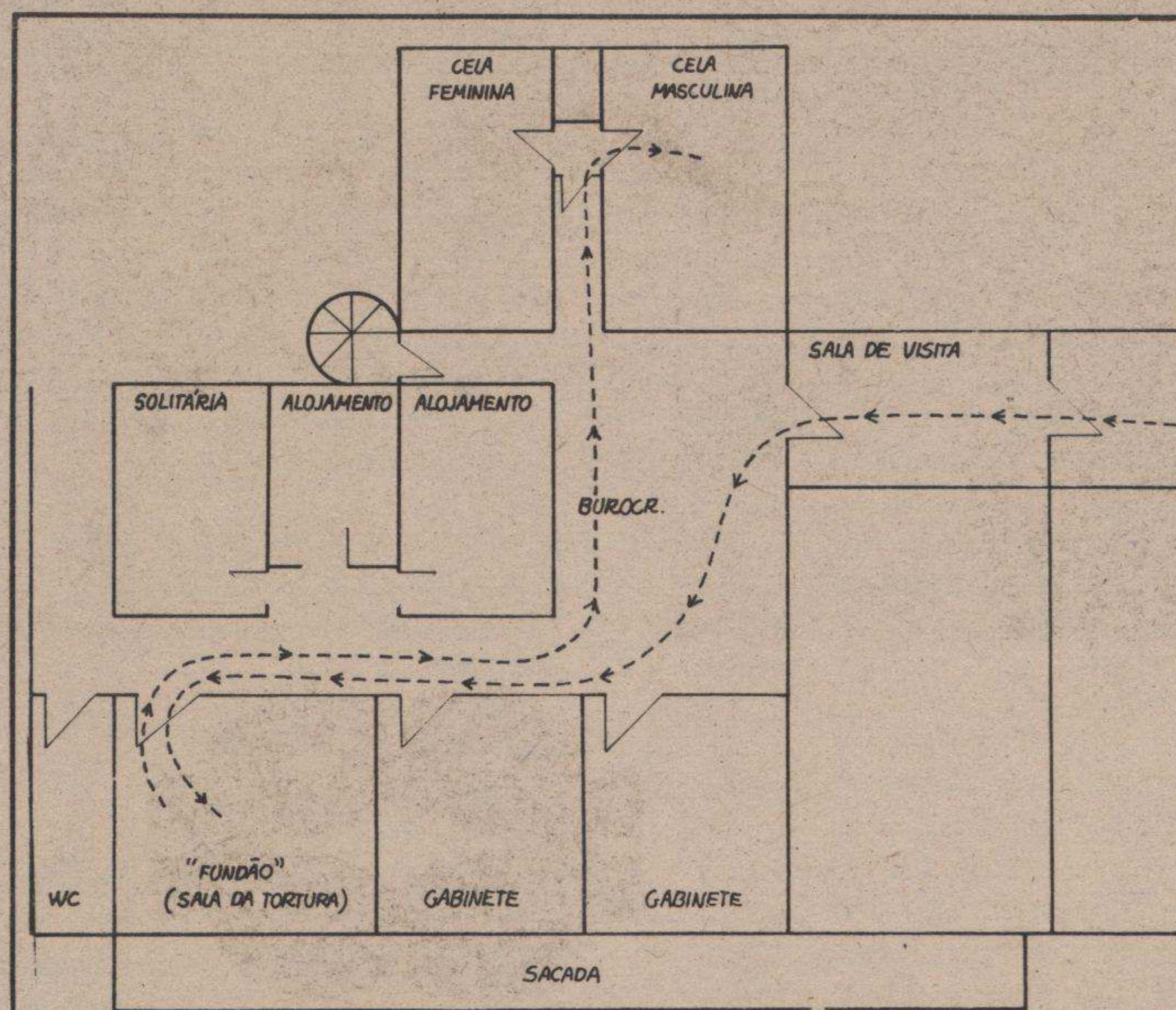
ELE PRETENDIA FUGIR

— Uns sócios, amigos do Beto, estavam com as mensalidades atrasadas e queriam ir a um baile. Pediram pra ele carimbar os recibos e pagariam depois, quando tivessem dinheiro. O total não chegava a Cr\$ 800,00.

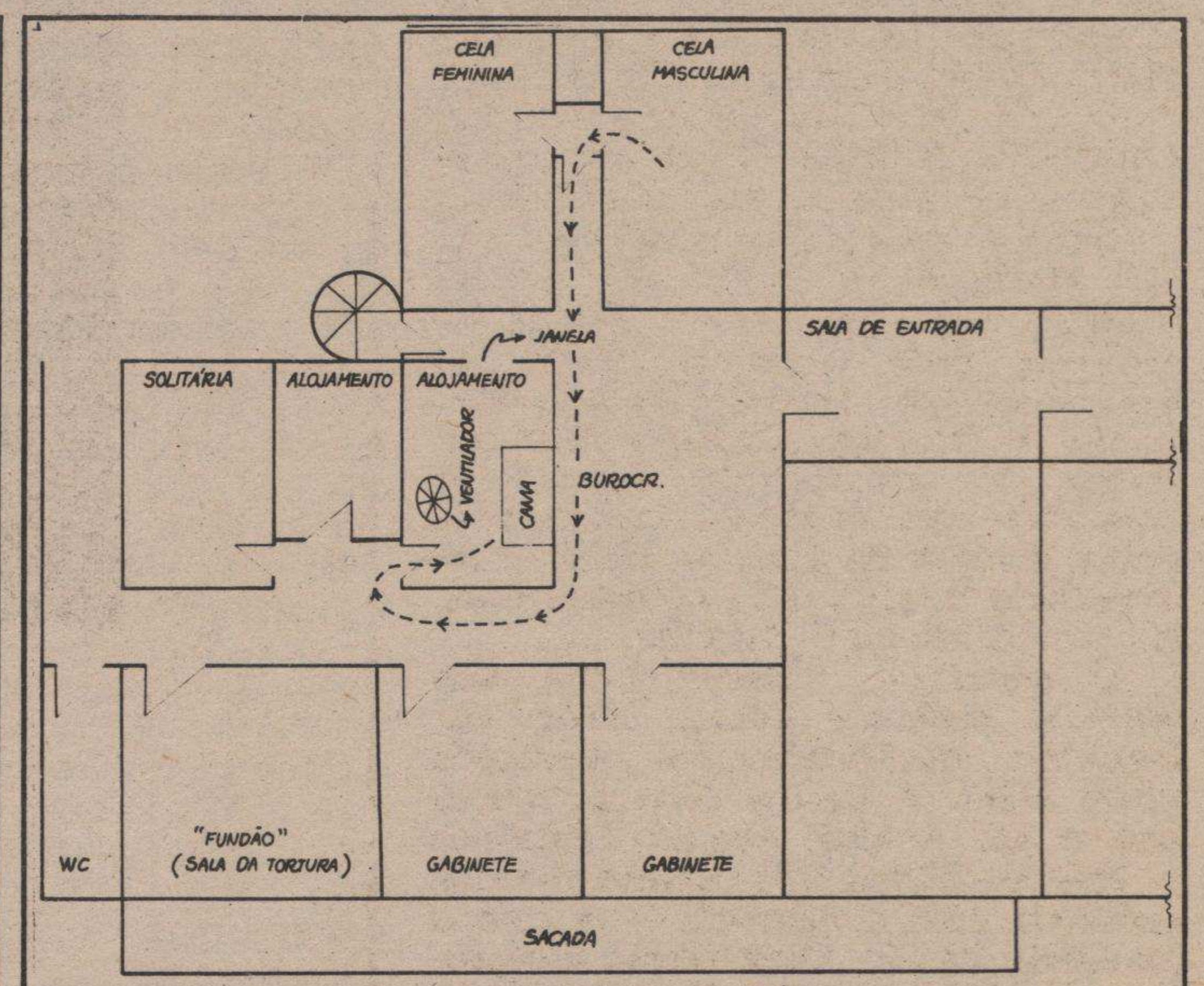
Na CPI, Dudi fez outra revelação importante. Beto, umas três semanas antes de ir para o DOPS, segredou a sua madrinha, Lizete Rodrigues, que pretendia fugir de Porto Alegre, pois sentia que ia acontecer-lhe alguma coisa. E pensava em terminar o namoro. Agora, o que disse Seelig na mesma CPI.

— Durante o veraneio, estranhamente, o moço saiu da praia em que se encontrava, Cidreira, e regressou a Porto Alegre, sem dar satisfações.

Até aqui contamos a versão dada pelos ex-presos e o testemunho do pai do Beto que colocam em xeque a história montada pela defesa. Ou seja: justificar a detenção do rapaz, sua longa



Beto é conduzido à sala de torturas. Fica cerca de 40 minutos. Volta para a cela. À tarde Seelig o retira e deixa o menino num sofá da carceragem. Depois ainda recebe novo "tratamento"



Seu estado piorou depois das torturas. É retirado da cela. É levado ao chamado alojamento dos funcionários, que também serve de cela em dias de superlotação. Ali foi colocado o ventilador